

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**MILITÂNCIA E AFETIVIDADE POLÍTICA:
UM ESTUDO COM MILITANTES OPERÁRIOS DO PSTU**

Maria Gorete Antonia Mendes

Belo Horizonte
2012

Maria Gorete Antonia Mendes

MILITÂNCIA E AFETIVIDADE POLÍTICA:
UM ESTUDO COM MILITANTES OPERÁRIOS DO PSTU

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Projetos e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vanessa Andrade de Barros

Belo Horizonte
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Psicologia

A Dissertação "*Militância e Afetividade Política: um estudo com militantes operários do PSTU*"

elaborada por **Maria Gorete Antonia Mendes**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 11 de julho de 2005.

BANCA EXAMINADORA

.....
Profa. Dra. Vanessa Andrade de Barros
(orientadora)

.....
Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves

.....
Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Psicologia

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO “*Militância e Afetividade Política: um estudo com militantes operários do PSTU*”

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, perante a Comissão Examinadora constituída pelos professores: Dra. Vanessa Andrade de Barros (Orientadora), Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves e Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, a aluna **Maria Gorete Antonia Mendes**, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, submeteu-se à defesa de sua dissertação intitulada “*Militância e Afetividade Política: um estudo com militantes operários do PSTU*” e, de acordo com os dispositivos regimentais, obteve aprovação de todos os membros da Comissão Examinadora. Do que para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pela Secretária do Curso Elizabete Maria de Amorim Felicíssimo e pela Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 11 de julho de 2005.

Felicissimo
Magdaleny
mm
Barros

*A todos e todas que lutam pela
construção de uma sociedade
sem explorados e exploradores*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os trabalhadores, que me possibilitaram, durante toda minha vida, estudar em escola pública e gratuita. Sem a Universidade Pública essa dissertação de mestrado não passaria de um projeto.

Agradeço à Vanessa, muito mais que uma orientadora. Sem o seu apoio esse trabalho não teria se realizado. Repito algo que digo desde o sexto período da graduação: “quero ser igual a você quando eu crescer”.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe, pelo exemplo e pela dedicação. A vocês, devo muito do que sou, e devo inclusive, minha determinação em estudar.

Agradeço também ao meu irmão e às demais pessoas de minha família, que sempre me apoiaram em meus projetos.

Agradeço ao Beto por fazer parte da minha vida e por estar comigo em todos os momentos, nos bons e nos difíceis. Obrigada pelo apoio e pela compreensão. Agradeço também à sua família.

Agradeço a todos os militantes do PSTU, especialmente ao Giba, ao Batata, à Antônia e ao Israel, que dedicaram uma parte do seu tempo para que este trabalho pudesse se realizar.

Meus agradecimentos também aos amigos do mestrado, especialmente à Alessandra, que dividiu comigo muitas das angústias desse processo.

Agradeço às professoras Beth Antunes, do departamento de Psicologia, e Ester Vaisman, do departamento de Filosofia, por me ajudarem a compreender um pouco a obra de Marx.

Quero agradecer também à Beth, secretária do Colegiado do Mestrado e ao Alessandro, da Sessão de Ensino da Pós-Graduação, por me receberem sempre com boa vontade, me ajudando nas questões burocráticas.

Agradeço ao Guilherme Massara, que me ajudou a reencontrar um caminho dentro desta caminhada.

E agradeço também à FAPEMIG, que apesar dos atrasos no pagamento e do valor defasado das bolsas (as bolsas dos alunos de Pós-Graduação no país não receberam reajuste durante uma década), contribuiu de forma decisiva para a conclusão deste trabalho.

*[...] Organiza sua luta pelo salário, pelo pão
e pela conquista do poder.
Interroga a propriedade:
De onde vens?
Pergunta a cada idéia:
Serves a quem?
Ali onde todos calam, ele fala
E onde reina a opressão e se acusa o destino,
ele cita os nomes [...]*

Elogio do Revolucionário - Bertold Brecht

RESUMO

Esta dissertação trata de apresentar os resultados de uma pesquisa realizada junto a militantes políticos, com o objetivo de analisar as determinações da dedicação a uma causa política. Especificamente, buscamos compreender a trajetória de vida de militantes políticos, pesquisando em suas histórias as determinações do que chamamos “escolha militante”. Buscamos também compreender o vivido subjetivo dos militantes e as repercussões da militância política em seu cotidiano e em suas relações afetivas e profissionais. Não menos importante, a ligação entre as histórias individuais e uma história social nos tornou possível uma aproximação com o meio sindical, em Minas Gerais, através dos aspectos psicossociais presentes no cotidiano da vida sindical. Que a ação dos trabalhadores pode transformar a sociedade já é um fato aceito pelas ciências sociais. O que normalmente se esquece é que na base dessas ações está a afetividade: os sentimentos e as paixões políticas. Dessa forma, nós não poderíamos realizar uma análise de uma situação política sem levar em conta esses sentimentos e essas paixões que mantêm em permanência as relações, os conflitos e os compromissos políticos. Assim, apesar de os sentimentos e as paixões se expressarem de forma individual, na verdade eles se referem a uma dimensão da realidade histórica. Daí, sua importância para a compreensão dos fenômenos políticos e seus desdobramentos na estrutura social.

Palavras-chave: Militância Política. Afetividade. Ideologia. Movimento Operário.

ABSTRACT

This dissertation is to present the results of a research done with political activists, with the aim of analyzing the determinations of dedication to a political cause. Specifically, we seek to understand the life histories of political activists, researching in their stories the determinations of what we call "activist choice". We seek also to understand the subjective living of militants and the impact of political activism on their daily lives and on their affective and professional relationships. Not least, the connection between the individual histories and a social history made us possible a rapprochement with the trade union environment, in Minas Gerais, through the psychosocial aspects present in everyday trade union life. That the workers' action can change society is already an accepted fact in the social sciences. What often is forgotten is that these actions are based on affection: feelings and political passions. Thus, we could not perform an analysis of a political situation without taking into account the feelings and passions that keep these relations in permanence, conflicts and political commitments. So, despite the feelings and passions express themselves in an individual way, they actually refer to a dimension of historical reality. Hence, its importance for the understanding of political phenomena and their consequences in the social structure.

Keywords: Political Militancy. Affection. Ideology. Labor Movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA MILITÂNCIA	20
1.1 O Movimento Operário – Celeiro de Militantes	20
1.1.1 De pequeno produtor a trabalhador na indústria e o surgimento do sindicalismo	22
1.1.2 O Brasil e o Sindicalismo - De 1900 a 1930	24
1.1.3 De 1930 a 1964	27
1.1.4 O Golpe de 64	30
1.1.5 As greves do ABC e o surgimento do novo sindicalismo	32
1.1.6 O Partido dos Trabalhadores (PT)	34
1.1.7 A Década de 90	34
1.2 Espaços de Militância: o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (SMBHC) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	36
1.2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem	36
1.2.2 O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	40
CAPÍTULO 2 – MILITÂNCIA: IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE	48
2.1 Ideologia e Militância Política	48
2.2 Militância e consciência de classe	59
2.2.1 As determinações da militância	62
CAPÍTULO 3 - O COTIDIANO DO MILITANTE POLÍTICO	67
3.1 O Indivíduo: Ser Particular e Ser Genérico	71
3.2 O Preconceito	77
3.3 O cotidiano da mulher militante	85
CAPÍTULO 4 - A AFETIVIDADE POLÍTICA	92
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

Ao acompanharmos a história de vida de militantes de esquerda no Brasil, vários deles representantes do chamado novo sindicalismo, notamos que de fato a militância de muitos que ainda continuam na vida política é bem diferente da militância exercida nos anos 80.

Para melhor compreendermos esta diferença é oportuno definirmos alguns conceitos. Militância, segundo o dicionário Aurélio significa: “ação de militante; exercício, prática, atuação: militância política” (FERREIRA, 1986, p. 1135). Militante por sua vez é definido como aquele “que milita, combatente; que atua, participante; [...] membro ativo, apóstolo: militante de um partido” (FERREIRA, 1986, p. 1135). O militante político é aquele que participa ativamente do movimento político. Como se faz notar é necessário que definamos também o conceito de política. Para Boito Jr (2005a),

Esta definição aplica-se apenas às sociedades de classe e poderia ser assim sintetizada: *a política é a luta (de classes) pelo poder de Estado*. A política é concebida, portanto como uma atividade específica, voltada para um objetivo específico (a manutenção ou conquista do poder de Estado), embora esteja indissolúvelmente ligada, na obra de Marx e Engels, às demais práticas sociais. Esta atividade específica que é a política, é concebida também como uma luta (pelo poder de Estado) porque seu campo de ação é constituído por interesses contraditórios de classes e frações de classe: a política é luta e, no limite, pode transformar-se em guerra (BOITO JR., 2005a, p. 01-02, grifo do original)

Não é por acaso que o dicionário Aurélio também define militante como soldado, guerreiro, e o verbo militar como fazer guerra, combater (FERREIRA, 1986). Militar também significa: ser membro de um partido, seguir e defender as ideias de um grupo político.

Quando nos referimos ao militante de esquerda, estamos nos referindo àquele que tem uma atuação política visando uma mudança da situação vigente. Este termo teve sua origem durante a Revolução Francesa. Nas reuniões entre os burgueses e a classe trabalhadora havia uma tradição de os primeiros sentarem-se sempre ao lado direito da mesa em relação à porta de entrada, ficando os operários do lado esquerdo. Daí surgiram os termos “direita” e “esquerda” utilizados no cotidiano político. Analisando por sua gênese, ser de esquerda significa estar ao lado da classe trabalhadora e, para a melhoria da situação desta classe é necessário uma mudança na sociedade vigente. Por isso, ser de esquerda significou, durante muito tempo, ser socialista, entretanto, hoje em dia muitos ativistas que se reivindicam como sendo de esquerda não se denominam socialistas.

Para que possamos melhor explicitar nosso enfoque nesta pesquisa recorreremos também a Weber (1999) em sua definição de política, especialmente à distinção que faz entre “viver da” e “viver para” a política. Senão vejamos: “Por política, entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder, ou a influenciar a divisão do poder, seja entre estados, seja no interior de um único estado” (WEBER, 1999, p. 56). Assim, todo aquele que se dedica a uma causa política aspira ao poder. Aspira ao poder porque o entende como instrumento para obter outros fins, ideais ou egoístas, ou simplesmente porque o poder confere prestígio. Aqui, é preciso fazer uma distinção: ainda segundo Weber (1999), existem duas maneiras de se fazer política: ou se vive “para” a política, ou se vive “da” política. Aquele que vive “da” política, a vê como uma permanente fonte de rendas. Já aquele que vive “para” a política, apesar de poder depender dela materialmente, a entende como a finalidade de sua vida, seja porque a posse do poder lhe ofereça gozo, seja porque ao aderir a uma causa, esta dê significação a sua vida.

Em um artigo de Antonio Cattani (1992), encontramos um exemplo dessa diferenciação feita por Weber. Cattani (1992) nos apresenta duas trajetórias diferentes de militantes brasileiros:

Um depoimento político, de Eloy Martins é um extraordinário relato de 50 anos de luta obstinada de um autêntico bolchevique. Dirigente contestador do PCB, leitor atento de Marx e dos clássicos marxistas, Eloy Martins é o exemplo clássico do militante cuja linha de conduta é marcada pela abnegação e por uma coerência inquestionáveis. João Canha é o seu oposto. Sem nenhum lusto teórico, venerador de Getúlio Vargas, Jango e Brizola, galgou a hierarquia sindical com práticas oportunistas e conciliatórias. Enquanto o primeiro penou duramente nos porões do regime militar, o segundo reciclou-se pragmaticamente aos tempos difíceis (CATTANI, 1992, p. 192)

Em nosso trabalho focalizamos nossa atenção em histórias como a primeira citada por Cattani (1992). Nossa pretensão é compreender quais são as determinações da dedicação a uma causa política. O que leva alguém, em alguns momentos, a abrir mão aspectos da vida pessoal, afetiva, familiar, para se dedicar a uma causa? E mais: quais as repercussões desta dedicação em sua vida pessoal? Tentamos compreender a adesão a uma causa não apenas em uma perspectiva sociológica, mas, sobretudo, como uma dimensão afetiva da vida política.

Neste sentido, observamos que a militância política, especialmente no que se refere à afetividade, é um fenômeno pouco estudado pela psicologia, assim, nosso objetivo mais geral nesta pesquisa, de caráter exploratório, é trazer à tona aspectos dessa realidade. Especificamente, buscamos compreender a trajetória de vida de militantes políticos, pesquisando em suas histórias

as determinações do que chamamos “escolha militante”. Buscamos também compreender o vivido subjetivo dos militantes e as repercussões da militância política em seu cotidiano e em suas relações afetivas e profissionais. Não menos importante, a ligação entre as histórias individuais a uma história social nos tornou possível uma aproximação com o meio sindical em Minas Gerais, através dos aspectos psicossociais presentes no cotidiano da vida sindical.

Na escolha da metodologia, tivemos o cuidado de não cair em um viés psicologizante, não perdendo de vista que o percurso individual está inserido em uma história maior e, assim sendo, optamos por uma abordagem que levasse em consideração os determinantes sócio-históricos da história individual. Isso não significa que tenhamos uma concepção determinista do sujeito. Na verdade o que ocorre é uma interação dialética entre o social e o individual. O sujeito é transformado ao mesmo tempo em que transforma a realidade social. Dessa forma, nosso objetivo foi o de analisar a militância política como um fenômeno ao mesmo tempo social e psíquico.

Nessa empreitada tivemos necessidade de um suporte teórico consistente, que levasse em consideração os múltiplos determinantes da questão estudada. Neste sentido, foi de grande importância a contribuição de Georges Politzer (1998), que em sua “Crítica dos Fundamentos da Psicologia” faz uma crítica contundente à psicologia que abandona o “drama humano” e valoriza a abstração, o drama impessoal. Segundo Politzer (1998, p. 69), na psicologia verdadeira “não há referência a uma causa desprovida de sentido e de conteúdo, mas a um sujeito qualificado precisamente pelos acontecimentos e que está por inteiro em cada um deles”.

Dessa forma, a psicologia deve ocupar-se da vida propriamente humana, a vida dramática do homem. Pois essa vida dramática apresenta todas as características que tornam uma área suscetível de ser estudada cientificamente. Para o autor, “o que caracteriza uma ciência é certa sabedoria a respeito de uma determinada área e, graças a essa sabedoria, certo poder sobre as coisas pertencentes a essa área (POLITZER, 1998, p. 53)”.

Continuando sua análise, o autor afirma que o eu da psicologia só pode ser o indivíduo particular. Mas esse eu não pode ser o sujeito de um fato transcendental, como a percepção, por exemplo. É preciso uma noção que esteja no mesmo plano que o indivíduo concreto e que seja simplesmente o ato do eu da psicologia. Ele então sintetiza: “o ato do indivíduo concreto é a vida, mas a vida singular do indivíduo singular, isto é, a vida no sentido

dramático do termo (POLITZER, 1998, p. 67)”. Dessa forma, os fatos psicológicos deverão ser os segmentos da vida do indivíduo particular.

Politzer faz então uma analogia do psicólogo com o crítico de teatro, pois, cada ato sempre lhe será apresentado como segmento do drama que só tem existência no e pelo drama. Assim sendo, o método do psicólogo não pode ser um método de observação pura e simples, mas sim um método de interpretação.

“Não sendo o fato psicológico um dado perceptivo, mas o resultado de uma construção, é fácil mostrar que é original e propriamente psicológico sem ser interior, e que é objetivo sem ser da matéria ou do movimento (POLITZER, 1998, p. 187)”. O caminho para isso é recorrer ao relato do sujeito buscando nele a significação do drama. “A significação dos comportamentos humanos só pode ser conhecida porque o homem expressa-se pela palavra, ou, se preferir, porque pensa (POLITZER, 1998, p. 189)” Mas a psicologia não deve se ocupar do pensamento em si, mas com a significação dada pelo relato, pois é justamente o “relato que me dá o sentido do gesto, seu teor humano e individual: eis o que interessa ao psicólogo (POLITZER, 1998, p. 190)”.

Vanessa Barros (1998), em seu estudo sobre dirigentes sindicais também faz essa crítica à maioria dos estudos que buscam compreender a realidade do militante político. Segundo a autora “tudo se passa como se o único fenômeno existente fosse o visível, o mensurável, o classificável (BARROS, 1998, p. 38)¹”, ficando de fora das análises, exatamente o sentido atribuído pelo próprio sujeito aos seus atos.

✓ NARRATIVA E MEMÓRIA

Em nossas entrevistas, pedimos a nossos sujeitos que nos falassem de sua militância e para isso, relataram parte da história de suas vidas. Como nos ensina Gaulejac (1996), no romance, como na autobiografia, começamos pelo fim. Começamos pelo fim porque o que vivemos no momento presente estrutura o olhar que temos sobre nossa própria história. Vemos nosso passado com o olhar de hoje. “Trata-se então, de uma reconstrução carregada de subjetividade e etnocentrismo” (GAULEJAC, 1996, p. 02)

¹ “Tout se passe comme si le seul phénomène existant était le visible, le mesurable, le classable” (Tradução de Vanessa Andrade Barros).

Dessa forma, fantasia e realidade, objetividade e subjetividade se misturam nas narrativas, pois “o homem resiste a ver a realidade como ela é, ele ama travesti-la de acordo com seus desejos, com seus medos, com seus interesses ou sua ideologia” (GAULEJAC, 1996, p. 04). Isso não nos leva a ter que fazer um julgamento, a partir da narrativa do sujeito, do que é verdadeiro ou falso, pois como disse Bosi (1987) a respeito de seu trabalho sobre a lembrança de velhos: “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial (1987, p. 01)”. Além do mais, não podemos nos esquecer que a narrativa é uma construção original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema.

Em uma de suas obras, Politzer (1998) pontua que o relato implica a memória, “mas é preciso saber que não é a memória que interessa ao psicólogo concreto, mas a lembrança, enquanto esclarece o drama [...] (POLITZER, 1998, p. 190)”. Esta distinção feita pelo autor entre memória e lembrança advém do fato de ele criticar a psicologia clássica, aquela psicologia que se ocupa da memória apenas enquanto um lugar onde os fatos são armazenados, sem se ocupar com o seu sentido. A lembrança, ao contrário, tem um significado, um sentido, na medida em que possui relação com a vida daquele que lembra.

Assim sendo, como esclarece Bosi (1987), a memória é um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. E, o recordador, ao trabalhar as lembranças faz com que, no que lembra e como lembra, “fique o que signifique” (CHAUÍ, 1987, p. XXX).

A este respeito, vejamos uma passagem interessante da autobiografia de Trotsky (1978):

É verdade que a memória não é um contador automático. Ela é, menos que tudo, desinteressada; muitas vezes, põe em evidência, ou atira para a sombra, episódios pouco proveitosos para o instinto vital que a dirige, às mais das vezes, sob o ponto-de-vista do amor próprio (TROTSKY, 1978, p. 12)

E outra, belíssima, de Ecléa Bosi (2003):

Um vol d’oiseau sobre a evocação biográfica nos fará ver, como numa tapeçaria, um mosaico de áreas mais ou menos densas, mais ou menos ligadas, algumas abandonadas, outras cultivadas amorosamente. E pontos privilegiados, como torres ou marcos, focos de atração na paisagem (BOSI, 2003, p. 62)

Segundo Gaulejac (1996), existe uma “inversão” entre a história contada em uma narração e a história como um encadeamento de acontecimentos e situações. Esse fato revela uma diferença essencial entre o tempo social, que é dominado pela cronologia, e o tempo psíquico,

onde se abre a possibilidade de uma recursividade. O que vivemos no momento presente nos leva a resignificar, a reelaborar de outra maneira o que foi vivido anteriormente. “É nesse sentido que podemos dizer que o presente muda o passado. Com efeito, não é o passado que muda, mas a relação que um sujeito estabelece com sua história” (GAULEJAC, 1996, p. 02)

Assim como observa Chauí (1987), lembrar não é reviver, mas re-fazer. “É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição (CHAUÍ, 1987, p. XX)”. Hobsbawn (2002) nos diz algo que vai neste sentido: “Ao reconstruir minha experiência dos últimos meses da República de Weimar, como poderia desenredar as lembranças, separando-as daquilo que atualmente sei como historiador, daquilo que hoje penso após toda uma vida de reflexões e debates políticos sobre o que a esquerda alemã deveria ou não ter feito?” (HOBSBAWN, 2002, p. 88).

Um de nossos entrevistados deixa claro este aspecto do re-fazer ao analisar situações pelas quais passou, frisando que a interpretação que possui hoje daqueles fatos é diferente de sua interpretação na época dos acontecimentos. Sobre sua relação com partidos políticos e sobre a relação destes como o movimento operário na época em que ele inicia sua militância ele diz: “Olhando a realidade, *hoje* é fácil analisar. Na época eu ficava completamente perdido (BATATA, 2004 destaque nosso). Quando ele inicia sua militância no movimento operário, este se encontrava num processo de crise, fato explicado da seguinte maneira:

Eu acho que pegou um pouco, *fazendo uma leitura de hoje*, pegou um pouco da crise que foi a derrota de Lula em 89, que a esquerda estava se relocando, uma parte pra direita, uma parte pra esquerda. Aí que surgiu o processo de fundação do PSTU, e eu me enfiei nesse processo, meio que sem noção (BATATA, 2004, destaque nosso)

Nesses depoimentos, notamos como a experiência posterior do sujeito com a militância e com os partidos o permite interpretar os fatos ocorridos em uma época anterior de uma outra maneira. Cida, uma militante do movimento de trabalhadores rurais entrevistada por Barros (1998), também fala deste aspecto da memória em seu depoimento:

Mas agora, quando eu reflito sobre meu passado, por causa desta entrevista, eu me dou conta de que, de uma certa maneira, eu repetia a história de mãe, que não podia participar dos negócios políticos dos homens e que se submeteu ao desejo do meu pai. (CIDA, entrevistada por BARROS, 1998, p. 170, destaque nosso).²

É preciso frisar que, no caso específico do nosso trabalho, os recordadores são militantes políticos e, nesse caso, o teor ideológico das lembranças se torna mais visível, já que

² Tradução de Vanessa Andrade Barros.

“na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’”(BOSI, 1987, p. 371). Muito pelo contrário, o sujeito tem a necessidade de mostrar qual a sua posição sobre determinado fato político. Aqui, vamos mais uma vez recorrer a uma passagem da obra de Trotsky (1978), onde o militante político escreve a história de sua vida. Na apresentação do livro ele afirma:

Mas este livro não é uma fotografia impassível da minha existência; é parte componente dela. Nestas páginas, prossigo na luta à qual é dedicada toda a minha vida. Mesmo expondo, caracterizo e aprecio; contando, defendo-me e, muito mais vezes ainda, ataco. Penso que este é o único meio de tornar objetiva uma biografia em certo sentido mais elevado, isto é, fazer dela a expressão mais adequada da personalidade, das condições e da época (TROTSKY, 1978, p. 10).

Aqui está um material de interesse da Psicologia Social: os aspectos do cotidiano do sujeito, pois a história oficial não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (BOSI, 2003). É estudando as histórias dos sujeitos, buscando compreender sua visão de mundo que poderemos compreender a interação entre objetividade e subjetividade e quais as implicações de uma sobre a outra.

Mas Bosi (2003) nos faz um alerta: os depoimentos são um instrumento precioso para se constituir a crônica do cotidiano, mas precisamos tomar o cuidado de não “cair numa ‘ideologização’ da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica (BOSI, 2003, p. 15)”. Depoimentos colhidos, afirma a autora, por mais ricos que sejam não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que expliquem um processo social. Aqui, não estamos afirmando que a história oficial seja mais “verdadeira” que esta a que temos acesso através do depoimento. A história oficial também registra os fatos sob um ponto de vista, quase sempre, o ponto de vista da elite dominante.

Um ponto nos chamou a atenção no artigo de Gaulejac (1996): sua observação de que, excetuando-se os períodos de crise profunda, como as guerras e as revoluções, as vidas das pessoas são relativamente previsíveis, comuns. Ao mesmo tempo em que cada existência é única, singular, as histórias de vida das pessoas se parecem muito, até mesmo na obediência à ciclos, à regularidades objetivas. E o autor completa: “muitas de nossas vidas são ‘comuns’. E não se vê nesse propósito nenhuma conotação pejorativa. É, além disso, por essa razão, que nós somos desejosos de vidas extraordinárias, de vidas excepcionais, fora do comum” (GAULEJAC, 1996, p. 03).

Talvez, daí, advenha nosso interesse pelo tema dessa dissertação, afinal podemos dizer que ser um militante engajado, que acredita ser possível mudar a realidade existente, é, nos dias atuais, um fato fora do comum. Um de nossos entrevistados fez, em uma de suas falas, uma diferenciação entre o militante e o cidadão “normal”. Era um feriado em Contagem e eu fui conversar com ele na sede do partido, depois de uma reunião. Então ele me disse:

Cidadão normal, com certeza, cidadão normal, hoje, lá em Contagem, ele está ou no clube ou junto com a família, junto com o irmão na pescaria. Vão pro sítio, quem tem né? Quem não tem, no mínimo tá em casa. Ou seja, nós estamos aqui, entendeu? Temos mais reunião hoje à tarde. Tenho mais duas hoje: com os companheiros da chapa e depois mais à tarde, às 17h, com o MST (GIBA, 2004)

✓ PERCURSO METODOLÓGICO

Optamos por fazer um estudo exploratório de abordagem qualitativa, entendida aqui no sentido apontado por Minayo (1992, p. 10), ou seja: como “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no sentido de seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista em profundidade, pois esta nos propicia estabelecer o foco temático ao mesmo tempo em que possibilita alcançar níveis mais profundos e ricos da fala do sujeito.

Devemos ressaltar que, principalmente por tratar-se de um estudo exploratório, não tivemos a pretensão de fazer generalizações, mas sim trazermos uma contribuição para este universo pouco estudado que é o da afetividade política.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, escolhemos quatro militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Tal escolha se deu em função de nossa proposta de compreendermos o “viver para a causa” de militantes políticos e nosso conhecimento e contato com partidos políticos de esquerda nos levaram a procurar estes quatro militantes que, em nossa opinião (e de outros entrevistados antes da pesquisa de campo), melhor representam esta categoria dedicada ao militantismo. Além de exercerem o tipo de militância que buscamos compreender, os entrevistados são lideranças representativas do movimento de metalúrgicos e representam momentos diferentes na história da organização dos trabalhadores. Os dois primeiros, Israel,

quarenta e cinco anos e Giba³, quarenta e oito anos, iniciaram sua militância no calor das greves da década de 70, onde tem início o novo sindicalismo brasileiro. Já o terceiro, o Batata, hoje com trinta e três anos, iniciou sua trajetória militante em meados da década de 90, quando o movimento sindical não possui mais o apelo que tinha na época das grandes greves e conquistas do final da década de 70 e início de 80. Escolhemos também representar o universo feminino, que é pouco representado no movimento sindical e, especialmente, no movimento de trabalhadores metalúrgicos⁴. Essa trabalhadora, Antônia, nos traz uma história interessante, pois após trabalhar como doméstica e como costureira, entra para a fábrica, aos trinta e cinco anos. A sua entrada no movimento sindical e partidário ocorreu um bom tempo depois, já em 1996, quando ela estava com quarenta e três anos. Em uma entrevista ela nos disse, sobre a militância: “e não faço isso para mostrar, é porque eu quero que os trabalhadores acordem mais cedo do que eu acordei. Hoje eu estou com cinquenta anos” (ANTÔNIA, 2004).

As entrevistas, quatorze ao todo, foram gravadas e realizaram-se individualmente nos locais de atuação políticas dos militantes: o Sindicato dos Metalúrgicos, a sede do PSTU em Contagem e o comitê da Oposição Sindical. Logo após procedemos à transcrição do material.

Gostaríamos de ressaltar que, além das entrevistas, também contribuiu para a análise da questão nosso envolvimento pessoal com o universo da militância, que já ocorre há alguns anos. Assim, além da afinidade política, possuímos também um vínculo pessoal com este universo. São-nos familiares a linguagem, as reuniões partidárias, as assembleias, as greves, as passeatas e as palavras de ordem. Conhecemos essas manifestações e os preparativos que as envolvem, bem como as disputas pela direção das mesmas e do movimento político como um todo. Assim sendo esta experiência pessoal nos forneceu mais subsídios para compreensão da realidade estudada. Também nos apoiamos em biografias de militantes políticos, como a de Leon Trotsky, que foi um dos líderes da revolução russa; a de Giocondo Dias, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a de Eric Hobsbawn, historiador que foi militante do Partido Comunista.

³ Não utilizamos nomes fictícios porque os entrevistados autorizaram o uso de seus nomes verdadeiros.

⁴ Podemos citar como exemplo de estudos com mulheres militantes a tese de Vanessa Andrade Barros (1998), que traz a história de Cida de Unaí, uma militante do movimento rural. Temos também a dissertação de Fabiana Andrade Campos (2004), que estuda a história de Dona Antonia e Dona Maria na luta pela terra.

Penso que seja desnecessário discorrer aqui acerca da neutralidade do pesquisador frente ao seu objeto, pois no contexto da sociedade capitalista⁵ é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Segundo Silva (2003, p. 05): “em nossa insana sabedoria abstraímos a realidade e as idéias nos parecem desligadas dos contextos históricos, sociais e políticos; desvinculadas dos interesses sociais e das formas de poder que estes assumem”.

No primeiro capítulo do nosso trabalho, buscamos compreender o contexto onde ocorre a militância dos nossos entrevistados e para isso tivemos que conhecer o desenvolvimento histórico do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Além disso, realizamos também um pequeno histórico do movimento operário, desde seu surgimento, que se deu paralelamente ao advento do processo capitalista de produção.

No capítulo 2, analisamos duas categorias que sempre vêm à tona quando o assunto é militância política: a ideologia e a consciência de classe. Percebemos que a ideologia cumpre um papel primordial na atuação destes sujeitos enquanto militantes. Além disso, a consciência de classe apareceu nas entrevistas de todos eles, como algo advindo do processo de militância política.

No terceiro capítulo, analisamos o cotidiano do militante político, seu dia a dia, suas práticas e atividades e as repercussões destas em sua vida como um todo. Optamos também por estudar separadamente o cotidiano da mulher militante, pois em nossa sociedade existem visões diferentes com relação ao papel do homem e da mulher e ser militante não é um papel social ligado ao feminino.

O capítulo 4 foi reservado à discussão da afetividade política propriamente dita. Com a ajuda de alguns autores, e encontramos poucos que se ocuparam desta tarefa, desenvolvemos uma análise dos sentimentos e das paixões políticas e sua importância para o desenvolvimento histórico.

⁵ Acreditamos que em contexto algum essa imparcialidade exista, entretanto, no capitalismo as contradições sociais estão mais em evidência, deixando mais claro a impossibilidade dessa visão imparcial.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA MILITÂNCIA

1.1 O Movimento Operário – Celeiro de Militantes

Nota-se que o movimento operário sempre foi um “celeiro” de militantes. Isso porque na indústria pode florescer uma consciência devido à contradição do processo de produção capitalista, a saber: a produção social e a apropriação privada. Dessa forma, as organizações de esquerda sempre voltaram sua atuação para o movimento operário, já que para a maioria das teorias socialistas é daí que emerge o sujeito responsável pela emancipação da classe trabalhadora.

Assim, torna-se necessário, num primeiro momento, traçar um histórico do movimento operário, levando em consideração a conjuntura socioeconômica presente em cada momento histórico. A necessidade disso decorre, segundo Boito (1999) da existência de uma concepção da história do Brasil que omite sistematicamente a intervenção dos trabalhadores no processo histórico nacional:

Uma primeira versão, de motivação conservadora e elitista, que consiste em abordar os acontecimentos da história nacional, como a Independência, a Abolição, a República, a Revolução de 1930, o fim da ditadura militar e outros, ocultando, pelo silêncio ou pela negação explícita, a importância da interferência dos trabalhadores na definição dos rumos de tais processos políticos. Outra versão, de motivação distinta, que subjetivamente pode, eventualmente, ser até simpática aos trabalhadores, é aquela que analisa as condições de vida, as formas de organização e a luta dos trabalhadores ou, mais recentemente, seus hábitos e suas práticas culturais, separadamente das transformações políticas e sociais pelas quais o Brasil passou ao longo de sua história. Faz-se uma história dos trabalhadores separada da história do Brasil. (BOITO, 1999, p. 01)

Neste trabalho optamos por fazer um resgate histórico da luta dos trabalhadores que começa antes mesmo da era capitalista industrial. O livro de Eric Hobsbawn, *Rebeldes Primitivos* (1970), traz um estudo da pré-história dos movimentos operários e camponeses modernos. O autor examina fatos ocorridos a partir das revoluções inglesa e francesa e trata, fundamentalmente, da adaptação das agitações populares à moderna economia capitalista.

Hobsbawn (1970) justifica o estudo das formas arcaicas dos movimentos sociais argumentando que não se trata apenas de curiosidade pessoal ou de notas de rodapé para a história, mas sim de um fenômeno de importância geral e de considerável peso na história moderna.

As revoluções inglesa e francesa do século XVIII foram provavelmente os primeiros movimentos políticos de massa na história universal que expressaram a ideologia e aspirações de seus componentes em termos de racionalismo secular⁶ e não mais em termos religiosos tradicionais. Logicamente, os aspectos religiosos tradicionais não desapareceram completamente, o que ocorreu foi que “os novos movimentos socialistas, na verdade, preencheram muitas das funções das religiões tradicionais [...] e desenvolveram fenômenos análogos aos criados por elas. Os socialistas espanhóis usavam entre eles quando se correspondiam o qualificativo de ‘correligionário’” (HOBSBAWN, 1970, p. 161).

O autor observa que os rituais dos movimentos sociais modernos são extremamente pobres se comparados aos rituais dos movimentos primitivos, pois se nos movimentos modernos o que mantém os membros unidos é o conteúdo, no caso dos movimentos primitivos a forma desempenha papel primordial. São os rituais os responsáveis pela experiência de unidade do grupo: em primeiro lugar, ocorria o ritual de inicialização, que marcava a entrada do membro no grupo:

Em seguida, vêm os cerimoniais da reunião periódica, que de vez em quando contribuem para reafirmar a unidade entre os membros: assembléias, procissões, práticas coletivas de devoção e coisas do gênero. Em terceiro lugar, vem o que podemos chamar de rituais práticos, que permitem a realização eficiente das respectivas funções atribuídas a cada membro como sinais secretos e formais de identificação [...] Em último lugar, o mais importante e o mais difundido, vem o simbolismo. Nas organizações primitivas é ele que organiza a forma e o conteúdo (HOBSBAWN, 1970:192)

As cerimônias transmitiam ou inventavam inúmeros mecanismos empregados para atingir as emoções em que tais movimentos se inspiravam quando tinham necessidade.

No século XIX, os rituais perderam sua força, pois o clima não era propício para rituais políticos. Além do mais, a urbanização também colaborou para o declínio dos rituais, uma vez que com a proletarização das massas ele se tornou desnecessário já que “sendo um trabalhador, ele apenas impulsionava, de uma forma mais eficiente, o que ele e os outros trabalhadores – desde que tivessem consciência de classe – achavam ser a estratégia óbvia da própria situação social” (HOBSBAWN, 1970, p. 216).

Entretanto, esses grupos representaram mais que um simples ritual. As revoluções inglesa e francesa tornaram muitos de seus membros revolucionários, que desempenharam papel importante no desenvolvimento da história sob o capitalismo.

⁶ ‘Secular’ refere-se ao fenômeno histórico dos últimos séculos, pelo qual as crenças e instituições religiosas se converteram em doutrinas filosóficas e instituições leigas.

1.1.1 De pequeno produtor a trabalhador na indústria e o surgimento do sindicalismo

Na idade média, a classe diretamente produtora é a do pequeno camponês reduzido à servidão. Este trabalha nas terras do senhor feudal e parte de sua produção pertence a este senhor.

A população urbana era composta basicamente de artesãos e comerciantes, organizados hierarquicamente de modo semelhante à hierarquia feudal do campo. Havia pouca divisão do trabalho e na indústria não havia nenhuma divisão dentro dos próprios ofícios e muito pouca entre estes.

Segundo Lima (1986), os fatores que provocaram a desintegração da sociedade feudal, abrindo caminho para o modo de produção capitalista são objeto de considerável polêmica e, portanto, não trataremos deles aqui. Entretanto:

O fato histórico incontestável é que à medida em que as formas feudais de existência iam se deteriorando, desenvolvia-se uma nova forma de produção que superou o sistema corporativo: a manufatura. Com a manufatura houve uma mudança na relação entre trabalhador e empregador, sendo traduzidas pelas relações monetárias. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia e surge o proletariado [...] (LIMA, 1986, p. 32).

A partir de agora, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. Os que não conseguiam trocar seu trabalho por dinheiro passaram a mendigar ou a assaltar.

Esta fase, então, se caracteriza pelo surgimento das massas urbanas de trabalhadores explorados que não partilham da riqueza e do poder da sociedade. Como já foi dito anteriormente, só restava ao trabalhador vender sua força de trabalho. Apesar do fato de a venda de trabalho existir desde a antiguidade, até o século XIV ainda não começara a se constituir uma considerável classe de trabalhadores assalariados na Europa. E foi com o advento do capitalismo industrial, no século 18, que ela se tornou numericamente importante.

Hobsbawn (2000) também considera este o período de emergência da classe trabalhadora: “em certo sentido, Thompson acertou ao datar a emergência da classe trabalhadora na sociedade britânica no início do século XIX” (HOBSBAWN, 2000, p. 280)

Com a revolução industrial ocorrida na Inglaterra, os pequenos produtores independentes dão lugar ao assalariado, ao trabalhador que vende sua força de trabalho. Segundo Hobsbawn (2000), em 1875, os maiores sindicatos eram a Sociedade Unida de Mecânicos Especializados e os Artífices Pedreiros, seguidos pelos Caldeireiros, pela Sociedade de Carpinteiros e Marceneiros, Alfaiates Unidos e pelos Fiadores de Algodão. “O argumento desse estudo é que a chamada classe operária tradicional, com seus padrões de vida e visões de mundo

específicos, não chegou a emergir muito antes da década de 1880, e adquiriu suas feições no par de décadas seguinte” (HOBSBAWN, 2000, p. 296).

Juntamente com a classe operária surge a vanguarda de ativistas e militantes. Seus sentimentos e opiniões eram distintos do restante da classe operária, pois estavam “imbuídos do espírito de inconformismo numa época em que a dissensão estava em declínio” (HOBSBAWN, 2000, p. 297). Estes ativistas desempenharam papel importante na história do movimento operário, pois obtiveram sucesso surpreendente em se tornarem aceitos como um quadro de líderes políticos a partir da década de 1890.

A classe trabalhadora começa então a adquirir uma consciência de classe⁷ e, neste período o movimento sindical dobrou em número e, vinte anos depois dobrou novamente, alcançando quatro milhões em 1914.

“No continente europeu, o movimento sindical desenvolveu-se simultaneamente com o movimento político operário de massa e seus partidos, e predominantemente sob seu impulso”. (HOBSBAWN, 2000, p. 226). As ideias e as iniciativas observadas no movimento sindical provinham predominantemente da esquerda radical, dos revolucionários⁸.

Falando especificamente do caso inglês, o ano de 1889 marca uma transformação qualitativa do movimento operário. Houve um aumento significativo no número de associados aos sindicatos e ocorreram duas mil e quatrocentas greves. Estas greves foram extremamente bem sucedidas, o que deu força maior ao movimento.

“Em resumo, os empregadores haviam ao longo dos anos contado com a opressão sobre os trabalhadores, que então começaram a descobrir-se relativamente mais indispensáveis, ao mesmo tempo que se confrontavam com patrões que não podiam enfrentar o custo de disputas prolongadas” (HOBSBAWN, 2000, p. 233).

Nos anos de 1911-13 houve outra explosão do movimento sindical. Ocorreu um aumento de 66% no número de associados, o que representa 1 milhão e meio de trabalhadores. Nesse período ocorreram 3.165 greves.

⁷ Consciência de classe pode ser definida como as “idéias, sentimentos, etc., que homens em uma dada situação de vida teriam, se eles pudessem compreender inteiramente essa situação e os interesses dela derivados, tanto com respeito à ação imediata quanto com respeito à estrutura da sociedade que corresponder(ia) a esses interesses”. (LUKÁCS *apud* HOBSBAWN, 2000, p. 35)

⁸ “O princípio é bem claro. Os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, mas a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; os revolucionários insistem em que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída”. (HOBSBAWN, 1970, p. 22)

1.1.2 O Brasil e o Sindicalismo - De 1900 a 1930

A história da organização operária brasileira do início do século está diretamente relacionada à presença dos imigrantes europeus em nosso país. A primeira leva destes imigrantes chega ao Brasil no final do século XIX, bastante estimulados pela propaganda do governo brasileiro sobre a “terra da oportunidade”. São espanhóis, italianos, alemães e portugueses entre outros, que vão parar, num primeiro momento, nas fazendas de café em substituição à força de trabalho escrava, numa época em que a economia brasileira era baseada, predominantemente, no modelo agrário-exportador. A economia nacional, no início do século passado, estava predominantemente vinculada à agricultura do café. A produção industrial era pequena e limitada aos bens de consumo assalariado, em particular à indústria têxtil e alimentícia. Dessa forma, a atividade industrial, além de não desempenhar papel predominante na economia nacional, era dependente do setor agrário-exportador.

Extremamente explorados por fazendeiros acostumados a todo tipo de desrespeito na relação com os escravos, parte dos imigrantes, pouco a pouco, vai abandonando o trabalho agrícola e se deslocando para a cidade. (em 1900 cerca de 90% da força de trabalho industrial de São Paulo era composta de estrangeiros, em sua grande maioria, italianos). Na bagagem vinda do continente europeu, além de objetos pessoais, traziam experiência de vida, recordações, ideias socialistas e anarquistas. Predominante entre os imigrantes, o ideal anarquista⁹ aos poucos vai contaminando a jovem classe operária brasileira.

Como reflexo dessa situação surgem as primeiras organizações sindicais operárias no Brasil. Uma delas foi a Confederação Operária Brasileira (COB), surgida no I congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no Rio de Janeiro.

Houve reação por parte das autoridades e “o primeiro registro policial sobre a atuação dos libertários em solo paulista [...] data de 1893, quando foram presas 20 pessoas rotuladas de anarquistas e outras dez, identificadas como anarquistas e socialistas” (LOPREATO, 1997, p. 10).

⁹ “a palavra anarquia, de origem grega, significa ausência de governo, ou seja, os anarquistas não admitem o Estado, seja capitalista ou socialista. [...] Os anarco-sindicalistas, também chamados de sindicalistas revolucionários ou libertários, rompem com a visão clássica anarquista e passam a aceitar o princípio da organização, materializado na formação de sindicatos, os quais são vistos como meio mais eficaz para a propagação dos ideais revolucionários” (SILVA, s.d., p. 16-17)

Entre os imigrantes também havia aqueles que defendiam o ideal socialista. Porém, estes se viram prejudicados pelo número reduzido do proletariado urbano e pela condenação intransigente, por parte dos anarquistas, de qualquer partido político. Entretanto, apesar de suas diferenças, anarquistas e socialistas militaram juntos na missão de persuadir os operários a ingressarem nas associações trabalhistas.

Do ano de 1901 até 1908, as greves foram frequentes e, após esse período houve uma pausa na atuação do movimento operário, que estabeleceu uma nova onda de greves de 1911 até a recessão de 1914.

Desse período temos um depoimento interessante colhido por Eclea Bosi (1987) em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Trata-se do Sr. Amadeu, que nasceu em São Paulo, em 1906, e entrou para o trabalho em uma metalúrgica aos nove anos de idade. Sobre aquele tempo ele diz:

Tínhamos um laminador. Laminador é aquele cilindro de aço onde a gente põe o material de um lado bem grosso e ele sai fino do outro lado. É uma máquina perigosa. Uma ocasião, um senhor foi laminar umas peças e uma correia, uma polia, pegou o braço dele. Quebrou o braço, a mão, abriu a cabeça; enfim, o homem ficou inutilizado. Esse é um dos desastres que lembro, dos que foram mais perigosos. Mas na estamparia cortavam todo mês um dedo, dois dedos, cada operário (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 85)

O trabalhador não possuía nenhum tipo de direito, não havia a quem recorrer nestes casos, como explica o Sr. Amadeu: “Ceccherini era o nome de um operário que foi laminar uma peça de ouro e ficou inválido. Ele era dourador. Ficou inválido e meio louco, mas continuou trabalhando nos banhos de ouro. Naquele tempo não tinha indenização, ele continuou fazendo o que podia” (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 86).

A jornada de trabalho era intensa, em trabalho pesado e insalubre e a isso somava-se a prática das horas extras: Havia muito extraordinário, horas em que a gente trabalhava depois que tinha terminado as horas do dia. Trabalhávamos até meia-noite. Eu fazia muito extraordinário; a gente trabalhava até as cinco horas e depois pegava empreitada até meia-noite, trabalhando (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 86).

O início da I Guerra Mundial contribuiu para agravar a situação de penúria da classe trabalhadora brasileira, pois estimulou a procura de matérias primas e gêneros alimentícios, fazendo com que os preços subissem. O aumento do custo de vida foi o tema dos discursos do Primeiro de Maio de 1917. Dentre as mobilizações desse período podemos destacar a Greve Geral de 1917, que ocorreu no mês de julho e teve a adesão de vinte mil operários na cidade de

São Paulo. No Rio de Janeiro, “calculava-se que 50 mil operários estavam em greve” (DULLES, 1977, p. 57)

Segundo Dutra (1988), quando da eclosão da greve em São Paulo, há, em Belo Horizonte, um clima de mobilização popular. São distribuídos boletins convocando uma reunião operária para a articulação de uma greve. São realizados comícios e passeatas, mas o poder público se antecipa ao movimento nomeando uma comissão, dentro do governo, para discutir as reclamações do operariado. Dessa forma, a greve não se realizou.

Em novembro de 1917 ocorre a Revolução Russa, que influencia os operários brasileiros e seus líderes.

A vitória da classe operária na Rússia dava a idéia de que a revolução se estenderia por todo mundo, independente do grau de desenvolvimento do capitalismo. No Brasil, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial (11 de novembro de 1918), inicia-se uma nova fase de movimentos grevistas, os quais diferentemente de 1917, revelariam um novo aspecto: tinham um caráter insurrecional (SILVA, s.d, p. 25).

Em Minas Gerais, segundo Dutra (1988), a ocorrência de movimentos grevistas se dá, em sua quase totalidade, de 1917 em diante. Além disso, em seu trabalho a autora conclui que não há em Belo Horizonte, entre os anos de 1917 e 1930, um movimento operário de expressão combativa. Isso porque o Capital tinha mais facilidade de controlar o operariado em decorrência de seu menor número (a população era majoritariamente ocupada no setor terciário, com predomínio dos funcionários públicos) e pelo fato de as indústrias serem mais modernas do ponto de vista tecnológico, sendo menos dependente de mão de obra. Dessa forma, a presença do imigrante e da corrente ideológica de que poderia ser portador não marca a feição das associações operárias existentes na cidade nos anos 20. O movimento operário se caracterizava então pela legalidade e pela ordem. Outros fatores que ajudaram na configuração deste quadro foi o fato de haver um maior sucesso do aparato de controle social e também pelo fato de predominar, no movimento operário da cidade, o movimento sindical cristão. Este movimento se caracterizava pela tentativa de harmonizar operários e patrões, minimizando os conflitos entre o capital e trabalho e respeitando a ordem.

Em março de 1922, realiza-se no Rio de Janeiro e Niterói, o Congresso de Fundação do Partido Comunista do Brasil. Participaram do congresso nove delegados representantes dos grupos comunistas existentes no Brasil. Segundo Silva [s.d.], “o debate entre anarquistas e comunistas continuou, não como elemento de definição de posições, mas sim, como uma disputa do espaço no interior do movimento operário” (SILVA, s.d., p. 43)

Quanto ao anarquismo, aos poucos seu peso no movimento operário brasileiro vai diminuindo. A partir de 1930, com a intensificação de medidas governamentais que visavam destruir a liberdade autônoma sindical, o movimento anarquista praticamente desaparece da cena sindical.

1.1.3 - De 1930 a 1964

A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, traz consequências para o mundo inteiro. No caso brasileiro, como reflexo da crise, entra em colapso o modelo agrário-exportador. A venda do café cai drasticamente no mercado mundial e as exportações ficam estagnadas. Os trabalhadores brasileiros sentem os efeitos da crise e como resposta são desencadeadas greves, comícios, marchas.

Em 1930, ocorre a deposição de Washington Luis e a posse de Getúlio Vargas. Chega ao fim a Primeira República (1889-1930). Começa a se fortalecer a ideia de que a saída para a crise passa pelo incentivo da industrialização do país. Mas, o sindicalismo existente representava um obstáculo aos planos da classe dominante, pois as reivindicações dos trabalhadores eram constantes.

Então, com o objetivo de dismantelar a estrutura sindical livre e autônoma vigente e, sobretudo, as lutas por ela encaminhadas, que, a partir de 1931, são criadas leis que ao mesmo tempo em que garantem velhas reivindicações dos trabalhadores, estabelecem uma maior submissão do trabalho ao capital. Eder Sader (1988) observa que o movimento operário naquela época “constituiu-se certamente num ator social com incidência no cenário político, e, no entanto, os padrões através dos quais ele se representava expressaram sua subordinação a um projeto que lhe era exterior (SADER, 1988, p. 53)” Algumas leis contemplavam antigas reivindicações dos trabalhadores, buscando conter o movimento operário. Por outro lado, foram também criadas leis que retiraram, gradativamente, a liberdade e autonomia das entidades sindicais frente ao Estado. Fortalece-se, portanto o sindicalismo amarelo (sindicalismo pelego, com dirigentes ligados ao governo e patrões) e os sindicatos passam a ser considerados parte da estrutura do Estado. Estava iniciado o processo que criaria o imposto sindical, em 1937 e a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943. Vejamos um depoimento do sr. Amadeu sobre este período:

Só tenho conhecimento dos metalúrgicos: antes de 30 não era legalizado; os operários se reuniam escondidos para trocar idéias. Onde eu trabalhava vinham boletins dos sindicatos dos metalúrgicos italianos que chamava-se *I Metallurgici*. Eles aproveitavam

para copiar alguma coisa para nós. Isso, antes do 30. Depois, na entrada do Getúlio em 32, parece-me que o sindicato começou aos poucos a sua atividade, fazendo leis internas, colhendo sócios, se firmando, isso por volta de 40,42 (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 87)

Num primeiro momento, a resposta da classe trabalhadora é de resistência. Somente 25% dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitam as regras de atrelamento. Os sindicatos, agora dirigidos por anarquistas, comunistas (ligados ao PCB) e trotskystas¹⁰, tentam continuar funcionando à margem do atrelamento. No entanto, em 1934, Vargas determina que só se beneficiarão dos direitos trabalhistas previstos na lei os trabalhadores filiados aos sindicatos oficiais.

No ano seguinte, apoiado na Lei de Segurança Nacional (LSN)¹¹, Getúlio Vargas fecha os sindicatos autônomos e prende suas lideranças. Dessa forma, na década de 30, inaugura-se um novo momento no movimento sindical brasileiro no qual passa a predominar um tipo de sindicalismo apoiado na colaboração de classes.

Dessa forma, a estrutura sindical consolidada em 1943, com a criação da CLT, construída ao longo dos 13 anos que a antecedem, é extremamente verticalizada: em seu topo órgãos confederativos, seguidos pelas federações e sindicatos de base, organizados por categorias profissionais. As centrais sindicais, organizações horizontais que possibilitam a junção de diversas categorias profissionais num mesmo órgão sindical, não são permitidas.

Na lei, passam a constar também definições quanto às funções do sindicato: normas para o seu funcionamento (estatuto); fiscalização do uso das finanças; necessidade de solicitação de autorização, junto ao Ministério do Trabalho, para funcionamento. Outra importante forma de controle é a instituição do imposto sindical. Com o imposto acentuam-se as características assistencialistas dos sindicatos, que passam, neste momento, a fornecer atendimento médico, odontológico, advocatício, etc. Esta passagem do depoimento do Sr. Amadeu demonstra este aspecto assistencialista do sindicato: “Tem que ser sindicalizado! A pessoa que trabalha não tem condições de ir ao hospital, alugar um quarto, pagar um médico, uma operação se a esposa ou o filho ficam doentes. O trabalhador não tem. O sindicato é tudo (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 93)”

Ao mesmo tempo em que cria regras de controle para o movimento operário, o governo Vargas investe na indústria de base, criando as condições para a produção, a partir de

¹⁰ O termo vem do nome do dirigente da Revolução Russa de 1917, Leon Trotsky. Após a morte de Lênin, Trotsky se afirma como principal opositor da política que vem sendo implementada na URSS por Stálin. Foi expulso da URSS, perseguido e assassinado.

¹¹ A LSN, promulgada em 4 de abril de 1935 definia crimes contra a ordem política e social.

meados dos anos 50, dos bens de consumo duráveis, dentre os quais, o automóvel. As primeiras medidas que visam inibir a importação de peças utilizadas na montagem de automóveis que já fossem produzidas no Brasil são editadas ainda no início da década de 50. No governo de Juscelino Kubitschek o plano de metas para o setor automobilístico previa, ao final de 5 anos, a nacionalização de 90 a 95% da produção.

O desenvolvimento desse processo, com a produção de um parque industrial na região do ABC paulista, desencadeia a ocorrência de um segundo fluxo de formação da classe operária brasileira, desta vez não com imigrantes europeus, mas, basicamente, com migrantes nordestinos. A configuração do país aos poucos se altera. A população urbana e a classe operária crescem junto com o processo de industrialização.

Em 1950, Vargas é eleito defendendo um programa antiimperialista, a favor da industrialização, prometendo justiça social e liberdade sindical. O instrumento político principal do novo governo getulista era a política de massa (populismo). “A política de Vargas de acender uma vela para Deus e outra para o diabo, facilita a mobilização tanto dos setores progressistas como reacionários” (SILVA, s.d., p. 75) Dessa forma, os trabalhadores procuram garantir e ampliar suas conquistas. Em 1951/52 ocorrem centenas de greves e em 1953 elas se intensificam. Em São Paulo, uma greve iniciada pelos têxteis generaliza-se e ganha adesão dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos, paralisando todo o estado por vinte e seis dias. O episódio ficou conhecido como a Greve dos 300 Mil. Hélio da Costa nos fala do cotidiano desta greve:

Acostumados a viver seu cotidiano presos ao chão da fábrica, ao pé da máquina, os operários, nesses trinta dias de greve, transformam completamente sua rotina. [...] Era o tempo da greve. Os piquetes de madrugada, as assembléias na parte da manhã; novamente piquetes no início da tarde, depois vinham as concentrações de grevistas na Praça da Sé, seguidas de passeatas. Chegava-se à noite em meio a reuniões de comissões de fábrica para organizar a distribuição de panfletos, organizar piquetes, etc. (COSTA, 1995, p. 179)

Os trabalhadores exigiam aumento de salário e medidas destinadas a diminuir o custo de vida. Além do saldo positivo do ponto de vista econômico, a greve permitiu o direito social de greve. “No que diz respeito ao movimento operário, a greve abalou a política do Ministério do Trabalho, consoante com a Política de Conciliação de Vargas, de procurar harmonizar empregados e empregadores” (MOISÉS, 1978, p. 70)

Em 1954, Getúlio Vargas suicida-se e assume o governo o vice-presidente Café Filho. Em 1956, Juscelino Kubitschek toma posse, iniciando o período da política

desenvolvimentista, que acarreta uma crescente dependência tecnológica, financeira e política do Brasil ao capital estrangeiro.

Nesse mesmo ano, realiza-se em Moscou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), onde Nikita Krushev denuncia os crimes de Stálin e critica o culto à personalidade. A denúncia deixa perplexos os Partidos Comunistas (PCs) do mundo inteiro. Hobsbawm comenta o episódio em sua autobiografia, dizendo que não pode “imaginar nenhum acontecimento comparável na história de qualquer movimento ideológico ou político importante. Em poucas palavras, a Revolução de Outubro criou um movimento comunista internacional; o XX Congresso o destruiu” (HOBSBAWM. 2002, p. 226).

As discussões a respeito do “relatório Krushev” geram três posições distintas: aqueles que veem as denúncias como corretas e defendem a necessidade de uma autocrítica; os que consideravam estas denúncias revisionistas e defendem a continuidade da política stalinista e por fim, os que extrapolam as duas posições e questionam a organização interna do PCB.

1.1.4 O Golpe de 64

Em 1960, Jânio Quadros é eleito presidente através de eleições diretas. Mas renuncia sete meses depois e assume o governo João Goulart, seu vice. “Durante o governo Goulart há uma abertura política no país e um fortalecimento da sociedade civil só comparável à época do pós-guerra” (FALCÃO, 1993, p. 215) E o que ocorre é que essa crescente participação das massas eleva a sua politização e o movimento operário acaba extrapolando as estruturas criadas pelo populismo para contê-lo. Passa-se a configurar no país uma situação revolucionária. O golpe passa a ser articulado e se concretiza no dia 1º de abril de 1964.

Em nome do anti-comunismo e contra o perigo da ‘subversão’, os militares e a burguesia golpista desencadearam violenta repressão sobre a classe trabalhadora e todas as forças de esquerda: intervem-se nos sindicatos, invadem-se lares, colocam-se no exílio governadores e políticos contrários ao golpe, chacinam-se camponeses no nordeste, assassinam-se trabalhadores nas cidades, torturam, provocam o ‘desaparecimento’ de lideranças sindicais e políticas, etc. [...] não foi apenas um golpe militar, foi um golpe de uma classe exploradora contra a classe explorada (SILVA, s/d:94)

Mais de 2.700 sindicatos tiveram suas diretorias cassadas. A ditadura proíbe formalmente os sindicatos de qualquer reivindicação política e salarial, transformando este em um “instrumento dócil do patronato que se utiliza da mediação sindical para a própria gestão do processo de trabalho” (HIRATA, 1980, p. 88).

Quatro anos após o golpe, em 1968, três importantes focos de resistência ocorrem. O primeiro, em março, é desencadeado, no Rio de Janeiro, em função do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, em enfrentamento com a polícia. Sua morte desencadeia uma série de manifestações que tem seu auge na passeata dos 100 mil, em 26 de junho daquele ano. No mês seguinte são os metalúrgicos da cidade de Contagem que entram em greve. Em julho os trabalhadores de Osasco paralisam seis importantes fábricas da cidade.

Segundo Hirata (1980), em Contagem, o sindicato era menos burocratizado que em outros lugares e a classe trabalhadora confiava em seus dirigentes. Tendo sido menos forte a repressão aí do que em outras regiões, os dirigentes operários puderam permanecer na cidade e se organizarem em oposições sindicais após o golpe de Estado.

Em dezembro, acontece a resposta da ditadura militar. Além da enorme repressão a cada uma das tentativas da resistência ao longo do ano, a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5) inaugura no país um longo período de ausência de qualquer tipo de liberdade e de muita repressão. Impõe-se o silêncio total.

Segundo Silva [s.d.] com a promulgação do AI-5 ocorre a eclosão da luta armada pela maioria das organizações de esquerda, por não haver condições para a luta “legal”. Em 1974 acontece o fim da guerrilha do Araguaia e, conseqüentemente, termina o período de luta armada. Não nos deteremos nesta questão, pois a imensa maioria dos que ingressavam na luta armada vinha do movimento estudantil e uma grande maioria vinha da classe média. A participação de operários na luta armada se resume a alguns casos isolados.

Quanto aos organismos sindicais, apesar de não terem sido fechados, inicialmente tiveram sua atuação limitada às rotinas previstas na legislação já existente desde a era Vargas. No início dos anos 70, em consonância com o auge do chamado “milagre econômico”, o governo passa a estimular um modelo de atuação sindical caracterizado pela ação exclusivamente assistencial.

A propaganda de que os benefícios do milagre econômico não tardariam a ser sentidos pelos trabalhadores, aliada à proposta (nada original) dos sindicatos assistenciais e a sua pronta aceitação pelas lideranças sindicais do período, teve como conseqüência um aumento considerável dos índices de sindicalização, tanto na área urbana como rural (FRANÇA, 2000, p. 54).

Até o ano de 1978, todas as formas de organização dos trabalhadores foram duramente reprimidas pela ditadura. Assassinatos e torturas eram situações corriqueiras. O movimento operário se viu quase que impossibilitado de atuar. O Sr Amadeu observa:

Sempre fui metalúrgico e assisti os comícios do sindicato. Os metalúrgicos tinham um jornal chamado Hoje. Me parece que agora o operário está ligando menos para o 1º de Maio, o trabalhador está mais acomodado. Não ligam muito como antigamente; antes esperavam o 1º de Maio como uma vingança¹² (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 93)

A atuação do movimento operário foi durante estes anos duramente reprimida, entretanto, podemos dizer que sua reação estava sendo, de alguma forma, gestada.

1.1.5 As greves do ABC e o surgimento do novo sindicalismo

Em maio de 1978, culmina um processo de resistência que se desenvolve durante os anos mais duros da ditadura. Com os níveis de exploração atingindo patamares insuportáveis e com o fim do “milagre econômico”, a classe operária concentrada no ABC paulista, rompe a barreira da legalidade e desencadeia um movimento que marcará profundamente a organização sindical e política dos trabalhadores brasileiros. “Acreditamos que no Brasil, como compara Hobsbawn, o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores e que o sucesso das primeiras greves tornou estendido em escala nacional” (WELMOWICKI, 2004, p. 51)

A concentração operária existente nas grandes montadoras do ABC havia desencadeado, fruto da super exploração dos trabalhadores, um processo que podemos chamar de “socialização das angustias, descontentamentos, desilusões”. As ações de resistência à intensa exploração, que no auge da ditadura militar muitas vezes se manifestava de maneira individual (como a falta ao trabalho), aos poucos vão ocorrendo mediadas por ações coletivas. Este depoimento de Lula ilustra essa questão: “Em 1978, a gente mudou toda a tônica da coisa: Olha, não tem cadeia para todo mundo. Se um sozinho fizer greve ele se arreventa, mas se todo mundo fizer greve, eles não têm como ferrar a gente” (SILVA, 1981, p. 38). Sobre o número de greves Lula diz que “No ano de 1978 acho que nós não passamos uma única semana sem fazer greve até dezembro. Fazíamos duas, três greves por semana. Era greve por qualquer coisa, deu a louca no mundo” (SILVA, 1981, p. 44).

Segundo Sader (1988), “nestes casos, ou a mobilização fabril foi a base de oposições que se lançaram contra direções sindicais acomodadas (como entre os metalúrgicos da capital) ou as direções sindicais absorveram a inquietação das bases e operaram uma “transformação de dentro” na prática sindical (como em São Bernardo)” (SADER, 1988, p. 180)

¹² Depoimento colhido por Ecléa Bosi em 1977.

Além do ABC paulista, que era a região mais típica dessa nova configuração sócio-econômica do país, havia também o vale do Paraíba e Campinas em São Paulo e o Vale do Aço, Betim e Contagem em Minas Gerais. Segundo Hirata (1980),

Serão os operários qualificados e semi-qualificados, jovens, sem uma experiência sindical ou política anterior, trabalhando em indústrias de grandes dimensões, modernas, produtoras de bens de consumo duráveis, que constituirão, a partir destes anos e, mais particularmente durante as greves de 1978 e 1979, os sustentáculos principais da combatividade operária (HIRATA, 1980, p. 102)

A partir daí, passam a ser centrais na atuação do movimento sindical a luta pela liberdade e autonomia dos sindicatos; a democratização das relações no interior das entidades sindicais com ampla participação das bases; a defesa do sindicato enquanto instrumento de organização da luta dos trabalhadores. Além disso, no plano político nacional, houve uma forte participação dos trabalhadores na campanha pelas Diretas Já!

“A noção de enfrentar um inimigo duro, de que era necessário se organizar para enfrentá-lo, esteve na origem de um crescimento na consciência de classe dos trabalhadores do ABC e que cada vez mais foi se estendendo. A politização era um fenômeno presente e em curso nas greves” (WELMOWICKI, 2004, p. 55).

Em decorrência disso, houve uma mudança de direção e de prática de uma parte considerável dos sindicatos, que fez do movimento sindical uma força política presente no cenário nacional. A tendência sindical que representava esse processo de mudança foi a que deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa é a razão de fundo porque a estrutura da CUT veio a ser declaradamente construída em oposição à velha estrutura e aos velhos dirigentes, como mostra o texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, em 1984:

Sindicalismo classista: dentro da realidade do conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores (PLANO DE LUTAS DO I CONGRESSO NACIONAL DA CUT, *apud* WELMOWICKI, 2004, p. 68)

É importante ressaltar que a própria organização de trabalhadores em centrais sindicais era proibida pelo Estado.

Com essas novas características, mesmo após o fim da ditadura militar, o movimento operário continuou atuante e, inclusive ampliou suas lutas, fazendo intensas greves. Os anos de 1988 e 1989 também foram anos de muita luta, com eclosão de grandes greves. “Mas o importante é que esse período foi o ápice do ciclo grevista iniciado em 1978 e encerra o mesmo,

pois logo em seguida começaria uma inflexão no fenômeno do novo movimento operário” (WELMOWICKI, 2004, p. 78)

Segundo Le Ven (1987), no período de “transição democrática” o movimento operário perdeu uma parte de sua espontaneidade e de sua autonomia, que se caracterizaria numa certa ambiguidade, já que não houve uma mudança qualitativa no tratamento institucional das questões do trabalho. Assim, segundo o autor, no caso de Minas Gerais, o grande desafio do movimento operário e sindical parece ser de ordem política, “quer dizer, a sua capacidade de se auto-organizar politicamente e de convencer as outras classes e o Estado da legitimidade de suas reivindicações e de sua força social e política (LE VEN, 1987, p. 45)”.

1.1.6 O Partido dos Trabalhadores (PT)

Com a politização do movimento operário, os líderes sindicais combativos não faziam a separação entre a atividade sindical e política. Antes desse processo era difundida a ideia de que os sindicatos não deviam se ocupar da política. Os novos sindicalistas, entretanto viam a luta política como uma atividade associada à luta salarial e a outras formas de luta. Essa foi a base para que o classismo se transferisse à esfera político-partidária e desse origem ao PT e a seu crescimento.

Em todos os fenômenos de surgimento do classismo sindical, os trabalhadores tomam consciência da força da sua unidade a partir das suas lutas e greves. Quando o operário deixa de competir com o outro pela sobrevivência e parte para a luta unido ao companheiro está avançando a uma consciência de classe inicial, de que só o seu coletivo pode fazer frente ao patrão e seus aliados. Essa visão de solidariedade e unidade de classe enquanto trabalhador e defensor de uma melhor remuneração para sua força de trabalho, pode ou não evoluir para uma consciência de classe política. No caso brasileiro, essa combinação se deu da forma que poderíamos chamar de clássica, ou seja, surge um grande movimento grevista e, no bojo dessa onda de lutas, um partido político operário e uma nova central sindical expressam essas lutas e o novo movimento operário surgido (WELMOWICKI, 2004, p. 107-108)

1.1.7 A Década de 90

Segundo Ricardo Antunes (1993), nos últimos anos da década de 80, acentuaram-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o sindicalismo brasileiro numa onda regressiva. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso. Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) continuaram e aprofundaram esse projeto

neoliberal, desmontando a pouca proteção que existe para o trabalhador e para a economia nacional: abertura comercial e desregulamentação financeira, privatização das empresas e serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos gastos e dos direitos sociais.

Esses fatores contribuem para colocar o sindicalismo brasileiro na defensiva. O desemprego intimida o trabalhador, e esse desemprego afetou, de modo marcante, o setor mais ativo do sindicalismo brasileiro nos anos 80: os metalúrgicos do ABC. Hoje, no ABC, há pouco mais da metade do número de trabalhadores que havia nos anos 80 (BOITO JR, 1999)

Ainda segundo Boito Jr. (1999), a luta dos trabalhadores foi enfraquecida pela nova linha sindical da CUT, cuja corrente majoritária, a Articulação Sindical, fez a central adotar o chamado sindicalismo propositivo, ou sindicalismo de resultados, que deprecia a ação sindical de massa e nutre a ilusão de que é possível, com base em propostas tecnicamente bem elaboradas, convencer o governo e os empresários da necessidade de mudanças na política econômica.

Assim, a CUT enfraqueceu suas concepções e sua organização: princípios que nos anos 80 eram vistos como progressistas e decisivos foram sendo abandonados, a maioria das lutas foi conduzida de forma fragmentada e os seus resultados tornaram-se, conseqüentemente, menores, o que desmotivou a participação dos trabalhadores nesses movimentos.

Segundo Andrioli (2003), o decepcionante desenvolvimento do movimento operário na década de 1990 também teve repercussões políticas no PT. Apesar de o partido ter acumulado vitórias eleitorais, especialmente em nível municipal, pode-se falar de uma perda política no seu programa. A maioria do PT abandonou as concepções socialistas e, nessa última eleição, apresentou a ideia de um pacto social para a sociedade brasileira.

Com a chegada do PT à presidência, uma nova cena se configura : pela primeira vez na história o movimento operário brasileiro está diante de um governo liderado por um partido nascido da própria organização dos trabalhadores, porém, essa vitória não significa que a correlação de forças tenha mudado em benefício dos trabalhadores. Segundo Boito Jr. (2005b), essa é uma ilusão da elite sindical, pois na realidade o governo de Lula está consolidando o modelo neoliberal no Brasil e, assim sendo, o desemprego irá se acentuar e haverá uma piora das condições de vida da maioria dos trabalhadores. Comparando os governos de FHC e de Lula, Boito Jr. (2005b), observa que o primeiro era baseado em partidos que não possuem tradição de inserção nos setores operário e popular. Lula, ao contrário, conta com o apoio de partidos como o

PT, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, assim, o governo pôde desenvolver uma política de cooptação das direções sindicais e populares através do aparelho do Estado.

Por esses fatores é que o movimento operário que possui uma postura de oposição ao governo Lula argumenta que a CUT se integrou ao Estado e não é mais uma ferramenta de luta dos trabalhadores. De fato, a CUT é hoje um grande exemplo do sindicalismo de resultados e, como consequência, se antes os sindicatos mais combativos eram filiados à central, agora há um processo de desfiliação dos sindicatos que optaram por lutar pela manutenção dos direitos dos trabalhadores. Como exemplo de sindicatos que já se desfiliamos podemos citar a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), a Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FSDM-MG) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP.

1.2 Espaços de Militância: o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (SMBHC) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

1.2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem

Surpreendeu-nos o fato de não encontramos nenhum trabalho dedicado à história de um sindicato tão grande e expressivo como o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Nossa intenção era a de traçar um histórico do sindicato, buscando compreender suas influências, recebidas e exercidas, e sua atuação em cada momento histórico, mas isso não foi possível devido à falta de material sobre o tema. Tivemos, então, que nos contentar em conhecer apenas superficialmente sua história.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais foi fundado em 1934, mas apenas foi reconhecido oficialmente em 1937. Nesse primeiro momento representava somente os trabalhadores de Belo Horizonte. Em 1951, o sindicato passou a representar também a base territorial de Contagem e passou a se chamar Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Em seus primeiros dez anos o sindicato ficou sob a influência da Igreja e, aliado a esse fato, a política corporativista de Vargas cumpriu o papel de fazer com que o sindicato

mantivesse uma política de conciliação de classes. Até 1959, observa-se então uma atuação extremamente “legalista”, agindo como um braço do Estado junto à categoria e se consolidando como um aparato burocrático e assistencialista.

A partir de então, com a consolidação da região como um pólo industrial devido à implantação da “Cidade Industrial Juventino Dias”, que ocorreu a partir de 1943, começam a surgir formas diferentes de prática sindical. A partir da greve geral de 1959, que foi parcialmente vitoriosa, eclodem muitas outras que, já dentro de uma perspectiva mais combativa colocam o SMBHC em um contexto mais amplo do sindicalismo brasileiro, tentando romper com a política de Vargas.

Dessa forma, o Golpe de 64 encontra um sindicato atuante e há então a intervenção do governo na entidade. Mas apesar dessa intervenção, as principais lideranças sindicais continuaram morando e trabalhando na Cidade Industrial e, além do trabalho de agitação junto às bases, na fábrica, esses grupos de oposição procuravam intervir no sindicato, principalmente na época dos reajustes salariais.

Em julho de 1967, são reabertas as eleições para o sindicato e é formada uma chapa de oposição ao interventor. A chapa vence as eleições, mas não toma posse por inteiro, pois o nome do presidente, juntamente com os nomes de dois outros diretores é impugnado pela Delegacia Regional do Trabalho. A luta dos metalúrgicos, entretanto, continua nas fábricas e, na sociedade em geral, há uma grande contestação política.

No ano de 1968, inicia-se, na Belgo Mineira, em Contagem, uma greve que se espalha por todas as fábricas da região industrial. Esta greve, seguida pela de Osasco em São Paulo, foi a primeira greve do país após o Golpe de 64. Uma nova intervenção do governo na entidade leva para a prisão vários diretores.

A categoria metalúrgica, nos anos que se seguiram ao movimento grevista de 1968, passou por uma longa fase de desânimo. Os metalúrgicos, um tanto conscientes, estavam desiludidos. A consciência de classe recebeu uma marretada na cabeça e ficou em estado de coma [...] Por toda parte, o movimento sindical se esvaziava. Em 1969, assume o sindicato uma direção pelega [...] e lá se manteve até ser derrotada pela Oposição Sindical em 1984. Transformou-se o sindicato em uma associação assistencial e festiva (HERNANDEZ, 2004, p. 57-58).

O processo de formação do “Novo Sindicalismo” começa a ocorrer em São Paulo e, em 1978 estouram as greves no ABC Paulista, que repercutem em todo o país. Greves espontâneas começam a ocorrer na região Industrial de Contagem, a partir de 1979. “Foi um movimento de massa, de trabalhadores organizados a partir de sua identidade no trabalho, e de

organização espontânea (LE VEN, 1987, p. 32)”. Em setembro, dirigida pelos ativistas da categoria por fora do sindicato, é deflagrada a greve geral, que toma conta das empresas de Contagem e Belo Horizonte. A Fiat, em Betim, também para.

O processo de mobilização vai se ampliando e, em 1981 os metalúrgicos da oposição sindical em Belo Horizonte/Contagem, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade e dezenas de outras categorias participam do congresso de fundação da CUT em Minas Gerais.

Em 1984 a Chapa 2, da Oposição-CUT, é eleita para a diretoria do sindicato. É o fim dos pelegos na entidade (encabeçados por João Silveira, interventor nomeado pelo Regime Militar em 1967). A chapa trazia uma proposta de rompimento com a política atual do sindicato e também com a política existente no país. A palavra de ordem da chapa era: “Fora João Silveira, Figueiredo e Delfim”.

A Chapa 2 era composta por militantes da Convergência Socialista¹³, na época uma corrente interna do PT. O PT ainda tentou, sem sucesso, desautorizar o lançamento da chapa, pois entendia que não seria possível vencer as eleições e isso traria um desgaste junto à militância. As demais forças do movimento: PC do B, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) entraram na chapa da situação. A Pastoral Operária não se posicionou, exceto o setor do Barreiro, que apoiou a chapa 2.

Com esta vitória o sindicato deixou de ter uma política de colaboração com as empresas e adotou uma postura de luta em favor dos direitos dos trabalhadores. Um papel importante do Sindicato após essa eleição foi o de apoiar todas as chapas de oposição sindical, não só as do setor metalúrgico, com o intuito de fortalecer um leque de sindicatos de esquerda. Como disse um dos diretores que entrevistamos, “nós tínhamos a linha de apoiar tudo quanto era oposição que tivesse naquele período. Pegamos e transformamos isso aqui num apoiador de oposição” (GIBA, 2004).

A nova diretoria lança então a campanha pela jornada de quarenta horas, sem redução de salário. Na política nacional o sindicato também apresenta uma postura de esquerda classista e anuncia: “Nem Tancredo, nem Maluf. Boicote ao Colégio Eleitoral”.

A organização nas fábricas avança, no ano seguinte, com o reconhecimento da primeira Comissão de Fábrica. Em 1986, o sindicato lidera a Primeira Campanha Salarial

¹³ Para maiores informações sobre a Convergência ver o capítulo sobre a história do PSTU.

Unificada da categoria, com trinta e três sindicatos metalúrgicos, o que demonstra uma atuação conjunta com o movimento sindical brasileiro.

Em março de 1989, ocorrem as greves de ocupação. Na Belgo Mineira, na SBE (Sociedade Brasileira de Eletrificação) e na Mannesmann a ocupação foi organizada por diretores do sindicato que trabalhavam nestas empresas. Os metalúrgicos se armaram com barras de ferro e produtos químicos, esperando a invasão da polícia. O então dirigente do Centro das Indústrias, Stefan Salej, ameaçava “esmagar os operários dentro da usina”, o que felizmente não aconteceu. A greve saiu vitoriosa: além do saldo organizativo, obteve um reajuste salarial de 26%.

No mesmo ano, Lula perde a eleição para Collor, que começa a implantar o modelo neoliberal, intensificado por Itamar Franco e Fernando Henrique. Isso dificulta a atuação do sindicato e a luta passa a ser predominantemente pela manutenção dos direitos adquiridos.

Uma grande conquista do sindicato foi, em 2003, o fim do banco de horas¹⁴, mas mesmo com conquistas o nível de sindicalização da categoria ainda é baixo. Segundo os diretores da entidade isso se deve ao fato de algumas empresas ameaçarem os trabalhadores que recorrem ao sindicato. A redução dos postos de trabalho também é um dos motivos. Há vinte anos existiam setenta mil metalúrgicos em Belo Horizonte e Contagem, atualmente, em 2005, não passam de quarenta mil. Além do mais, grande parte deles são terceirizados, o que dificulta ainda mais o trabalho do sindicato.

Ainda segundo os diretores, além desses fatores existem outras causas para a pouca participação política dos trabalhadores. A crise do movimento sindical da década de 90 ainda traz seus reflexos. Com a derrocada do Leste Europeu e com a traição de alguns segmentos do movimento, que deu origem à Força Sindical, os sindicatos de base também foram atingidos, ainda assim o sindicato mantém uma atuação expressiva, garantindo direitos da categoria.

O grupo político à frente do sindicato era mais ou menos o mesmo desde 1984. A chapa que ganhou a eleição na época foi agrupando nas eleições posteriores outros grupos

¹⁴ A legislação vigente garante um limite legal de 44 horas semanais para a jornada de trabalho. As horas trabalhadas além deste limite precisam ser remuneradas como “horas-extras”, com um adicional mínimo de 50% sobre o valor da jornada regular. O banco de horas promove uma desregulamentação e ampliação da jornada, pois o trabalhador pode trabalhar além do limite mencionado sem receber horas-extras. A empresa pode então obrigar o trabalhador a realizar longas jornadas diárias e semanais no momento em que seus negócios estiverem em alta e compensar as horas-extras com uma redução da jornada nas fases mais críticas do ciclo econômico. Difundiu-se a idéia de que o banco de horas garantiria maior estabilidade no emprego e evitaria demissões massivas. Mas o que se observa é exatamente o inverso: nas épocas de crise as empresas continuam demitindo e, durante os ciclos de crescimento o banco de horas desestimula novas contratações, já que é mais interessante para as empresas aumentar a jornada de trabalho, diária e semanal, sem pagar horas-extras, do que abrir novos postos de trabalho.

políticos de esquerda. Neste ano de 2005, porém a chapa não esteve unida nas eleições. Houve uma divisão entre aqueles que pensam que o sindicato deve continuar ligado à CUT e apoiando o governo Lula e aqueles que são contra as Reformas Sindical e Trabalhista, portanto são contrários à CUT e ao governo. Este último grupo, que é formado por militantes e simpatizantes do PSTU, representa aquele que ganhou o sindicato em 84 e que perdeu as eleições em abril deste ano por 55 a 43% dos votos.

Sobre a questão da mulher, a primeira discussão sobre sua participação no Sindicato dos Metalúrgicos data de 1966, quando foi realizado o Seminário Sindical Feminino. No ano seguinte uma mulher iria compor a diretoria da entidade. A participação das mulheres foi aumentando ao longo do tempo sem, entretanto, se constituir numa atuação massiva. A diretoria de 2002-2005, por exemplo, era composta por trinta e seis homens e apenas quatro mulheres.

É interessante observarmos alguns números referentes ao Sindicato: em 1991 a categoria metalúrgica contava com sessenta e cinco mil trabalhadores, hoje são quarenta mil, e o número de sócios reduziu-se drasticamente, de dezoito mil para quatro mil e duzentos no mesmo período.

1.2.2 O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Uma vez que nossos entrevistados são militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, torna-se necessário um pequeno histórico deste partido, com o objetivo de conhecermos suas concepções e ideologia e assim ampliarmos nossa compreensão do universo de nossos sujeitos. Para tal apoiamos-nos em dois textos de Antonio Ozaí da Silva (SILVA, s.d., 2001) que tratam dessa história.

O PSTU foi fundado em julho de 1994 e a principal força no interior desse movimento, em termos de militância e de influência política, era a Convergência Socialista, que por sua vez nasceu a partir de um grupo de brasileiros de esquerda que estavam exilados na Argentina. Este grupo, denominado “Ponto de Partida”, organiza-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista¹⁵ e regressam ao Brasil na clandestinidade. Em 1974, formam junto com militantes de São Paulo a Liga Operária, que terá como referência internacional o PST da

¹⁵ O termo trotskysta vem do nome do dirigente da Revolução Russa de 1917, Leon Trotsky. Após a morte de Lênin, Trotsky se afirma como principal opositor da política que vem sendo implementada na URSS por Stálin. Foi expulso da URSS, perseguido e assassinado.

Argentina, cujo principal dirigente foi Nahuel Moreno (militante trotskysta fundador da LIT-CI – Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional). Em 1975 a Liga Operária empreende um deslocamento de militantes de origem estudantil para o trabalho em fábricas com o objetivo de influir no movimento operário e formar oposições sindicais às direções pelegas e, em 1977, realiza sua conferência e muda seu nome para Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). No início do ano seguinte lança o Movimento Convergência Socialista, cujo objetivo era fazer com que as forças socialistas convergissem para um único movimento que propiciasse a construção do partido socialista no Brasil. O PST é majoritário dentro desse movimento.

Em seu congresso realizado em inícios de 1979, o PST extingue-se formalmente, e passa a chamar-se Convergência Socialista (CS), pois se constata que o objetivo de convergir o “polo operário e socialista” para um único movimento não se realizou. O congresso discute ainda a questão do Partido dos Trabalhadores, que na época era uma ideia muito incipiente. No congresso de metalúrgicos realizado em Lins-SP, os militantes da CS defenderam a ideia de construção desse partido e passam a ser então uma tendência dentro do PT, como várias outras que existiam e existem ainda hoje. Porém, desde a formação do partido a CS colocou-se como um embrião do partido revolucionário a ser construído, concebido como uma necessidade estratégica da revolução brasileira. Dessa perspectiva decorria uma prática política que priorizava a construção de sua própria organização e, em consequência, uma visão tática sobre o PT, o que gerou uma tensão permanente entre a CS e a direção do partido, que se aprofundou a partir do 5º Encontro Nacional do PT.

Neste período, a CS desenvolveu uma crítica aguda ao PT, sobretudo devido ao programa do partido pressupor alianças com a burguesia e propõe, por sua vez, um programa socialista: de caráter anti capitalista, anti imperialista e anti latifundiário; que impulsionasse a luta dos trabalhadores, pela expropriação dos monopólios e o controle dos trabalhadores; pela construção dos conselhos populares, órgãos de democracia direta; e, contra o pagamento da dívida externa. Sua política de alianças se fundamenta na independência de classe dos trabalhadores, ou seja, a formação da frente única classista com os partidos e organizações que se reivindicam do campo operário e popular.

As tensões acirraram-se em 1989 diante do aprofundamento da ação externa da CS no enfrentamento com as administrações municipais petistas. Em Timóteo (MG), o funcionalismo municipal entrou em greve e o então prefeito, Geraldo Nascimento, considerou as reivindicações

justas, mas alegou não poder conceder o reajuste salarial pretendido. A CS, que participava do secretariado com três membros, retirou-se da comissão de negociação e rompeu publicamente com o prefeito, que também era militante da CS. Porém, ao mesmo tempo em que ocorria a greve em Timóteo, estava acontecendo em São Paulo o congresso da Convergência. Os membros da CS que estavam no secretariado enviaram um relatório sobre o episódio ao congresso, que votou a expulsão de Geraldo Nascimento.

Conflitos semelhantes ocorreram em Diadema. Nesta cidade, os militantes da CS, confrontaram a política da administração de José Augusto (Prefeito de Diadema pelo PT de 1989 a 1992). A disputa mais acirrada se deu no episódio da ocupação do Buraco do Gazuzo (o Prefeito pediu a reintegração de posse da área ocupada por famílias sem casa). A CS fez uma campanha nacional contra os métodos do prefeito (uso da justiça burguesa, da violência policial, perseguição política pela maioria do Diretório Municipal, sob seu controle). A campanha denunciou a existência de dois PTs: o das origens (de luta) e o da prefeitura (contra os trabalhadores).¹⁶

Por esses episódios nota-se que, na prática, a CS atuava como fração pública do PT. Essa tática expressava uma análise sobre o PT e a sua direção hegemônica que, paulatinamente, se tornava predominante no interior da CS: a ideia de que o movimento de massas estava em ascenso e chocava-se com a direção petista integrada à ordem burguesa e em crescente desprestígio diante das bases, particularmente onde o PT administrava o aparato burguês municipal.

Para os militantes, ainda não se tratava de abandonar o PT, mas de ocupar um espaço à esquerda que estaria disponível no movimento social, entretanto, a hipótese de construção de uma Frente Revolucionária já era aventada. Tratava-se assim, de construir uma alternativa de direção.

De fato, a CS passava por inegável crescimento. Como parte do PT, refletia também a expressão e influência de massa que este conquistara. Além do mais, sua tática anterior em priorizar a atuação sindical dera resultados positivos, especialmente em Minas Gerais, onde se tornou hegemônica no setor metalúrgico, além de eleger um vereador e conquistar uma prefeitura.

¹⁶ José Augusto é hoje Subprefeito de Capela do Socorro, em São Paulo, pelo PSDB

As diferenças com o PT foram se acirrando e em 1990 alguns dirigentes petistas passam a defender abertamente a expulsão da CS. Por outro lado, vários dirigentes e militantes de diversas correntes se pronunciaram contra as medidas de exclusão. Mesmo aqueles que discordavam da política da CS em relação ao PT, consideraram que as propostas dos dirigentes nacionais da Articulação (tendência majoritária do PT) reduziam o que deveria ser uma luta política pela integração da CS ao PT a meros procedimentos burocrático-administrativos.

A repercussão dos fatos extrapolou as fronteiras do partido. Em artigo no jornal Folha de São Paulo, o jornalista José Arbex (hoje professor da PUC-SP) comparou o procedimento da direção nacional aos famosos processos de Moscou instituídos por Josef Stalin. “Por mais elaboradas que sejam as explicações da direção do PT, a expulsão dos grupos, caso seja consumada, vai caracterizar um ponto de inflexão autoritário, stalinista, na vida do partido”, escreveu¹⁷.

O presidente do PT na época, Luiz Gushiken, se defendeu dizendo que a CS não respeita as instâncias do PT e cita como exemplo a ação da CS em Timóteo, mas enquanto Gushiken dá uma conotação negativa a este caso, a CS tem uma avaliação positiva. Ela parte do pressuposto de que o mandato é do partido e que deve estar a serviço da luta dos trabalhadores. Se o executivo se choca com estes, então, “desonra o mandato”. Entre o prefeito e a luta dos trabalhadores, a função do partido, defende a CS, é apoiar os trabalhadores e resgatar o programa partidário. Nessa linha de raciocínio, a disciplina está em função do partido e não do executivo – o qual, neste caso, teria adotado uma postura “anti-petista”.

Após debates e negociações ficou acertado entre o PT e a CS que a mesma não seria expulsa, desde que se adaptasse seu funcionamento à Regulamentação sobre Tendências Internas. A CS aceitou a condição e, dessa forma, houve uma trégua na luta que vinha se travando, sem, no entanto, haver uma superação das polêmicas.

Entretanto, o período que antecedeu o 1º Congresso do PT comprovou que as intenções e declarações da CS não eram suficientes para superar a tensão existente entre a militância interna no PT e a manutenção de uma prática política que priorizava o projeto de construção do partido revolucionário. A tônica da discussão interna passou a girar em torno da seguinte questão: qual a estratégia de ruptura? Os militantes não desejavam a expulsão, para eles

¹⁷ José Arbex. “Direção do PT quer ‘stalinizar’ o partido”. **Folha de S. Paulo**, 16.05.1990

o ideal seria ter tempo e condições de preparar a ruptura. Predomina a ideia de que a expulsão/ rompimento deve ser trabalhada em duas táticas que se combinam: a defesa do PT das origens e a construção da Frente Única Revolucionária.

Essa defesa do PT das origens exigia a luta contra a política do partido de adequação ao regime burguês, a construção de um bloco alternativo que derrotasse as teses da maioria dirigente e configurasse uma nova direção que resgatasse o “PT de classe e de luta, democrático e socialista!”¹⁸

É com essa orientação política norteando sua ação que a CS, com outros grupos políticos, realizou, às vésperas do 1º Congresso, o Ato em defesa do Socialismo e da Revolução. O objetivo era unificar a intervenção da esquerda petista no congresso do partido em torno de um programa socialista e revolucionário, pelo direito de Tendência e pelo “Fora Collor!”

Esta política foi derrotada no 1º Congresso e, enquanto a maioria das Tendências petistas tinha uma avaliação positiva deste Congresso, a CS concluiu que ele concretizou o processo de domesticação do PT, em curso desde 1988. Com tamanha discordância, o caminho natural foi a defesa do não acatamento das resoluções congressuais e a opção pelo rompimento público com o PT passou a predominar. Esse projeto acelerou-se logo após o 1º Congresso, com a realização de várias reuniões entre a CS e outros grupos minoritários – locais e regionais – e militantes independentes. A partir de uma avaliação comum sobre os resultados do congresso e a conjuntura, estes setores lançaram o Manifesto por uma Alternativa Revolucionária e Socialista. Sua estratégia revolucionária foi resumida no lema “Por um governo dos trabalhadores”.

A realidade previsível se confirmou: enquanto a CS dialogava com outros setores – dentro e fora do PT – a direção majoritária acelerou o processo político da sua exclusão. Em 9 de maio, o Diretório Nacional, reunido em São Paulo, acolheu a representação contra a CS e anulou a sua condição de tendência interna do partido. A CS ainda formalizou em recurso contra sua exclusão.

As reações à expulsão da CS foram diversas. “Ao coro dos que apoiaram esta medida somou-se uma maioria silenciosa e conivente” (SILVA, 2001, p. 14). Do outro lado, vários agrupamentos e militantes, ainda que críticos às posições políticas da CS, defenderam-na. Um terceiro grupo, formado por aqueles setores que lançaram o manifesto logo após o 1º Congresso

¹⁸ Convergência Socialista. **Alerta aos Petistas**: Em defesa do PT das origens, 1991, mimeo, 2 p.

petista, permaneceu sob a órbita da discussão da Frente Revolucionária e aceleraram o processo de desfiliação do PT.

As causas da expulsão da CS encontram-se na sua reação aos fatores internos inerentes à própria evolução do PT. Consumada a expulsão, Florestan Fernandes, que já havia se pronunciado contra a expulsão, analisou como o PT, que “nasceu e cresceu opondo-se aos vícios arraigados quanto à natureza, às tarefas históricas e à organização interna democrática do partido como uma instituição-chave na vida política”, evoluiu até alcançar “posições de relevo nas estruturas de poder”¹⁹.

A CS foi uma das suas forças fundantes do PT, idealizando-o como o Partido Socialista a ser construído no Brasil. Mesmo sem o controle desse processo, atuou e contribuiu com a sua construção, compreendendo sua importância na luta dos trabalhadores. Nesse sentido, a defesa do PT das origens não é mera retórica. O PT cumpriu um papel que a CS reconhece como fundamental e se reivindica como sujeito dessa história. Entretanto a tese que prevaleceu foi a que afirmava o esgotamento do PT como possibilidade histórica de construir um partido independente e revolucionário. O PT estaria condenado pelo processo de burocratização e adaptação à institucionalidade. Seu futuro “inexorável é o de ser mais um partido da ordem”, escreveu Arcary²⁰.

A exclusão da CS acelerou o processo de construção da Frente Revolucionária. Em maio, foi lançado o Primeiro caderno de Debate Rumo ao Encontro Nacional. Resultado de uma reunião nacional entre diversas correntes, coletivos e militantes, este documento apresenta os pontos estratégicos do Movimento Pela Construção da Frente Revolucionária. Seus pontos principais são:

- A ideia de que não existiu socialismo no Leste Europeu e que este sistema só pode ser vitorioso em escala mundial;
- A permanência da “disjuntiva reforma ou revolução”;
- A negação da estratégia etapista (que estaria sendo retomada pelo PT, sob nova roupagem teórica tipo “modernidade”, “hegemonia na sociedade civil”, “democracia como valor

¹⁹ Florestan Fernandes. “A Convergência Socialista”. **Folha de S. Paulo**, 22.06.1992

²⁰ Valério Arcary. “É preciso construir alternativa ao PT”. **É Hora da Frente Revolucionária**. São Paulo, CS Editora, formato jornal, junho de 1992

estratégico” etc., combinado com uma descarada política de pactos sociais e unidade das oposições no parlamento”);

- Afirmação da luta “*pela revolução socialista que destrua o estado burguês e seu sistema político, através da mobilização e auto-organização da classe que toma o poder em suas mãos e impõe um regime de democracia operária*” (Movimento pela Construção da Frente Revolucionária. *Primeiro Caderno de Debate Rumo ao Encontro Nacional*, maio de 1992, grifos do original)

Houve uma ruptura na Frente Revolucionária original, que deu lugar à realização de dois encontros nacionais, em abril de 1993. O I Encontro Nacional da FR (nome mantido pelo novo grupo) teve a participação de noventa e oito pessoas.

O outro encontro, que reuniu cerca de setecentos militantes, lançou o Movimento Pró- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e aprovou uma resolução política que declarava a oposição intransigente ao governo Itamar, à política neoliberal e a todas as instituições do regime democrático burguês; contra qualquer pacto social e por um programa anti-capitalista.

O Movimento pró-Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado voltou-se para a preparação do congresso de fundação do novo partido e, em setembro foi lançado seu jornal e a CS cancelou a publicação do seu periódico. Esse elemento demonstra a intensificação da tendência à auto dissolução das suas correntes internas. O movimento lançou oficialmente a campanha de filiação e de formação de núcleos em todo o país. Ainda neste mês, conquistou o registro provisório.

De lá pra cá, o PSTU manteve sua política de frente classista, não aceitando alianças com partidos burgueses e tendo grande participação no movimento sindical e popular. Nas eleições de 2002 teve uma postura crítica de apoio à candidatura de Lula no segundo turno. No primeiro turno o PSTU possuía candidato próprio à presidência da República²¹, fato que havia ocorrido também nas eleições de 1998.

Hoje, o PSTU possui uma política clara de oposição ao governo Lula, pois entende que este traiu a classe trabalhadora que o elegeu, buscando mudanças. Na avaliação do partido, o governo continua aplicando a política neoliberal de ataque aos direitos dos trabalhadores.

²¹ O candidato do PSTU à presidência, José Maria de Almeida, teve sua projeção nacional como liderança do movimento de metalúrgicos quando fazia parte do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, do qual foi diretor de 1987 a 1993.

O mesmo ocorre com relação à CUT que, segundo o partido, deixou de ser uma ferramenta de luta dos trabalhadores e se tornou um braço do Estado. O PSTU faz parte de um movimento denominado Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que busca uma alternativa de esquerda à CUT. A finalidade do movimento é a organização dos trabalhadores na luta contra as reformas do governo, principalmente a sindical e a trabalhista.

Obviamente, estas posições do PSTU lhe rendem críticas que afirmam que hoje não é mais possível o enfrentamento como ocorria nas décadas anteriores e que o partido portanto não se adequou à realidade existente, hoje. As críticas são rebatidas afirmando que apenas os trabalhadores podem buscar sua emancipação e que não apenas a história faz o homem, mas o homem também constrói a história.

CAPÍTULO 2 – MILITÂNCIA: IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

2.1 Ideologia e Militância Política

Um conceito chave para a compreensão do universo da militância política é o conceito de ideologia. Este termo, cunhado em 1796, por Destut de Tracy, para significar ciência das ideias, possui hoje um número infinito de definições. Segundo Lowy (1989, p. 11) “é difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia”.

Ainda segundo este autor, na obra de Marx, mais precisamente em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. A utilização deste termo pelo movimento operário foi inaugurada, segundo Lowy (1989), por Lênin. A corrente leninista do movimento comunista é que fala, por exemplo, em luta ideológica e trabalho ideológico. Nesse sentido, ideologia designa qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe.

Existe, a respeito da obra de Marx, uma discordância com relação ao termo em questão. Segundo Ester Vaisman (1996), a obra *A Ideologia Alemã*, escrita em 1845-46 por Marx e Engels, não é, como comumente se pensa e se afirma, uma “teoria das ideologias”, desenvolvida pelos autores.

Trata-se, na verdade, especificamente de uma crítica ontológica da filosofia especulativa neohegeliana (Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner). Uma parte da obra também é dedicada à crítica dos representantes do “socialismo verdadeiro”.

Não nos deteremos aqui nas críticas específicas, mas apenas trataremos do sentido geral do texto, que, como já dissemos, é tido como base para a afirmação da existência de uma “teoria das ideologias em Marx”. Começamos, então, por expor qual era a propositura básica da filosofia neohegeliana. Segundo esses filósofos, para ocasionar uma mudança na realidade efetiva, era necessário que os homens substituíssem ideias falsas por ideias verdadeiras. Combatendo então as ideias falsas, a realidade efetiva seria transformada, ou seja, a transformação da realidade concreta é consequência de uma mudança no mundo das ideias. Tomemos uma citação de Vaisman (1996) a respeito da obra:

Marx, ao empregar aqui o termo “ideologia”, refere precisamente com isso uma propositura filosófica de talhe idealista, ou seja, identifica tanto no idealismo alemão quanto na “ideologia” dos outros povos o princípio ideal enquanto princípio determinante, “idealismo” e “ideologia” são empregados explicitamente como equivalentes, designando procedimentos de caráter especulativo (VAISMAN, 1996, p. 146).

Vaisman (1996) deixa claro, aqui, qual é o sentido do termo ideologia empregado por Marx nesta obra. O autor critica a ideologia alemã, ou seja, o idealismo filosófico, que “transforma o mundo material num mundo de pensamentos e toda história numa história de pensamentos.” (MARX; ENGELS, 1977, p. 18). A ideologia inverte, então, a realidade: não é a materialidade que produz as ideias, mas ao contrário, é o pensamento que produz a realidade efetiva. A história passa a ser a história do pensamento, das ideias. Marx então prossegue sua crítica, colocando que ideias combatendo ideias não operam mudanças no mundo real existente. Presos que estavam em seu mundo de ideias, esses filósofos nunca chegaram a pensar na relação existente entre a realidade alemã e suas ideias, pois, como já foi dito, é a realidade efetiva que determina as ideias.

Em obras escritas após *A Ideologia Alemã* há uma mudança no sentido do termo. Não é mais um sentido onto-crítico, mas sim um sentido onto-nominativo, pois denomina as formações superestruturais e as formas de consciência. O termo abrange também a produção cultural e espiritual de uma sociedade em seu conjunto. Marx utiliza ainda o termo “ideológicos” no sentido da produção intelectual matizada por uma dada classe social.

Deteremo-nos, agora, na concepção lukacsiana de ideologia, que se utiliza de um critério onto-prático para definir o termo. Para isso, como nos ensina Vaisman (1996), é preciso, antes de tratar especificamente da questão da ideologia, compreendermos a própria concepção lukacsiana de ser social.

Segundo Vaisman (1996), para Lukács (1981), o homem é um ser que responde. Assim, a realidade objetiva se apresenta ao homem enquanto possibilidades e o homem reage a ela com a alternativa que lhe é possível naquele momento. E assim ocorre, sucessivamente, pois as suas reações, as suas respostas, no momento seguinte se transformam em novas perguntas. É dessa maneira que o homem tem sua atividade aprimorada e complexificada.

Essa tomada de decisões entre alternativas se manifesta não somente na esfera econômica (onde o trabalho é o fato mais fundamental), mas em toda prática social. Assim, em toda atividade do homem existe um momento ideal, uma prévia ideação.

Entretanto, o homem nunca está, no momento da decisão entre alternativas, de posse de um conhecimento pleno de todo o processo envolvido, resta sempre um espaço desconhecido. É claro que o homem, para a realização do trabalho, precisa estar de posse da legalidade fundamental do processo.

Daí, podemos notar a unidade entre causalidade e teleologia. Assim sendo, do ponto de vista ontológico, não existe uma divisão entre o momento ideal (posição teleológica) e a realização material, pois a existência ontológica de um depende da existência ontológica do outro.

Existem, além das posições teleológicas típicas da esfera econômica, ou, posições teleológicas primárias, as posições teleológicas secundárias.

É o caso das atividades não econômicas, organizadoras da sociedade que constituem a superestrutura social, particularmente a esfera jurídico-político, cujo conteúdo pode estar voltado tanto para a manutenção quanto para o desenvolvimento ou destruição do status quo, mas cuja existência é determinada, através de múltiplas mediações, pelas necessidades postas pelo desenvolvimento material da sociedade (VAISMAN, 1996, p. 104)

Assim, são as posições teleológicas secundárias que compõem a base sobre a qual se estruturam os fenômenos ideológicos. Para Lukács (1981), apesar de tanto uma posição quanto a outra representarem tomadas de decisão entre alternativas, elas não constituem posições do mesmo gênero, isso porque “o mundo dos objetos das posições teleológicas primárias, no intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, é mais determinado e tem uma duração objetiva maior do que aquele das posições cujo objetivo é o agir futuro, desejado de outros homens”. (LUKÁCS, 1981, p. 492). E também porque “aquelas posições que objetivam diretamente o intercâmbio orgânico entre a sociedade e a natureza apresentam diferenças essenciais, tanto subjetivas quanto objetivas, em relação àquelas cuja intenção direta é transformar a consciência de outras pessoas” (LUKÁCS, 1981, p. 379).

Assim, como o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, e não a natureza, como no caso das posições teleológicas primárias, existe uma ampliação do desconhecido, das incertezas. A ideologia opera exatamente nesse espaço, no espaço das posições teleológicas secundárias, que tem por função influir sobre o comportamento dos homens. Dessa forma, a ideologia, em qualquer uma de suas formas, funciona como o momento ideal que antecede o desencadeamento da ação, nas posições teleológicas secundárias.

Se, no caso das posições teleológicas primárias, o homem reage às necessidades que a história lhe coloca, utilizando meios que são constituídos em função dessas mesmas necessidades, no caso das posições teleológicas secundárias ocorre o mesmo. Isso porque as ideias não têm vida independente do ser que as produz.

Segundo Lukács (1981, p. 446), “as formas ideológicas são instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem (a) cotidianidade”. A ideologia está assim, presente em todas as ações humanas, como formação ideal que orienta a prática social. Segundo Vaisman (1996), para Lukács (1981):

A ideologia bem determinada e compreendida, possui uma caracterização ampla que ultrapassa os limites vulgarmente atribuídos a ela. Do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis. Ou seja, onde se manifesta o ser social há problemas a resolver e respostas que visam sua solução; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações (LUKÁCS, 1981 *apud* VAISMAN, 1996, p. 110)

Na concepção restrita de ideologia, também formulada por Lukács (1981), a ideologia é utilizada pelos homens como forma de conscientização e de luta social, uma vez que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens.

Mas, como reconhecer uma ideologia? Lukács (1981), partindo de uma ontologia, não se serve do caráter epistemológico para determinar se um pensamento é ou não uma ideologia. Ao contrário, essa categoria é analisada sob fundamento onto-prático, ou seja, o que faz de um dado pensamento ideologia é a função social que desempenha na vida cotidiana efetiva, como prévia ideação da prática social.

O fato de que a imensa maioria das ideologias se funda sobre premissas que não resistem a uma crítica gnosiológica rigorosa é um problema da falsa consciência. Mas, segundo Lukács (1981), muitos dos produtos da falsa consciência nunca se tornaram ideologia, por nunca desempenharem uma função social. Da mesma forma, se uma verdade objetiva é utilizada como resposta que visa à solução de problemas sociais, esta tem função ideológica.

Assim sendo, como já dissemos anteriormente, não podemos entender uma dimensão da realidade social sem levar em consideração que este aspecto está inserido em uma realidade social mais ampla. Dessa forma, não podemos entender uma ideologia sem analisar “como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, etc.” (LOWY, 1989, p. 16).

Em uma perspectiva psicossociológica, encontramos em Pierre Ansart (1983) que a ideologia “é simultaneamente um sistema de ideias e um sistema de sentimentos, susceptível de construir, segundo as situações e as conjunturas, um modo de expressão e de canalização dos afetos e, ou, um modo de controle” (ANSART, 1983, p.77)²². Segundo o autor, é nesse sistema de representações que são sintetizados por sua vez a interpretação da situação, a designação dos objetivos a atingir e os meios para realizar esses objetivos. Aqui, irão se ligar estreitamente a linguagem e os sentimentos.

Em Ansart (1983) também encontramos a visão de que a ideologia pretende organizar a prática social e, é exatamente nesse fato que reside o prazer do ideólogo, que se faz o porta-voz de uma categoria ou de uma classe: ele fala para a defesa de um grupo e se define como responsável por sua causa. Para aqueles que aceitam ou seguem o discurso ideológico, o prazer pode parecer menos intenso, mas como nos esclarece Ansart (1983, p. 78): “toda prática ideológica comporta suas satisfações próprias. Ela oferece a cada um a satisfação de conciliar a realidade e as significações, o prazer de agir de acordo consigo mesmo, estando no bom caminho²³”. Silva (2002a) nos fala de uma experiência pessoal a esse respeito, quando se encontrava no Estádio da Vila Euclides ouvindo o discurso de Lula :

Sua voz atravessava nossos corações e mentes, reconfortava-nos e dava-nos a certeza de que a nossa luta era justa [...] quantos da minha geração não se encantaram com aquela voz e não sonharam o mesmo sonho? Aquela multidão galvanizada pelo discurso carismático do Lula, o sentimento de poder [...] (SILVA, 2002a, p. 01)

A vida cotidiana nos traz dúvidas e incertezas e um dos papéis da ideologia é exatamente o de aplacar essas dúvidas, acalmando a inquietude e a hesitação trazidas pela realidade. Por isso, a linguagem desempenha um papel de suma importância: cabe ao líder político encontrar as palavras respeitáveis, a linguagem convincente, difícil de ser negada, pois, segundo Barros (1998) a ideologia apoia-se sobre doutrinas criadas a partir de pressupostos científicos e sempre aparecem a seus adeptos como racionais. Além do mais, a ideologia cumpre o papel de oferecer aos indivíduos um sentimento de identidade através de certas referências

²² “est simultanément un système d’idées et un système de sentiments, susceptible de constituer, selon les situations et les conjonctures, un mode d’expression et de canalisation des affects et/ou un mode de contrôle”. (Tradução livre de Vanessa Andrade de Barros).

²³ “toute pratique idéologique comporte ses satisfactions propres. Elle offre à chacun la satisfaction de concilier la réalité et les significations, le plaisir d’agir en accord avec soi-même et en détenant le bon droit.” (Tradução livre de Vanessa Andrade Barros).

identificatórias, como por exemplo, a ideia de igualdade. A esse respeito citaremos uma passagem interessante do livro de Hobsbawm (2000), *Mundos do Trabalho*:

A consciência da classe operária em ambos os níveis implica a organização formal; e uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe, que sem ela seria pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais. A organização (o sindicato, partido ou movimento) torna-se assim uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ela contempla e completa [...] o militante da classe operária parte do pressuposto de que as palavras do “sindicato” são as suas, elas são o que eles diriam se tivessem a capacidade pessoal de dizê-lo (HOBSBAWN, 2000, p. 46)

Uma outra característica importante da ideologia é que ela sempre carrega consigo uma ilusão: os tempos serão transformados, nossas necessidades serão satisfeitas. Parece ser dessa mesma forma que as pessoas se voltam para a religião: na ilusão de que novos tempos virão para aqueles que seguem os preceitos divinos.

Entretanto, como adverte Ansart (1978, p. 35), “esta evocação dos mitos e das religiões não conduz, de maneira alguma, à confusão com as ideologias políticas e menos ainda a transformar as últimas, simplesmente, em religiões do mundo moderno”. Para este autor, esta comparação apenas nos permite pensar quantas das funções essenciais, que antes eram cumpridas pela religião, são preenchidas por esse mecanismo simbólico.

Uma vez que a ideologia política visa designar o verdadeiro sentido dos atos coletivos, sua busca é a de uma explicação sintética, “onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade significativa” (ANSART, 1978, p. 36). E, como observa esse autor, a religião também cumpriu este papel de justificar e dar sentido à ação dos indivíduos, mas, com a evolução da história, “a ideologia encarrega-se dessa função social geral e universalizante, a de atribuir sentido à ação e, em primeiro lugar, aos projetos e aos empreendimentos políticos (ANSART, 1978, p. 36)”

Podemos dizer que a ideologia renova a função da religião na identificação dos indivíduos, pois convoca um grupo particular, um partido, por exemplo, para uma ação também particular, estabelecendo as fronteiras e recriando os instrumentos de magnificação do grupo envolvido. Entretanto, a ideologia moderna se difere da religião na medida em que aquela se propõe a enunciar, sem referência a algo transcendental, as justas ações e os atos legítimos.

Com relação à adesão passional, “a experiência demonstra à sociedade que os valores políticos veiculados pelas ideologias se acham tão efetivamente investidos como os valores religiosos” (ANSART, 1978, p. 45). Este ponto nos remete, finalmente, ao tema principal de nosso trabalho: a militância política. De fato, é no militante que encontramos mais nitidamente

esta adesão passional à uma ideologia, recoberta por um caráter mesmo religioso. Trotsky (1980), em seu testamento, redigido seis meses antes de sua morte, deixa transparecer esta relação entre religião e ideologia: “Mas sejam quais forem as circunstâncias da minha morte, morrerei com uma fé inabalável no futuro comunista. Esta fé no homem e no futuro me dá, mesmo agora, uma força de resistência que religião nenhuma me poderia dar” (TROTSKY, 1980, p. 125)

É interessante observarmos que segundo Souza (1999) o termo militante deriva do latim *militare*, verbo que começa a ser empregado na linguagem teológica a partir da idade média, qualificando nesse momento a igreja. Em seu sentido moderno, o termo define aquele que defende ativamente uma causa, entrando em combate para ver vitoriosas as ideias do grupo a que pertence. O autor se pergunta então “se neste seu sentido moderno o termo militante indicaria uma ruptura radical com a experiência religiosa e militar ou, em grande medida, representaria um reaproveitamento de certas técnicas e saberes religiosos e militares agora no campo de batalha político” (SOUZA, 1999, p. 134).

Este aspecto da religiosidade é observado por Vanessa Barros (1998), em seu trabalho sobre a trajetória política de dirigentes sindicais, onde aparece no discurso dos militantes este caráter religioso, no sentido de devoção extrema que tomam seus engajamentos. Silva (2002a, p. 02) também nos diz que “quando se faz política por vocação é preciso uma certa dose de messianismo: é preciso acreditar de uma forma quase religiosa”.

Antonio Cattani (1992, p. 202) também se refere ao caráter religioso da militância: “para alguns (militantes) o ascetismo e a obediência às lideranças era equivalente às das ordens religiosas”.

Entretanto, para este autor, esse padrão de militância está esgotado. Nosso conhecimento empírico do tema também confirma essa tese. Segundo ele, no início dos anos 80 o perfil do militante era bem definido: eram dedicados à militância 24 horas por dia. “Os adversários eram enfrentados com ódio de classe, os debates entre militantes eram acalorados, as mobilizações levadas com paixão (CATTANI, 1992, p. 190)”

O mesmo autor, olhando para o meio sindical uma década depois (início dos anos 90), tem uma visão bem diferente. “O enfrentamento foi substituído pela negociação conduzida pelos advogados, as discussões políticas estão amortecidas, os guerreiros estão repousando ou transformaram-se em burocratas. A barba e a boina deram lugar a um visual *clean*” (CATTANI, 1992, p. 190).

Observando esta mudança do padrão de militância, Cattani (1992) define três grupos que representam a tendência dos militantes atualmente:

- Os trânsfugas – são aqueles militantes que tiveram participações diversas nos anos 80 e em certo momento abandonaram a militância e a participação em instituições. Estima-se que esse grupo corresponda a 5% do total.

A dimensão do grupo dos trânsfugas refutou uma hipótese que o autor possuía antes de iniciar sua pesquisa: a de que grande parte dos ativistas da década de 80 estariam hoje acomodados ou teriam abandonado a militância.

- Pelo contrário, o grupo mais expressivo encontrado por Cattani (1992) foi o grupo dos reciclados, com 85% do total. São pessoas que militaram intensamente nos anos 80 e permanecem envolvidos com atividades sindicais, mas se distanciam cada vez mais do padrão anterior de militância. Silva (2005a, p. 01) nos fala de sua experiência pessoal neste aspecto: “Aprendemos e erramos muito. Não obstante, a política fazia sentido. Acreditávamos que poderíamos mudar a nossa vida e o Brasil – e muitos mudaram apenas as suas vidas e hoje é difícil nos reconhecermos em certos companheiros daquela caminhada”. Um de nossos entrevistados, que é militante político desde 1979, também nos falou sobre este fato:

Mesmo os caras que pararam de militar, você pode observar bem, a maioria, não é que parou de militar. Eles capitularam uma situação, uma grande maioria, mas estão no movimento também. Ele pode não ser um militante, aquele militante bolchevique ali ne? Isso é verdade, tem muitos ne, mas tem uns caras aí que saíram do movimento, ta enfiado aí numa prefeitura, uns saíram para fazer advocacia para depois ser advogado do sindicato, mas ta tudo no meio do trem (GIBA, 2004)

- O terceiro grupo é o dos chamados militontos.

É aquele constituído por ativistas que mantém o perfil do militante do início da década de 80. Alguns são remanescentes daquele período ou mesmo de períodos anteriores; outros bem mais jovens, reproduzem os traços principais do bolchevique clássico: militância diuturna, rigidez moral e teórica, abnegado e intransigente na defesa da ‘gloriosa classe operária’ (CATTANI, 1992, p. 199).

Segundo Cattani (1992, p. 207), esse grupo se deve ao fato de que a “existência de pessoas que procuram fugir dos problemas individuais dissolvendo-se na vida pública é uma marca permanente no ativismo político”.

Acreditamos que esta seja uma afirmação preconceituosa. A própria denominação “militonto” (que não foi cunhada pelo autor, mas sim retirada da fala dos próprios sindicalistas), já traz em si um juízo negativo. Ansart critica essa postura. “Essa oposição do fanatismo e do normal sugere por sua vez que as paixões políticas são excepcionais, irracionais e que elas têm

pouca importância nos períodos relativamente menos violentos da história (ANSART, 1983, p. 12)²⁴”.

Esta visão talvez se encontre entre os fatores que participam do distanciamento da psicologia, e das ciências sociais em geral, do estudo das afetividades políticas. Entretanto, não podemos nos esquecer que a ilusão cultivada pelo militante político é necessária à edificação do mundo social. Esta ilusão de que o mundo será transformado e as necessidades satisfeitas, como dissemos anteriormente, está presente em toda ideologia. Concordamos com Barros (2002) neste aspecto: é justamente a ilusão (apesar de seu caráter fascinador que muitas vezes transporta o indivíduo para fora da realidade) que mobiliza emoções e interesses e engaja os indivíduos num projeto visando o bem comum. Lembrando Weber (1999, p. 123):

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, *paixão e senso de proporções*. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível (grifo nosso).

Em outras palavras, como diz o compositor Nando Reis: o desejo é o que torna o irreal possível²⁵. Em nossa pesquisa percebemos que os militantes com os quais conversamos possuem a crença de que é possível se construir outro tipo de sociedade e a ideologia do partido cumpre um papel determinante nesse aspecto. Na verdade, eles acreditam estar, no dia a dia da militância, construindo uma sociedade que será diferente desta que conhecemos. “Nós acreditamos e lutamos por um mundo melhor. Então o que eu quero é deixar minha contribuição. Meu trabalho não está sendo em vão. Quero continuar e espero estar contribuindo dessa forma (ANTÔNIA, 2004)”

Quando questionados a respeito de frustração de muitos que não veem as mudanças acontecerem e acabam abandonando a militância, a questão da ideologia do partido aparece como determinante na continuidade deles como militantes. Na questão da queda do comunismo no leste europeu, por exemplo: eles são trotskistas e Trotsky foi perseguido e morto por Stálin. Dessa forma, a queda do regime do leste europeu não teve sobre eles o mesmo efeito que teve sobre grande parte da militância, principalmente os militantes dos partidos comunistas, já que para eles aquele não era um regime socialista.

²⁴ Cette opposition du fanatisme et du normal suggère tout à la fois que les passions politiques sont exceptionnelles, irrationnelles, et qu’elles son de peu d’importance dans les périodes relativement moins violentes de l’histoire. (Tradução livre de Vanessa Andrade Barros).

²⁵ Nando Reis, **Meu mundo ficaria completo**. Warner Chappell, 1999.

Um outro exemplo que podemos citar é o caso do governo Lula. Muitos ativistas se desiludiram com sua chegada ao poder. Temos como exemplo um texto de Antonio Ozaí da Silva intitulado Memórias de um lulista desapontado, onde o autor fala de sua experiência pessoal. O texto foi escrito durante a campanha eleitoral de 2002, eis um trecho: “Bons tempos aqueles em que Lula se preocupava mais em convencer os trabalhadores de que é possível romper com tudo isso que está aí e não tinha tanta sofreguidão em se aliar com certos liberais, religiosos suspeitos e a elite empresarial” (SILVA, 2002a, p. 3-4).

Os militantes entrevistados por nós já possuíam a “proteção” da ideologia do partido nesta questão também, pois acreditam que não será possível mudar a sociedade através de eleições, já “que o funcionamento regular das instituições democráticas (eleições regulares, pluralismo partidário, liberdades democráticas, etc.) têm igualmente contribuído para a legitimação da ordem burguesa” (TOLEDO, 1994, p. 34). Um dos militantes nos falou a esse respeito:

“Se você atua apenas como dirigente do movimento, aí porque o Lula chegou no governo não tem jeito muito não. Como a gente [militante partidário] entende a questão histórica, entende a questão partidária, da teoria mesmo ne, marxista, sabe que isso é possível e necessário” (GIBA, 2004)

É “possível e necessário” continuar militando porque a eleição do Lula nunca representou para eles possibilidade de mudanças.

Essa diferenciação entre militante partidário e ativista do movimento aparece sempre nas falas dos nossos entrevistados. O ativista não teria uma visão completa do processo, seria uma visão apenas sindical, de procurar melhorias mais imediatas, não tendo como finalidade a transformação da sociedade. Quem traz essa visão de que é preciso mudar radicalmente a realidade é o partido. “Então é por isso que o sentimento era muito sindical. Para aquelas condições, ne, que eu acho que até hoje é um sentimento da classe trabalhadora, no princípio ela parte disso. Quem faz a ponte para frente é o partido” (GIBA, 2004)

E ainda: “Se o partido não estiver junto da classe trabalhadora, para organizar, pra dar formação, é lógico que não dão conta sozinho. Ele não vai conseguir se expressar, ele não vai conseguir dirigir o processo” (BATATA, 2004).

É bom esclarecermos que estes militantes se reivindicam revolucionários, ou seja, “sem rejeitar a luta contínua por reformas sociais, por melhorias na situação dos trabalhadores e pela defesa das instituições democráticas, os revolucionários se orientam por seu objetivo último

– a conquista de poder político e a abolição do sistema de exploração capitalista” (RATTNER, 2002, p. 02).

A busca por mudanças através da revolução e não através da política institucional também é um diferencial desses militantes. Assim, eles não buscam a construção de carreiras políticas, o que é extremamente comum no meio sindical. Barros (1998) nos fala da história de um dirigente sindical que se elegeu deputado, mas que não conseguiu se reeleger. Isso lhe trouxe uma frustração muito grande e ele nunca mais quis sequer falar em política. Os sujeitos entrevistados por nós criticam esta postura política dos dirigentes que passam a colocar a questão eleitoral em primeiro lugar.

É necessário ter alguém que seja candidato. As pessoas no nosso partido normalmente não gostam de ser candidato não. Briga pra, cada um empurrando o outro para ver quem vai ser. O pessoal de vez em quando fala e elogia aí que eu sou um cara que fui candidato a quase tudo que foi necessário aqui no partido e nunca saí do partido. Já teve vários companheiros que saíram, entrou em crise. Perdeu a eleição. O cara entra pensando que vai ganhar a eleição e essa ilusão eu não tenho. Se ganhar a eleição, eu vou ser um parlamentar ou seja lá o que for, a serviço do partido, não a meu. Não é nada pessoal. Eu não tenho ambição assim de ficar rico (ISRAEL, 2004)

Enfim, notamos em nossas entrevistas com estes militantes que a ideologia do partido cumpre exatamente o papel discutido por Ansart (1978), de organizar a prática social e também de canalizar os afetos, propiciando conciliar a realidade e as significações. Quando perguntamos a um destes militantes qual era o principal benefício da militância, ele nos respondeu: “A principal vantagem é você saber a sua localização, seu papel na sociedade. Esse é o principal. Te dá, te mostra que você tem passado, que você não está sozinho, e que tem um futuro adiante” (BATATA, 2004)

Goss (s.d) realizou um trabalho com cinco militantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte Regional de Florianópolis), que são também ligadas ao PSTU. A autora também encontrou nos depoimentos das militantes esta função da ideologia, que descreveu assim:

As militantes do Sinte, apesar de terem origens sociais, regionais e culturais bem diferenciadas, compartilham um mesmo *habitus* desenvolvido na militância sindical e partidária. A pouca atenção para o “lado material”, a recusa à sociedade em que vivemos, a crítica acima de tudo, a pureza dos sentimentos e ações que não estão contaminadas pela perversidade do capital. [...] as militantes também inventam essa “ideologia pura”, que as livra da contaminação pelo capital (GOSS, s.d., p. 07).

Voltando um pouco à questão da queda do comunismo no leste europeu e seus reflexos na esquerda, observamos que no caso de nossos entrevistados houve um momento de

desilusão. Não porque o comunismo chegasse ao fim, mas porque a corrente política de que fazem parte interpretou os acontecimentos como sendo o fim de um regime burocrático e a abertura de um caminho para a construção do verdadeiro socialismo. Entretanto, o que se observou com o desenrolar dos acontecimentos foi que, na verdade, eles representaram o retorno ao capitalismo. Vejamos o que um de nossos entrevistados nos disse sobre esses acontecimentos:

Então teve greve de ocupação aqui [na Mannesmann, em 89]. Já tinha tido greve de ocupação na CSN lá em Volta Redonda. Muitas lutas acontecendo, um reboiço assim em termos de mobilização geral. Depois, queda do Muro de Berlim. Um grande movimento, grande mobilização do leste europeu inteiro. Os países do leste europeu tudo, eles derrubando as ditaduras que tinham lá, as ditaduras burocráticas que tinham no leste europeu. Hungria, Iugoslávia, Romênia. Todos os países lá do leste europeu. Muro de Berlim, a queda do muro de Berlim. União Soviética, fim da União Soviética, a abertura lá, Glasnost. Isso aí tudo era um movimento que teve muito forte no mundo. E aí o nosso partido entendeu que ali era uma possibilidade de fazer a revolução. Eu concordei. Ali era possível fazer a revolução. O problema é como você enfoca a situação né? (ISRAEL, 2004)

Só que o leste europeu voltou, na verdade, era a reconstituição do capitalismo. A Argentina, a burguesia conseguiu controlar o movimento. Aqui no Brasil o Collor ganhou a eleição. Quer dizer, foi tudo aquele, um baque, um balde de água fria. Foi uma crise muito grande no partido, muita gente saiu, muita gente foi pra casa, outros foram para outras organizações e tal. Teve gente que não entendeu também. Mas eu continuei sonhando com a revolução. Mesmo com esse, eu não acho que foi uma derrota. Foi uma derrota ne, mas não acho uma derrota plastante, foi uma, vamos dizer assim: na história do tempo, uma parada, alguma coisa assim, que não muito forte, porque eu ainda acho que é possível fazer a revolução. O sonho não acabou não. (ISRAEL, 2004)

2.2 Militância e consciência de classe

Antonio Ozaí da Silva (s.d., p. 228) nos ensina que: “é no desenvolvimento desta luta (do proletariado contra a burguesia) que os trabalhadores ao adquirirem clareza em relação ao antagonismo entre seus interesses e os dos burgueses, constituem-se como classe, com uma ideologia própria e um projeto de sociedade próprio [...]”.

Percebemos isso nas conversas com os sujeitos de nossa pesquisa. Eles iniciam a militância por algum descontentamento com as condições de trabalho, seja falta de segurança, seja o baixo salário. Uma vez inseridos no processo de luta, eles começam a adquirir consciência

de classe²⁶ e percebem que há uma divergência fundamental entre suas aspirações e as aspirações da burguesia. Um de nossos sujeitos nos traz uma fala emblemática a esse respeito:

Mas falando pela minha experiência, que eu já vi, é que primeiro depende das condições. Primeiro da realidade, pois o trabalhador ele se move por coisas concretas. Eu não imaginava, quando eu ia pedir aumento, mesmo às vezes já estando no partido, eu não imaginava aquilo como parte da luta de classes. Depois parava e pensava: deve ser isso a luta de classes. Esse embate aqui. Mas aí mais é pela necessidade. Então aquele embate ali, é que *criou um sentimento*. Você vê que o patrão não está nem aí (BATATA, 2004, destaque nosso)

Podemos dizer que este sentimento que leva o trabalhador a se tornar um militante político não é decorrente apenas de sua consciência pura e simples, mas da experiência com a realidade. Para clarearmos esta questão recorreremos a Marx, através da tese de doutorado de Ester Vaisman (1996). Segundo a autora, para Marx os homens se diferenciam dos animais no momento em que começam a produzir seus meios de vida e, por consequência, produzem a si próprios. Produção dos meios de vida não se refere aqui apenas às necessidades materiais dos homens, mas, à produção de todas as dimensões da vida humana. Mas essa produção depende de uma materialidade específica, ou seja, histórico-social, e, por isso, possui caráter real.

Dessa forma, em Marx, na medida em que os homens não são tomados mais, restritamente, enquanto produtores de ideias – que é o modo pelo qual a especulação neohegeliana²⁷ os concebe – mas, fundamentalmente como produtores de seus meios de vida, as ideias, assim como quaisquer outras manifestações humanas, são resultado da atividade de homens reais, que entre outras coisas, produzem também ideias, mas não exclusiva ou prioritariamente. As representações, portanto, não tem existência autônoma. Os entes reais são os indivíduos, as ideias são apenas ideias dos indivíduos, estes sim, seres reais e ativos.

A consciência é, portanto, um fato histórico e, como tal, apenas podemos entender e explicar a consciência dos homens se buscarmos essa explicação não na própria consciência, mas sim do lugar de onde ele emerge, ou seja, nas formas sociais de produção do homem.

É importante ressaltarmos aqui que “não apenas as idéias que corroboram determinada forma da produção da vida humana são engendradas em tal contexto, mas também aquelas que propõem a ruptura com a situação vigente” (BARBOSA, 2001, p.120). Para que

²⁶ Consciência de classe é “a consciência que dada classe social tem dos seus interesses e, por conseguinte, das diretivas do seu comportamento social, em condições concretas de tempo e lugar” (SCHAFF, 1973, p. 9).

²⁷ Sobre a crítica de Marx ao neohegelianos ver cap. 2.1.

existam formações teóricas que afirmem a necessidade de superação e revolução, é necessário que a necessidade real das mesmas esteja posta.

Nossos entrevistados nos relataram que a realidade do trabalho na fábrica os “empurrou” para a militância. O trabalho pesado, cansativo, não valorizado e ainda com o risco iminente de acidentes.

Eu fui trabalhar nessa fábrica, de ajudante. E ali que senti na pele o que é que é. Com 17 dias de trabalho eu tive um acidente, quase perdi os dedos. Assim, eu não analisava em vista de uma estratégia, de uma tática, era imediato. Quero aumento e quero aumento agora. Porque o bicho lá em casa ta pegando. Tenho que comprar remédio para os meus pais, eles estão doentes (BATATA, 2004)

Com o tempo e o aprendizado adquirido no dia a dia da militância sindical, digamos assim, há o afloramento da consciência de classe e este militante passa então a fazer a relação entre a sua condição e a organização da sociedade existente.

A partir do momento que você passa a se integrar mesmo à militância política, principalmente a partidária, a sindical é um movimento, pode estar agora e depois não estar. No movimento tem isso. Você pode ser um ativista hoje numa greve e amanhã não ser mais. Isso é marxismo né, consciência no partido. Quando você transforma em consciência de classe. Não só a do movimento (GIBA, 2004)

Hobsbawm (2000), em seu artigo intitulado notas sobre consciência de classe nos fala sobre essa diferenciação dos níveis de consciência. Segundo o autor, o nível mais baixo é representado pelo que Lênin chamou de “consciência sindical” e o mais alto é representado pela “consciência socialista”. A primeira é aquela gerada mais espontaneamente, mas também a mais limitada. “Sem a última, a consciência de classe da classe operária é, historicamente falando, incompleta, e sua própria presença como classe pode ser questionada, como nos Estados Unidos” (HOBSBAWM, 2000, p. 47)

Le Ven (1987) também frisa esta questão. Segundo ele, a classe trabalhadora é capaz de formular seu projeto de sociedade, mas para implementá-lo ela precisa enfrentar o Estado, ou seja, o poder político. Para isso é necessário partidos de classe mais definidos e, primordialmente, uma mudança no relacionamento com o poder político, uma vez que há uma tendência em parte da esquerda de procurar o Estado como lugar de resolução de seus problemas.

Esse mesmo militante, acima citado, nos disse algo que achamos muito interessante:

A sua base ideológica, o momento político, a sua formação política, sua compreensão do que ta acontecendo, aí o papel da formação é bastante importante. Mas pra mim, formação por formação ela não consolida e deixa de consolidar a militância. Eu acho que ela dá base pra militância. A consolidação vem da própria prática no movimento né. Se não tem essa prática, vai virar uma teoria né. E aí vai ficar na teoria tal, beleza. Eu acho

que tem que estar combinado né, a teoria e a prática. A atuação revolucionária. (GIBA, 2004)

Marx também discute em sua obra esta questão da consciência e da ação dos homens. Segundo Barbosa (2001), Marx de forma alguma desconsidera o papel ativo e a importância do pensamento na luta real dos homens. A atividade crítica – o pensamento – tem um papel fundamental no desvendamento e no entendimento da realidade a ser transformada, apontando os meios para tal transformação. Entretanto a transformação efetiva só se dará por meio da atividade prática, que é indissociável de seu componente ideal.

2.2.1 As determinações da militância

Hobsbawm (2002) em sua autobiografia descreve o momento em que ele “se tornou” comunista da seguinte forma:

Os meses que passei em Berlim me tornaram comunista para o resto da vida, ou pelo menos me transformaram em alguém cuja vida perderia a natureza e o significado sem o projeto político a que se dedicou quando estudante, ainda que visivelmente este projeto tenha falido – e, como agora sei, somente poderia falir. O sonho da Revolução de Outubro ainda está em algum lugar dentro de mim, assim como um texto apagado do computador lá permanece, à espera de que os técnicos o recuperem dos discos rígidos. [...] porque pertencem à geração para a qual a Revolução de Outubro representava a esperança do mundo, [...] a foice e o martelo da União Soviética eram seu símbolo. Mas o que poderia ter transformado aquele menino de escola de Berlim em comunista? (HOBSBAWM, 2002, p. 73)

O autor vai então fazendo em sua autobiografia uma reconstrução histórica da Berlim do início dos anos 30, levando em consideração, é claro, a conjuntura mundial. Ele então afirma que não havia nele características que justificassem tal escolha e acaba concluindo que “se fosse fazer a tentativa mental de transpor o menino que eu era então para outra época e lugar – digamos, para a Inglaterra dos anos 50 ou os Estados Unidos dos 80 -, não poderia imaginá-lo mergulhando, como mergulhei, no engajamento passional com a revolução mundial” (HOBSBAWM, 2002, p. 75).

Três, dos quatro sujeitos que entrevistamos, também identificam o momento histórico como determinante para sua transformação em militantes políticos. Os dois primeiros, como já dissemos, iniciam sua militância no final da década de 70, quando surge o novo sindicalismo²⁸ no Brasil e há na sociedade como um todo um sentimento de contestação da ordem vigente, no caso a ditadura militar. É interessante notar que os trabalhadores metalúrgicos possuem uma longa

²⁸ Sobre o novo sindicalismo ver cap. 1.1

história de contestação da situação vigente. No referido livro de Eclea Bosi (1987) encontramos um depoimento interessante do Sr Amadeu sobre os metalúrgicos na década de 40:

Na conquista do 13º salário, os sindicatos anunciaram que sem o 13º ninguém iria trabalhar. O Carvalho Pinto pediu ao operário que fosse trabalhar e esperasse sair o 13º depois. Mas a turma do sindicato ficava na porta para que ninguém entrasse. Fizeram uma cadeia improvisada na Mooca e prenderam centenas de operários. No dia seguinte os patrões tiraram os cartões de todos que não tinham ido trabalhar. Estavam despedidos. Eu não fui trabalhar. Tiraram meu cartão. Nessa época tachavam os metalúrgicos de comunistas [...] houve um corre-corre em que muitos metalúrgicos foram presos (AMADEU *apud* BOSI, 1987, p. 87)

Vejamos então alguns depoimentos a respeito da influência do momento histórico na “escolha militante” dos nossos entrevistados:

Eu acho que pode ser, uma das coisas que pode ter influenciado é o momento político mesmo que a gente passou. Eu nasci em 57. Quer dizer, uma criança ainda no período da ditadura, pré-adolescência aí no período do auge da ditadura. Necessariamente a gente via isto. Essas coisas todas eu via, nessa época tava com 16 anos. Então eu acho que essas coisas devem ter influenciado na consciência né? Mesmo que inconscientemente. Agora a militância organizada partidariamente eu acho que ela teve a ver com o momento político. O momento político teve bastante importância. Agora o ativista que surgiu naquele período de 79 foi início de um novo sindicalismo brasileiro também. (GIBA, 2004)

Aqui no Sindicato eu lembro que tinha uns dois diretores do sindicato que moravam no bairro das Indústrias, que foram cassados, que foram presos. Então teve uma repressão enorme. E eu fiquei com aquele negócio. Eu tinha 8 anos de idade, 8 para 9 anos. Fiquei com aquele negócio na cabeça. É uma história assim, que eu achava interessante. Não era militante de nada, mas eu ficava sabendo das histórias. Andava sempre junto com algumas pessoas assim que tinha. E no bairro tinha uma certa politização assim, por ter muito militante, muitas organizações diferentes. Sempre tava correndo algum assunto assim sobre a repressão, guerrilha do Araguaia, coisa do tipo assim. (ISRAEL, 2004)

Nosso terceiro entrevistado iniciou sua militância no início dos anos 90 e identifica o movimento “Fora Collor” como determinante para sua entrada para o movimento político:

Na época do Fora Collor. Quando o Collor ganhou a eleição, meu pai tinha um restaurante na porta de uma empresa: Embrapa. E a partir de 88, 89, tinham muitas greves. E a gente trabalhava junto com ele. Ele, minha irmã, meu irmão. E a gente via aquela movimentação. Aí depois de um tempo até a gente mesmo começou a entrar no meio. Achava aquilo legal e ficava no meio do pessoal. Aí por essa época, 92, eu entrei em 92, começou a surgir o movimento Fora Collor, e eu comecei a fazer cursinho no centro, pré-vestibular. Mas nos finais de semana, nós começamos, a turma da escola, que já tinha formado e o pessoal que continuava estudando, nós formamos um grupo. A idéia nossa era a seguinte: nós temos que fazer alguma coisa. A juventude está na rua, está protestando. E a gente queria discutir como é que nós podemos mudar alguma coisa (BATATA, 2004)

A partir destes depoimentos podemos notar o que Marx (1980) chamou de determinação social do pensamento. Como já foi dito, para ele a consciência só existe como consciência dos homens reais e ativos. A consciência nasce da atividade dos homens sociais. As

formas de consciência são então explicadas por Marx através das diferentes formas de sociabilidade engendradas pela produção dos meios de vida:

Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas *formas* de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1980, p. 301).

Dessa maneira, as diferentes formas de pensamento não são, e nem poderiam ser, auto engendradas. Elas são a expressão consciente das relações dos homens, de sua atividade concreta. Se num dado pensamento a realidade encontra-se invertida, essa realidade não foi invertida na consciência. Essa inversão é fruto da atividade material e da sociabilidade limitados do homem. É a sociabilidade, a atividade concreta do homem que permite a ele apreender, ou não, os nexos constitutivos da realidade. Essa é a determinação social do pensamento.

Vejamos uma passagem do livro *Minha Vida*, de Leon Trotsky (1978). Nele o autor conta sua história pessoal: a de um dirigente da revolução russa que após a morte de Lênin foi perseguido e exilado por Stálin. Seus filhos foram assassinados e a despeito de todas as adversidades ele não abriu mão de sua luta pela revolução mundial. Trotsky foi, por fim, assassinado a mando de Stalin quando se encontrava exilado no México, em 1940. “Não posso negar que a minha vida não tenha sido das mais comuns. Mas é preciso atinar com as razões disso, procurando-as antes nas circunstâncias da época do que em mim mesmo (TROTSKY, 1978, p. 12)

Foi generalizada a ideia de que a determinação social do pensamento implicaria, necessariamente, um elemento negativo, ou restritivo, impedindo a devida apreensão do real pelos homens. Não é isso que se encontra na obra marxiana. O que existe é que a sociabilidade traz ao homem a possibilidade do pensamento, tanto no sentido negativo, como positivo. Vejamos a continuação da referida passagem do livro de Trotsky (1978):

Que em mim haja certos traços pessoais indispensáveis para que eu tenha podido cumprir a tarefa, boa ou má, que tenho cumprido, é evidente; entretanto, em outras circunstâncias históricas, essas particularidades individuais bem poderiam dormir tranquilamente, da mesma maneira que dormem numerosas inclinações e paixões humanas que a vida social não reclama (TROTSKY, 1978, p. 12).

Nossos sujeitos também nos falaram dessas características pessoais, que são necessárias. Logicamente, não há uma determinação mecânica entre o momento histórico e as

características pessoais. Se assim o fosse não haveria a pluralidade de indivíduos que conhecemos. A consciência social adquirida devido às atividades, experiências e determinações concretas individuais interioriza-se no sujeito de forma singular.

Eu acho que tudo isso são coisas que foram moldando aí a turma. Eu acho que essa influência que todos nós tivemos [a influência das greves de 79, 80]. E o porquê de ficar, tem a ver com as características, com o papel que cada um cumpriu em cada momento, eu acho que pode ser isso também. Acho que tem muito a ver também com as características das pessoas, com a sua trajetória também. (GIBA, 2004)

Para entendermos a fundo as determinações dessa adesão a uma causa, seria necessária a análise de toda a história de vida desses militantes, só assim poderíamos compreender as múltiplas determinações desta escolha, ou seja, as articulações entre os fenômenos objetivos e a experiência subjetiva.

Um de nossos entrevistados nos contou uma história interessante: a de um ex-militante que se elegeu vereador quando ainda eram do mesmo partido e acreditavam, ambos, que a militância poderia mudar as relações existentes na sociedade. Depois de um ano da eleição este vereador sai do partido e isto causa uma decepção muito grande em toda a militância, que se dedicou muito à campanha e que acreditava que este militante também dedicava sua vida à mesma causa que eles. Hoje, este ex-vereador está na prefeitura de Belo Horizonte. A explicação para este fato, dada pelo nosso sujeito, também foi a condição material de existência daquele militante.

Eu acho que sofre a influência da tentação e da pressão ideológica e econômica mesmo do processo. Você tá na direção do sindicato a política é tentar corromper e aqui a tentação de corrupção é permanente. Aqui é permanente. No Congresso, mais ainda. Numa administração municipal, numa direção executiva, municipal, federal, estadual deve ser bem maior, porque você aí é chefe da liberação financeira e tudo. É muita pressão também de gente em volta. Quer dizer, a tentação pra ceder ela é permanente. Quer dizer, se você não tiver ideologicamente muito firme, nos seus objetivos, o normal é você sair (GIBA, 2004).

Sobre este aspecto encontramos uma passagem interessante no Manifesto Comunista: “as idéias, os pontos de vista e as concessões do homem, resumindo, a consciência do homem muda segundo toda a mudança nas condições de sua existência material, nas suas relações sociais e na sua vida social” (MARX, 1996, p. 42). O mesmo argumento do momento histórico é utilizado por nossos entrevistados para explicar porque o número de militantes que se dedicam a uma causa de forma abnegada é cada vez menor.

Então o fato de nos últimos anos não ter surgido uma geração de militantes, é que a realidade não permitiu, não tinha luta. Como que o trabalhador vai questionar o patrão dele? Ele olha lá fora e tem, não é que deixou de questionar, deixou de questionar coletivamente. E individualmente há muitos trabalhadores, mas é uma coisa desmoralizada sabe. O trabalhador vê as coisas acontecerem e fala: “deixa pra lá isso aí. Não tem jeito de lutar. Os patrões ganharam a guerra. Não tem como a gente vencer essa batalha”. A partir da década de 90, é uma coisa muito individual. (BATATA, 2004).

Esse questionamento individual não se traduz em ganhos reais para a classe trabalhadora, pois como observa Hobsbawm (2000, p. 45), “a classe operária, como o campesinato, é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente [...]”.

CAPÍTULO 3 - O COTIDIANO DO MILITANTE POLÍTICO

Segundo Agnes Heller (2000), a vida cotidiana é a vida de todo homem, é a vida do homem inteiro, pois este participa da cotidianidade com todos os aspectos de sua individualidade. Na vida cotidiana “colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (HELLER, 2000, p. 17). Entretanto, nenhuma dessas capacidades pode realizar-se em toda sua intensidade.

A vida cotidiana é heterogênea e hierárquica. Heterogênea porque os tipos de atividade que desenvolvemos são diversos, e, hierárquica porque algumas atividades predominam sobre outras. Esses dois aspectos são imprescindíveis para se conseguir uma explicitação “normal” da cotidianidade. É interessante notarmos que a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Heller (2000) nos oferece então o exemplo do trabalho, que na pré-história ou na Idade Média (no caso dos servos) ocupou lugar predominante na hierarquia da vida cotidiana. Já para a população livre da Ática do século V a.C., ocupavam este lugar central a atividade social, a contemplação, o divertimento, e as demais formas de atividade se agrupavam em torno destas, numa graduação hierárquica.

Na vida dos militantes que entrevistamos a militância é que ocupa o lugar central na cotidianidade e as demais atividades se agrupam em torno dela. Isso é demonstrado claramente nas falas dos nossos entrevistados:

As vezes a gente abre mão de muita coisa que é particular, alguns momentos, por uma necessidade da militância. Trabalhava de 8 da manhã às 17:48. De manhã eu fazia a preparação do plebiscito em fábrica [plebiscito nacional contra a Alca] e à noite eu fazia em escola. Então eu fazia palestra sobre a Alca (BATATA, 2004).

Então era uma situação assim, desgastante demais para nós, dirigentes sindicais, porque era todo dia levantar de madrugada, dormir tarde, ir para os piquetes, paralização. E todo dia tinha assembleia, de manhã e de tarde, para a turma não perder o pique, né. Só que a gente tinha que ter um pique também absurdo (ISRAEL, 2004).

E isso aí eu participava ativamente, logo depois que eu entrei no sindicato, começou a campanha, tava na campanha de emergência, e nós fizemos uma mobilização permanente. As vezes ainda saía do segundo turno e no outro dia 4h da manhã de novo, assembleia. Chegou a ponto da polícia cercar a fábrica, como um campo de concentração. Era bate pau dentro da empresa. Então no meio desse turbilhão dessa briga

toda, não tinha nem condições de continuar estudando. Chegava na sala de aula, eu desmontava (BATATA, 2004).²⁹

Correria. Levanto cedo, vou pras portas de fábrica 5 e pouco, 6, 7h, 8h. Na maioria das fábricas, eu tomo banho, a entrada é 10 pras 7, 7h30 e 8h. E na hora do almoço também tem troca de turno. Isso traz muita coisa pra você dar resposta. O trabalhador, ele te pede pra marcar consulta, ele te pede pra levar carteirinha, ele pede pra poder dar resposta sobre questão da fábrica, então assim, você vai e tem demanda mesmo, roda viva mesmo (ANTONIA, 2004).

Você não pensa, você não tem tempo pra resolver os problemas aqui, isso é, pensa menos nos problemas, a gente é meio relaxado nisso. Lógico que você vai corrigindo, tem uns mais e tem uns menos, aí depende de cada um. Mas geralmente você se preocupa muito com o problema coletivo e pensa menos no individual, então muitos dos seus problemas individuais vão acumulando e isso gera crise na sua vida. Resolver problema da sua casa ali. Então essas coisas com certeza geram atrito, mas eu acho que gera atrito em todo lugar, as relações pessoais geram atrito naturalmente. Mas estar no sindicato e além disso tudo ainda estar no partido, você ter uma atividade sindical que necessariamente já te absorve bastante. Vivemos em stress permanente. Quase que diário, já virou parte da nossa vida. Então é o seguinte: é viver no stress permanente (GIBA, 2004).

Destaque-se que não vivemos em uma sociedade em que predomine esse tipo de organização da vida cotidiana. Dessa forma, esses militantes enfrentam problemas relacionados ao fato de serem tão dedicados à militância. Primeiramente, existem os problemas enfrentados com as empresas, que demitem, perseguem o militante.

Então aí o seguinte, a partir da greve da Toshiba, nós conseguimos, além de ter vitória nas reivindicações, a única empresa da categoria que teve greve naquele período e que conseguiu manter a comissão de negociação por 6 meses. A gente conseguiu estabilidade de 6 meses para a comissão. Aí no mês de junho nós conseguimos estabilidade até dezembro. Em 1º de janeiro de 80 eu perdi o emprego na Toshiba, acabou aqueles 6 meses. Aí acabou os 6 meses, no dia 31 de dezembro. No dia 02 de janeiro meu aviso já tava lá. No dia 1º não deu, porque era feriado, no dia 2 de janeiro peguei meu aviso, saí da Toshiba. Mas eu continuei muito tempo, como eu já tava no partido, continuei indo lá, fazendo alguma atividade, quando tinha alguma coisa do partido né (GIBA, 2004).

É, eu participei da organização dessa greve, tive toda, assim, acompanhamento de como foi, como saiu a greve. A greve muito forte. Só que aí teve a demissão ne? E a demissão principalmente dos organizadores. E aí me descobriram no meio. Eu falei que não tinha nada a ver com o negócio e tal, mas não adiantou não. Eles tinham fotografia de muita coisa. Aí no dia que eu fui demitido eu fui para o DOPS, a polícia tava lá esperando já. Me levou para o DOPS, não fui torturado, não apanhei, não teve nenhum problema não. Mas fizeram pressão assim, querendo saber que tipo de livro que eu lia, qual era, se eu era militante de alguma coisa e tal. Bom, esse ano que eu fiquei desempregado de 79, fiquei de 79 até 80. Eu arranjei emprego em três empresas: na Vulcan, na Fiat Allis e numa tornearia de um grego ali na Betânia. Não fiquei em nenhum dos três porque eles não aceitaram (ISRAEL, 2004).

Além disso, existe a cobrança da família e da sociedade como um todo.

Porque você está numa sociedade capitalista que o tempo todo você está sendo cobrado por sua família e tal: “Você tá 20 anos na coisa e o Paulo César é um representante da

²⁹ Vale observar que o militante Batata acabou abandonando a faculdade.

prefeitura no Barreiro. O Paulo Moura ta na prefeitura de BH e você ta aí ó”. Mas aí eu acho que sofre influência da sociedade mesmo. Dar um exemplo aqui: você. Pra quê que você estudou? Pra quê que você é formada? Você é formada ideologicamente, sua cabeça, você cresce, estuda, pra quê? Pra você ter mais conhecimento. Pra você ter uma profissão melhor aí e tal. E geralmente quem ta na militância, essas coisas ficam meio secundárias né? Quer dizer esses valores não são os valores principais. O principal é fazer revolução. A dedicação sua maior é isso. Então com certeza essas coisas todas vão ficar em segundo plano. Mas você ta sendo cobrado pela sociedade. Por seus parentes, pela sua família, pelos seus colegas de escola, por tudo. Ah você formou lá e até agora nada? Ideologicamente a sociedade ta te cobrando também. Então a militância no geral eu acho que ela sofre essa pressão. Porque nós estamos numa sociedade que o normal é dar bem na vida. De uma forma ou de outra. Pra quem está nos aparato total o normal é ser corrupto. Não é normal não ser. O normal é ser. E então aí quê que acontece? Se você não é assim você ta diferente do resto. Então eu acho que há uma cobrança, que de fato é meio natural (GIBA, 2004).

Continuemos analisando a obra de Heller (2000, p. 18), que afirma que o “homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão”. Ou seja, é adulto que é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. Esse amadurecimento do homem começa sempre por grupos, a família por exemplo, onde o homem aprende os elementos da cotidianidade. A partir daí, ocorre um desenvolvimento até o ponto de o indivíduo conseguir “mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente” (HELLER, 2000, p. 19). Isso porque, segundo essa autora, a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico, sendo assim a verdadeira essência da substância social.

Trotsky (1978), em sua autobiografia nos fala algo a esse respeito:

Aqui, perto de Kazan, podia-se considerar resumidamente a multiplicidade dos fatores que atuam na história humana e argumentar contra o pusilânime fatalismo histórico o qual, em todas as questões concretas, particulares, se reporta passivamente às leis gerais, deixando de lado a alavanca principal: o indivíduo que vive e age (TROTSKY, 1978, p. 334-335)

Hobsbawn (1995) também trata desta questão do papel do indivíduo na história. Segundo o autor, o novo tipo de organização de partido, inaugurada pelos bolcheviques dava até mesmo a organizações pequenas uma “eficácia desproporcional, porque o partido podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução de suas decisões a todo custo (HOBSBAWN, 1995, p. 82)”. Daí, ele conclui que, embora o número de socialistas pré-1914 fosse pequeno, não se pode entender o século XX sem eles, pois sem esse novo tipo de partido seria inconcebível que

em pouco mais de trinta anos, após a revolução de Outubro na Rússia, um terço da humanidade estivesse vivendo sob regimes comunistas.

A revolução de 1917 trouxe uma onda de situações revolucionárias à grande parte do mundo e muitos países passaram por alguma combinação de revolução, guerra civil e resistência à ocupação estrangeira. Isso fez com que alguns impérios, como a Grã-Bretanha, Suécia e Suíça iniciassem um processo de descolonização, devido a essa existência de focos revolucionários em partes do globo. É bom citarmos também a Guerra Fria e todos os seus desdobramentos. “Em suma, a história do Breve Século XX não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos” (HOBSBAWN, 1995, p. 89).

Ao discutirmos a questão do papel do indivíduo na história, não pretendemos fazer coro à concepção elitista da História, que idolatra o papel dos grandes personagens, entretanto, concordamos com Toledo (1994) quando este afirma que:

Como nenhuma batalha social está ganha de antemão, a possibilidade daquelas demandas serem articuladas (ou neutralizadas) pelos setores dominantes (liberais e conservadores) nunca estará descartada da cena política. Ou seja, a questão da hegemonia (liberal, conservadora ou socialista) não se resolve senão no interior da luta social e política. Nesta perspectiva, o socialismo não é uma etapa inexorável do desenvolvimento social e histórico. Continuará a ser a mais bela das utopias elaboradas pelo pensamento social enquanto não encontrar protagonistas competentes (política e ideologicamente) para realizá-lo historicamente (TOLEDO, 1994, p. 33)

Isaac Deutscher (1984) nos traz uma análise onde leva em consideração o papel que o indivíduo pode exercer no desenvolvimento histórico. Analisando uma etapa da revolução Russa, ele afirma que:

Somos levados a sentir que é dos poucos membros do Comitê Central que a sorte da revolução depende: seus votos decidem se as energias das massas devem ser dissipadas e derrotadas, ou dirigidas para a vitória. O problema das massa e líderes é apresentado com toda a sua agudeza e quase que imediatamente; as luzes focalizam de forma ainda mais limitada e intensiva um único líder, Lênin (DEUTSCHER, 1984, p. 250)

Mas, no entanto, o autor afirma que “se parece improvável supormos que a Revolução de Outubro teria ocorrido sem Lênin, tal suposição não será tão pouco plausível quanto a inversa, de que um tijolo caindo de um telhado em Zurique em princípios de 1917 poderia ter modificado a sorte da humanidade neste século” (DEUTSCHER, 1984, p. 255).

Valério Arcary (2002), examinado este aspecto na obra citada, afirma que os critérios do autor são estritamente deterministas, e argumenta que o grau de influencia de uma personalidade excepcional pode variar de uma completa irrelevância até a máxima intensidade, dependendo das circunstâncias e que, na maioria das vezes seu papel oscila em algum ponto

intermediário entre estes dois extremos. Ele afirma que, em primeiro lugar, é necessário que todos os fatores objetivos tenham amadurecido:

É preciso que milhões de vontades, a mobilização do sujeito social se unam em torno de um fim comum, de forma irreprimível e com determinação inabalável. Só então a presença do sujeito político coletivo pode ser aquele fator a mais, o peso que desequilibra a balança, a última gota que faz o copo de água transbordar, a derradeira chama que faz a água entrar em ebulição. Só então, também, o papel do indivíduo seria decisivo (ARCARY, 2002, p. 53)

Um de nossos entrevistados falou a esse respeito; segundo ele, é preciso estar preparado para quando os fatores objetivos estiverem maduros, aí sim será possível uma ação determinante do sujeito.

Outra coisa foi a desmoralização que foi acontecendo. Dirigentes sindicais cada vez mais burocratas, se acham donos da verdade, deixaram de ouvir os trabalhadores. Uma parte foi ser vereador, deputado, e outra parte continua nos sindicatos, mas distantes. Como não teve luta, como não teve cobranças, o trabalhador foi ficando do jeitinho que ele sempre foi. Quietinho. E o sindicato foi ficando nas nuvens. Agindo da mesma maneira como se fosse na década de 80. Indo pra porta de fábrica, com caixa de som, xingando patrão, gritando e não percebeu esse movimento. Tinha que ser o contrário. Tinha que pegar o trabalhador, organizar, sem muita agitação. Mas organizar, dar curso. Formar uma geração nova. E no momento que voltar a ter luta, você estar preparado pro embate. Essa preocupação não teve (BATATA, 2004).

3.1 O Indivíduo: Ser Particular e Ser Genérico

Como já foi dito, a vida cotidiana é a vida do indivíduo, que, segundo Heller (2000), é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. A particularidade se expressa na cotidianidade através da busca do indivíduo pela satisfação das necessidades do seu “eu”. O genérico, da mesma forma, está contido em todo homem, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Um exemplo disso é o trabalho (o trabalho socialmente necessário), sua motivação é particular, mas a efetividade do trabalho é sempre atividade do gênero humano. Dessa maneira, o genérico está contido em todo homem, já que está contido em toda atividade que tenha caráter genérico, mesmo que os motivos sejam particulares. É aí que se configura também a “própria consciência do eu”, pois é na comunidade que explicita-se a teleologia do humano-genérico, cuja colocação jamais se orienta para o Eu, mas sempre para o Nós.

O ser humano exerce então sua individualidade tanto de forma particular quanto genérica, mas isso não ocorre de forma consciente para a esmagadora maioria da humanidade. Segundo Heller (2000, p. 23), a sociedade atual aumenta “as possibilidades que tem a

particularidade de submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, dos desejos, do egoísmo do indivíduo”. Disso, decorre a necessidade da ética na comunidade social, pois suas exigências e normas “intimam” o indivíduo a submeter sua particularidade ao genérico, convertendo essa intimação em motivação interior.

A ética como motivação, que é chamada de moral, é algo individual, mas não é uma motivação particular, já que é individual por se tratar de uma atitude livremente adotada por nós diante da vida, da sociedade. É bom salientar que essa liberdade de escolha é, obviamente, relativa. A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas, que podem ser completamente indiferentes do ponto de vista moral, mas podem também, estar moralmente motivadas e, *“quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, mais facilmente esta decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana”* (HELLER, 2000, p. 24, grifos do original).

Trotsky (1980, p. 66), em seu diário escrito no exílio nos diz algo neste sentido: “A vida não é uma coisa fácil [...] Não é possível viver sem cair na prostração ou no cinismo, se a gente não tem dentro de si uma grande idéia que esteja acima da miséria pessoal, acima das fraquezas e de todas as traições e imbecilidades [...]”.

Segundo Heller (2000), para que o homem seja capaz de decidir-se se elevando acima da cotidianidade é necessário o conhecimento do próprio Eu e o conhecimento e assimilação das intimações humano-genéricas. Ela ressalta que a elevação ao humano genérico não significa a abolição da individualidade, pois, “como se sabe, as paixões e sentimentos orientados para o Eu (para o Eu particular) não desaparecem, mas “apenas” se dirigem para o exterior, convertem-se em motor da realização humano-genérico, ou então permanecem em suspenso – na medida em que inibem a ação moralmente motivada – enquanto duram as ações correspondentes” (HELLER, 2000, p. 24).

No caso dos militantes entrevistados neste trabalho, parece que suas condutas podem ser reconhecidas no primeiro caso apontado por Heller (2000), isso dado ao tempo dedicado à atividade em questão. Dois de nossos entrevistados possuem mais de vinte e cinco anos de militância, o terceiro tem treze anos e a quarta entrevistada está próximo de completar dez anos de atividade militante. Não acreditamos que seja possível manter em suspenso os sentimentos

orientados para o Eu durante todos esses anos, por isso nossa hipótese é a de que seus sentimentos e paixões orientados para o Eu foram conduzidos para atividade da militância.

Vejam alguns trechos das entrevistas:

Isso já incorporou na vida já. Eu não me vejo de forma nenhuma sem ta no movimento não. Não tem como, em casa trabalhando. Sem militância eu acho que não tem jeito não. É da vida, eu acho que isso já encarnou já. Num sai mais não. O que pode ter é você militar mais ou menos num determinado momento né. Isso tem, ritmo. Porque a vida da gente passa por uma situação também. Então, eu acho que é isso: eu acho que passou de um determinado tempo a militância passou a integrar a vida já. Mas eu não me vejo fora da militância, sinceramente é muito difícil, pode até acontecer. Não estou falando que não, mas é muito difícil isso. Tenho 46 anos, tô com 47 anos agora. De 79 pra cá, 25 anos de militância. Então minha vida ta dedicada a isso, mais da metade, ou seja, eu não me vejo fazendo, começando tudo de novo como um cidadão comum que não participa, o mundo ta acontecendo as coisa aí e deixa o barco tocar. Depois de 20, de 79 até hoje são quantos anos? depois de 26 anos de uma prática, de estudos, de experiência com outras pessoas, acho que você acumulou um conjunto de conhecimento e de vivência que é muito difícil de você separar disso. Por exemplo, não tem, não existe ‘não estou a fim’. Eu acho que isso vira uma crise razoável (GIBA, 2004).

Em geral, não nos é possível distinguir de modo rigoroso entre as decisões cotidianas e aquelas que são moralmente motivadas, pois a maioria das ações e escolhas tem motivação heterogênea. Já os conflitos extremos e puramente morais se produzem nos casos em que a motivação moral torna-se determinante e seu impulso, sua finalidade e seu objeto são entendidos como instrumento de elevação do humano-genérico. Dessa forma, “o caminho desse comportamento é a *escolha* (a decisão), a *concentração de todas as nossas forças na execução da escolha* (ou decisão) e a *vinculação consciente com a situação escolhida* e, sobretudo, com suas conseqüências (HELLER, 2000, p. 25, grifos do original)”. O ápice da elevação moral acima da cotidianidade ocorre quando o homem torna-se consciente do humano-genérico de sua individualidade e, a forma para essa superação da particularidade e a elevação ao humano-genérico é a homogeneização, que nas palavras da autora:

Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa. [...] E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão-somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos (HELLER, 2000, p. 27, grifos do original).

A elevação acima da cotidianidade só acontece quando esses três fatores citados acima ocorrem conjuntamente. Mas, a homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão do particular-individual é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos. Muitos chegam ao fim da vida sem que se tenha produzido nem um só ponto crítico semelhante.

A homogeneização em direção ao humano-genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos cuja paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando têm a capacidade de realizar tal paixão. Esse é o caso dos grandes exemplares moralistas, dos estadistas (revolucionários), dos artistas e dos cientistas. De resto, a respeito do grande estadista, do revolucionário profissional, do grande artista, do grande cientista, deve afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu trabalho principal, sua atividade básica, promovem a elevação ao humano-genérico e a implicam em si mesmos. Por isso, para tais pessoas, a homogeneização em “homem inteiramente” é elemento necessário de sua essência, da atividade básica de suas vidas (HELLER, 2000, p. 28-29).

Dessa forma, o revolucionário, que se eleva acima de si mesmo, deixando-se levar por uma força “invisível”, que frequentemente é chamada de inspiração, na verdade está sob a força elevadora da decisão humano-genérica.

Mas mesmo esses indivíduos citados aqui não vivem constantemente nessa tensão, eles possuem também uma vida cotidiana, o particular individual também se manifesta neles. Entretanto, uma observação da autora nos chamou muito a atenção: o ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana se rompem quando se produz a elevação acima da cotidianidade.

Eu acho que a militância passa ser o seguinte, pra mim foi que te abre os horizontes. Eu acho que a partir da militância política que eu tive, e também sindical, você passa a perceber as coisas, você passa a interessar por mais coisas. Seu conhecimento, sua visão é muito mais ampla do que um soldador comum. Eu posso até ter esquecido como que faz uma boa solda, eu tô meio destreinado mas, minha cabeça é muito diferente do soldador da Fiat. Meu horizonte é muito diferente, minha visão de mundo é muito diferente. E como a gente está nesse mundo aqui e é importante seu leque estar mais aberto, você estar mais aberto, com a visão mais ampla das coisas. Eu acho que a militância nesse sentido ela tem muito mais benefício do que prejuízo. Até nas profissões. A juventude, a turma que o camarada aí que queira exercer determinada profissão, que ta estudando e tal, e que é militante, ele tem o horizonte muito maior do que a pessoa que não tem nada disto e é apenas um estudante e que vai ser aquele profissional. Eu acho que a militância abre mais a cabeça, coloca mais dúvidas na cabeça né (GIBA, 2004).

Fui candidato aqui em 98 a governador do Estado. Foi também uma experiência legal, assim. Experiência boa porque além de ter percorrido aí uma boa parte do Estado, que eu não conhecia. Sabia que não ia ganhar a eleição mesmo. Mas, divulgar a política do partido. E também para me aprimorar. Aprendi muito, na campanha, nas viagens, com as pessoas onde nós visitamos, os locais aí, as cidades. Aprendi muito sobre isso. Então tivemos a oportunidade de conhecer, conversar e tal. Foi uma experiência muito boa. Depois na questão da militância internacional eu tive muitas, assim, muita tarefa no partido de elaborar palestra ou curso, falar qualquer coisa sobre. Iniciou aí: o balanço da viagem para a Argentina ne, para mim falar para o pessoal daqui o que que aconteceu lá e tal, passar a experiência que teve. E com isso aí eu fui adquirindo também um *know-roll* de poder falar sobre as coisas de outros países, de outros povos. Que uma vantagem na CUT Estadual é a seguinte: teve uma viagem para Cuba, que a CUT mandou quatro membros, a CUT aqui de Minas Gerais, e eu fui um dos quatro, era um por cada corrente. Então da minha corrente fui eu ne? lógico, só tinha eu. Aí ficamos lá em Cuba 10 dias. Teve um encontro ‘encontro frente ao neoliberalismo’. Organizado lá pelo sindicato, a Central Sindical Cubana. E eu fui para lá. Foi muito também, uma viagem muito interessante, muito importante (ISRAEL, 2004).

A atividade prática do indivíduo no cotidiano não pode ser considerada práxis, pois esta só ocorre quando há uma atividade humano-genérica consciente. Dessa maneira, no cotidiano a atividade é apenas parte da práxis, pois nesta dominam finalidades e conteúdos que representam o humano-genérico, não apenas promovendo o seu desenvolvimento, mas também produzindo novidades em seu estado.

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação, pois, “por causa da coexistência “muda”, em si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares” (HELLER, 2000, p. 37).

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.

Mas eu comecei a prestar atenção, fiquei indignada com o que acontecia com as pessoas. Ninguém me perguntava. Eu sentava à máquina, fazia minha produção, era uma produção todos os horários. A produção era 898, eu fazia 900 peças todo dia. Duas peças a mais, só. Ficava vendo, era muita pressão, a gente vê choque nas pessoas, as meninas choravam. Mas a gente demora um pouco pra ter clareza entre uma coisa e outra. Eu que vim alienada mesmo. Eu era alienada. Hoje eu estou trabalhando isto, mas há muito a ser trabalhado (ANTONIA, 2004).

Heller (2000) afirma que o moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo essa contradição entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos. Hobsbawn (1995) observa que ficou muito evidente a desintegração de velhos padrões de relacionamento nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominam os valores de um individualismo associal absoluto. Na verdade, poderíamos chamar este individualismo de desvalor, pois como argumenta Heller (2000):

Pode-se considerar valor tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais [a objetivação, ou trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade]; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial (HELLER, 2000, p. 04-05).

Mas na sociedade capitalista o individualismo acaba se tornando um valor, pois “ao subordinar a humanidade à economia, o capitalismo mina e corrói as relações entre seres humanos que formam as sociedades e cria um vácuo moral em que nada conta a não ser o desejo do indivíduo, aqui e agora” (HOBBSAWM,1993, p. 267). Pialoux (1998), em um trabalho que

realizou na fábrica da Peugeot, sintetiza em seu artigo o que Gérard, um operário antigo e militante sindical, lhe falou durante a entrevista:

Voltando-se para o passado, insistia sem parar sobre a maneira como, nos últimos dez anos, as condições de trabalho na oficina foram se transformando e agravando; como se tornou mais forte a pressão exercida sobre os operários; como se foram instalando entre eles a desconfiança e o desmoronamento; como se desfez a coesão dos antigos grupos de trabalho, com o sistema de gratificações; como a hierarquia, ao reorganizar os contratos coletivos de trabalho, tentando mesmo criar outros completamente novos, conseguiu impulsionar a dinâmica da vida social na direção mais favorável a seus interesses (PIALOUX, 1998, p. 326-27).

Um dos militantes que entrevistamos nos falou como a política da empresa mina as relações entre os colegas de trabalho:

Aí você imagina um trabalhador que quer lutar, onde que ele encontra, quem vai dar direção? Primeiro que as empresas política total, qualquer questionamento, é ditadura total. É regime militar dentro das empresas. Trabalhador não tem direito de expressar sua opinião. E ele passa a ter medo do próprio companheiro. Porque como a empresa vai demitindo, tem uma alta rotatividade, e qualquer vacilo, o cara... Tem empresas que se o cara é sindicalizado, é mandado embora. Quando eu entrei no sindicato, tinham as demissões eu ficava apavorado. Imagina, meus companheiros todos sendo demitidos aqui e a gente não pode fazer nada. Então a primeira coisa que eu fiz foi ir pro carro de som e falar isso (BATATA, 2004).

Mas este militante encontrou problemas entre os companheiros de empresa por causa de suas ações:

E eu tinha acabado de entrar no sindicato. Aí a empresa fez a proposta e nós tiramos a linha de ser contrário a isso: flexibilização. E o diretor do sindicato que já estava há mais de dez anos foi a favor. Que eram direções históricas. Nisso aí a fábrica se dividiu, porque eu fui pra cima também, falar contra, e esse pessoal, os trabalhadores, assim, me conheciam, mas como eu não tinha estabilidade não apareceu muito, só minha turminha que ficou do meu lado, pessoal da minha área. Mas aí foi indo o embate com a empresa, a empresa conseguiu fazer individualmente com os trabalhadores e deu errado, foi aí que eu consegui ter uma projeção maior com os trabalhadores, o pessoal falou que eu não baixei cabeça pra empresa, que a empresa ameaçou com trezentas demissões. Teve cara que chegou pra mim e falou: ‘se eu perder o emprego’, que se ele perdesse o emprego, que ele ia me pegar lá fora, que tem família, tudo pressão (BATATA, 2004)

Por isso Heller (2000) afirma que a vida cotidiana não é alienada necessariamente, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. A autora denomina “condução da vida” a construção consciente de uma hierarquia no interior da hierarquia espontânea da vida cotidiana, ou seja, a construção de uma hierarquia da cotidianidade efetuada pela individualidade consciente.

‘Condução da vida’, portanto, não significa abolição da hierarquia espontânea da cotidianidade, mas tão somente que a ‘muda’ coexistência da particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico e que essa atitude – *que é, ao mesmo tempo, um ‘engagement’ moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto-realização e à autofruição da personalidade* – ‘ordena’ as várias e heterogêneas atividades da vida. A condução da vida supõe, para cada um,

uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade (HELLER, 2000, p. 40, grifos do original).

Entretanto, a condução da vida só poderá se converter numa possibilidade social universal quando for abolida e superada a alienação, mas é possível buscar a condução da vida mesmo enquanto as condições econômico-sociais ainda favorecem a alienação. “Nesse caso, a ordenação da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, ‘provocador’, excepcional, *transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política*” (HELLER, 2000, p. 41, grifos do original). Um militante nos falou sobre a responsabilidade que possui diante das outras pessoas, pois sua conduta deve ser um exemplo:

É aquele negócio ne, se eu der um mal exemplo eu acho que eu to errado, porque eu não posso dar um mal exemplo. Porque você pode até falar as coisas que as pessoas vão entender, agora se você der um exemplo é melhor do que você falar. Se fizer alguma coisa é melhor do que você ficar falando. O (cita o nome de um diretor do sindicato), é que gosta de falar isso: ‘as palavras convencem, mas o exemplo arrasta’ (ISRAEL, 2004).

3.2 O Preconceito

Segundo Heller (2000), o preconceito é uma categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Apesar destes sempre terem desempenhado função importante em outras esferas que não a cotidianidade, eles não procedem essencialmente dessas esferas, e, além do mais, no caso da ciência e da política, por exemplo, os preconceitos obstaculizam suas possibilidades.

Por isso, a autora busca a compreensão dos preconceitos partindo da esfera da cotidianidade. Esta, por sua vez, tem como característica a fixação repetitiva do ritmo e a rigidez do modo de vida e, da mesma forma, o pensamento cotidiano é um pensamento fixado na experiência, empírico e ultrageneralizador.

De duas maneiras chegamos à ultrageneralização característica do nosso pensamento e de nosso comportamento cotidianos: por um lado, *assumimos* estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são “*impingidos*” pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude. Isso depende da época e do indivíduo (HELLER, 2000, p. 44).

A ultrageneralização é, entretanto, inevitável na vida cotidiana, já que nossas atitudes se baseiam numa avaliação probabilística, dada à heterogeneidade de tarefas que desempenhamos no dia a dia. Assim sendo, toda ultrageneralização é um juízo provisório ou uma regra provisória

de comportamento, “provisória porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática” (HELLER, 2000, p. 44). Disso podemos concluir que a maior parte dos juízos provisórios não são preconceitos, pois estes se referem àqueles juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão. Esse fato cumpre uma função: segundo Heller (2000), crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. A militante que entrevistamos nos disse algo que vai nesse sentido:

As pessoas que falam que não vai adiantar, na verdade elas sabem que adianta. Elas só querem justificar porque elas não querem militar. Eu acredito que existam muitas Antonias enrustidas ainda. Muitas pessoas que tem vontade, elas não tem coragem de quebrar a monotonia, de chegar perto, no sindicato e falar. Eu acredito que existam pessoas assim. Mas vai chegar uma hora que elas vão ter que aflorar, deixar soltar (ANTONIA, 2004).

O preconceito pode ser individual ou social, mas a maioria deles tem um caráter social, ou seja, assimilamo-los de nosso ambiente e os aplicamos a casos concretos através de mediações. No meio em que vivem nossos militantes esse fato ocorre com frequência: as pessoas em geral comparam e equiparam seus comportamentos com comportamentos já conhecidos.

Hoje mesmo um senhor bem idoso na fábrica: “pois é, o Lula está fazendo só sujeira, está só atacando os trabalhadores. Todos os políticos são a mesma coisa, (falou palavrão). Chegou no poder só ferra os de baixo”. Pois é. Eu saí e nem argumentei com ele não, porque ele estava tão revoltado que nem ia me ouvir (ANTONIA, 2004).

[devido à burocratização dos sindicatos, à busca por cargos] E o cara passa a olhar: ‘o cara está ali para fazer política. Esse cara está aí pra fazer política, esse cara está querendo virar vereador, daqui a alguns dias estará se candidatando. Daqui a uns dias estará virando deputado, vereador’. Então o trabalhador na hora que você chega pra ele: ‘Vamos organizar uma oposição aqui’ o cara chega e fala: ‘você são tudo a mesma coisa, você eram da oposição e colocaram esse bombeiro lá [o Lula]. Então porque você vai ser diferente também?’ (BATATA, 2004).

Como pontua Heller (2000, p. 43), “quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente”. Estamos dispostos a correr um risco: o de afirmarmos aqui que muitos textos pretensamente científicos a respeito da militância estão baseados em preconceitos, pois como observa Silva (2002b):

A militância de esquerda é comumente identificada com comportamentos caracterizados pela seriedade além da conta e mesmo por uma disciplina militarista. Mas, a bem da verdade, chatos e mal-humorados existem em toda parte: não é uma particularidade que defina a esquerda, nem é patrimônio nosso (SILVA, 2002b, p. 01).

Quase todos os artigos que encontramos e que tratam da militância parecem partir de um estereótipo do militante como alguém sisudo, que não vive sua subjetividade, sua

individualidade. Vejamos o que cada artigo diz a respeito do militante que acredita e luta por uma causa.

No artigo de Sobrinho (1994), este afirma que os militantes que se colocam vinte e quatro horas por dia à disposição da luta pensam que gastar energia com lazer e prazer é desperdiçá-la em detrimento da causa revolucionária. Ele se coloca a pergunta: o que leem nossos militantes? Nem mesmo os jornais, corretamente. Vão a cinema, teatro, shows? Pouquíssimo – responde. Isso ocorre, segundo este autor, porque são pessoas castradoras das individualidades, que passam por cima das questões pessoais, super dimensionando o coletivo e a luta em detrimento de questões subjetivas.

Perguntamo-nos se as pessoas que não são militantes leem jornais, vão ao cinema ou ao teatro. Este comportamento não faz parte da vida da maioria das pessoas na sociedade em que vivemos. Um dos nossos entrevistados nos falou algo a esse respeito:

Aqui em Contagem não tem muita opção de cultura. Antigamente eu gostava muito de shows de banda, mas aqui em Contagem, a opção aqui é buteco. Buteco, de vez em quando uma festinha. Se for olhar hoje, assim, por exemplo, final de semana, o lazer que tem é ir pro clube, ou ficar em casa. (BATATA, 2004).

Uma outra militante também nos falou sobre a questão do lazer:

Eu faço pouca coisa a não ser da militância mesmo. Uma que a violência né? Eu gostava muito de sair pra dançar, mas tá tão violento que a gente prefere ficar em casa. Eu vou sempre na casa da minha mãe. Tenho uma irmã que eu gosto muito de ir pra casa dela. Lá eu descanso. E ela, a gente se dá muito bem. A gente tem um relacionamento muito bom. Então eu não faço muita coisa. De vez em quando eu vou para a praia, dar uma descansada, mas o meu leque não é muito grande não. Eu tenho uma família muito grande, mas não sou de ficar muito na família não. Mas é mãe, essa irmã. Não faço muita coisa não. Esse problema no braço também me deixou mais incomodada. Estou com ruptura do ligamento, fazendo fisioterapia, muita dor [devido ao trabalho intenso e repetitivo na fábrica]. Agora está doendo o outro braço, estou fazendo fisioterapia, já na segunda sessão de 20. Está doendo mais, estou com dificuldade de andar de ônibus. Se o ônibus arranca e eu estou em pé, eu bato, machuco (ANTONIA, 2004).

Fica aqui uma pergunta: os trabalhadores médios, que não são militantes possuem um leque variado de opções de lazer? Nossa sociedade propicia isso às pessoas? E uma outra questão, existe este militante que se dedica vinte e quatro horas? Um dos nossos entrevistados, militante há vinte e seis anos, diz que não: “é mentira porque ninguém milita 24h não, é só um jeito que a gente fala, mas ninguém milita 24h. Mas ser aquele militante total, certinho, regularzinho, acho que isso ninguém é também. Dentro daqueles parâmetros clássicos né?” (GIBA, 2004).

Outro artigo, escrito por Leite (1996), defende que a militância engajada propicia a formação de subjetividades referenciadas num universalismo “prometéico”, de ideias e ideais românticos. Com as mudanças ocorridas na sociedade este tipo de militância caiu em “desuso”, pois a forma como se articulam hoje indivíduo e sociedade faz com que o direito à diferença seja valorizado.

Ribeiro (1991) desenvolve seu argumento numa linha parecida, para ele, a militância engajada entra demais em choque com as principais características da vida atual. Segundo o autor, há um custo social desse tipo de militância, pois como ela consiste numa doação de si à causa pela qual se luta, termina desenhando um recorte na sociedade que separa, nitidamente, os que trabalham politicamente de seus beneficiários. Assim, os atuantes acabam se constituindo como representantes mais esclarecidos do que a massa que representa e, segundo Ribeiro (1991), daí à constituição de um aparato repressivo a distância é mínima.

Além desse custo social, há também o custo psicológico, pois os valores que ela prega, segundo o autor, são os do sacrifício e da “entrega gratuita”. Dessa forma, a militância precisa passar por mudanças para alcançar um custo psicológico menor.

Uma outra crítica que o autor faz é que, embora se coloquem a serviço de um propósito coletivo, os militantes estariam vivendo segundo uma percepção que é a das relações imediatas. Isso se confirma porque é no grupo da militância que estas pessoas vivem seu lazer e namoram entre si.

O interessante aqui é que a crítica passa exatamente pelo fato dos militantes realizarem atividades de lazer. Com relação ao custo psicológico, pode ser que isto se refira a alguns militantes, mas em nosso trabalho não encontramos referência por parte dos militantes a este aspecto.

Em seu trabalho sobre a relação de lideranças do movimento popular com suas vidas, Bernadete Baltazar (1998) observa que, de fato, a principal “desvantagem” que estas lideranças veem na militância é a falta de tempo para cuidar de assuntos pessoais. Por outro lado, a aprendizagem adquirida no dia a dia da militância é muito valorizada e traz, segundo os entrevistados pela autora, a possibilidade de um crescimento pessoal.

Goss (s.d., p. 07), no trabalho que realizou com militantes observa que “a militância torna-se fonte de prazer e não de angústia, resposta e não dúvida quando se transforma em um projeto de vida, quando deixa de ser uma das atividades que faz parte da vida e torna-se

prioritária”. A autora define as militantes entrevistadas como pessoas dedicadas à militância e que precisaram, durante sua trajetória, abrir mão de algumas benesses para continuar militando.

Para as pessoas com as quais conversamos, a militância também é motivo de grande prazer:

E também se eu luto por um emprego melhor, vou fazer o que? Eu sou sozinha, eu vou comprar casa, eu vou comprar carro? Pra poder deixar pra alguém? Então porque eu não deixo um mundo melhor? Então eu já tinha decidido. Eu tenho até vontade de voltar a estudar, mas na hora que eu estiver tranqüila. Não com o objetivo de conseguir emprego pra ganhar mais. Não. Então nesse ponto eu já tinha uma clareza do que eu ia estar fazendo. Então não atrapalhou. O bom disso é que eu faço isso com muito gosto. Eu aprendi a gostar muito da militância. E gosto muito. Você fica conhecendo muita coisa, as experiências dos companheiros, as reuniões, as palestras do Zé Maria (ANTONIA, 2004).

Souza (1999) analisa em seu artigo, as reflexões de Guevara sobre a questão do militante político e conclui que, para o revolucionário cubano, o militante que está à frente do partido não vê o trabalho como sacrifício, porque possui um interesse novo, desempenhando essa atividade não como um dever que lhe é imposto, mas como um dever internamente consciente. Assim, a militância se transforma em algo que ele não pode deixar de fazer sem sentir-se mal. Um militante que entrevistamos disse algo nesse sentido:

Eu acho que é uma dedicação. É você acreditar no que você está fazendo, que é necessário aquilo e que você é parte desse negócio. É uma construção de uma consciência, na sociedade. É a consciência política. Se você adquire, não perde mais não. No mínimo, se você não tiver consciência política, massa mesmo, pode ser na universidade. Tudo bem, o que o pessoal faz mesmo é estudar e trabalhar. É isso. Agora, você não tem a visão de sociedade. Mas a partir do momento que você tem essa visão, não volta não. Você não vê as coisas acontecerem e fica em casa não. Você quer ser parte porque você tem consciência política. Consciência de classe. Ver o bicho pegando, você está dentro da fábrica. O pau está quebrando lá e ‘ah não! vou ficar aqui’. Não fica. Vai embora e acaba entrando no meio. Essa consciência, ou tem ou não. E eu acho que isso é com todo mundo. A não ser que você foi cooptado, mudou. Aí acho que entra interesse. Eu acho que esse pessoal foi cooptado mesmo. Você fez uma opção política. O Lula fez uma opção política. Ele tem consciência do que ele está fazendo. Ele não é nenhum inconsciente, ele tem consciência. Ele sabe de que lado ele está. A maioria [que abandona a militância ainda acreditando nela] entra em crise. Fica em casa, vai pro buteco tomar uma (GIBA, 2004).

Eu acho que minha vida, eu milito no partido porque eu quero militar, não sou obrigado a militar. É lógico que tem as diferenças políticas, tem os debates, tem os enfrentamentos, tal. Tanto no movimento sindical quanto no movimento político. Mas eu milito porque eu quero e eu me sinto bem militando. Acho bom, o dia que não dá para mim ir numa reunião eu não vou. Mas é difícil eu faltar assim em alguma coisa (ISRAEL, 2004)

Um dos entrevistados nos falou em sacrifício como uma coisa que já foi necessária em um movimento devido à conjuntura, mas que hoje este sacrifício não é mais necessário. Vejamos sua opinião sobre a questão.

No período que nós entramos no movimento sindical, a gente teve de se sacrificar mais. Hoje eu não preciso não. E não acredito que nenhum trabalhador da chapa tenha que se sacrificar. ‘É, você é um engenheiro e você vai entrar de ajudante numa empresa lá pra você entrar na chapa’. Não tem essa. Teve que fazer, teve que fazer porque era preciso ter a carteira assinada. Isso era o fundamental. Por exemplo: o Zé João, o Zé João a profissão dele era mecânico, ele era eletricitista de manutenção. Trabalhou de eletricitista de manutenção na Acesita. E trabalhou também muitos anos na Manesman, como mecânico, como eletricitista de manutenção. Mas no período de 84 ele tava desempregado, e aí pintou um emprego na reunião, de ajudante. Aí o seguinte a opção era de ajudante. Que dizer, deixou a profissão e entrou de ajudante. Mas isso são coisas que foram feitas e era uma situação específica. Hoje não e hoje é mais loucura né. Na época a esquerda fazia isso muito porque era necessário. Porque não tinha vários no movimento. Então você tinha que fazer isso (GIBA, 2004)

Esse mesmo militante, que possui 26 anos de vida dedicados à causa na qual acredita, critica o militante político que se isola das demais questões sociais:

Quando você dedica tudo, quando você larga totalmente seu meio, sua família, eu acho que vai pra outro lado as coisas. E também nós estamos fazendo um partido de gente normal, e gente normal tem família, tem bairro, tem escola, as preocupações todas, as preocupações da vida normal. Mas acho que isso é o ser humano normal. E eu acho que o partido tem de ser feito disso, porque se ele for feito de gente, de astronauta, com certeza não vai dar certo. Porque vai incidir sobre pessoas normais. Porque vai ter que ganhar gente normal na sociedade aí (GIBA, 2004).

Ainda segundo este militante, pessoas assim não são comuns em seu círculo de atuação e esta não deve ser característica da militância.

Tem gente que é mais ou menos, como é que fala? Amplo aí nas suas relações. Acho que depende é da pessoa isso aí, não é da militância. Mas tem gente que é mais isolado, tem gente que é mais de bairro, que se envolve, isso aí é relativo. A militância ajudaria nisto, inclusive, acho. Porque se você mexe com o coletivo, se você atua no coletivo, você deveria estar mais, como que fala? Ser mais popular, o mais amplo possível nas suas relações (GIBA, 2004)

Para José (1996) a militância engajada sufoca a individualidade do sujeito, seus prazeres, seus amores, enfim, tudo, em nome de um coletivo construído pelo partido. A noção de que os homens é que fazem a história estimula uma visão profundamente voluntarista. Para o autor este militante está em extinção, pois não há mais espaço para portadores da crença de que uma minoria faz a história e “não há mais espaço para cobrar sacrifícios. O que se acredita possível é a continuidade da ação política visando a *modificação do mundo para melhor* (JOSÉ, 1996, p. 05, grifo nosso)”. O autor continua seu raciocínio afirmando que a emergência de uma sociedade civil densa e plural, que vai se tornando um pressuposto da vida democrática nas sociedades ocidentais, coloca em cheque a pretensão partidária de representar todos os anseios da sociedade. Em seguida o autor afirma que um novo tipo de militante não deve ser submetido ao partido, mas a uma ideia mobilizadora, e, cita como exemplo o *Grenpeace* e grupos de defesa dos

portadores de HIV. Ora, a respeito dessa última afirmação podemos argumentar que os grupos sociais intervêm na esfera política e a disputam através do partido, pois esta situação está colocada na sociedade do tipo “democrática”. Além do mais, “a cena política remete à dissimulação e representação dos interesses de classe, não se circunscrevendo portanto, ao universo dos interesses dos políticos profissionais” (BOITO, 2002, p. 138). Dessa maneira, lutar pela ecologia ou pelos portadores do HIV não pode estar desvinculado dos interesses de classe, que por sua vez são representados pelo partido.

Sobrinho (1994) critica também em seu artigo a falta de trabalhos “de fôlego” a respeito do comportamento da militância no país. Em nosso levantamento bibliográfico sentimos esse vazio. Entretanto, é interessante notar que a grande maioria dos poucos artigos que encontramos trata o militante dedicado à causa como alguém incapaz de viver sua individualidade, como alguém que renega o prazer e busca o sofrimento.

É interessante observar que em nossa pesquisa teórica sobre militância, apenas estes quatro artigos citados acima, possuem uma visão mais unilateral da questão da militância, ressaltando apenas problemas, sem observar aspectos que poderiam ser também positivos. Despertou nossa atenção o fato de estes artigos mencionados terem sido publicados na Revista Teoria e Debate, que é uma publicação do Partido dos Trabalhadores, reconhecidamente vinculado à militância. Silva (2004), por sua vez, observa que a trajetória do PT nos últimos anos visou primordialmente às eleições, desprezando a luta.

Dessa forma, a política petista no governo federal é o desenlace da involução do partido nesses anos; da sua prática administrativa à frente das prefeituras, da sua política de alianças cada vez mais flexível; do crescente processo de burocratização e do usufruto dos recursos públicos, enfim, “da sua estratégia de acumulação de forças anunciada no V Encontro Nacional em 1987, a qual passou a ser compreendida enquanto acúmulo de condições para chegar ao governo federal” (SILVA, 2004, p. 05). O autor vai chamar a atenção, principalmente dos intelectuais, para que não se tome o efeito pela causa: o PT não se transformou porque chegou ao poder, mas, pelo contrário, as ações do governo são fruto do caminho que o partido escolheu seguir.

Com relação ao fato de que a militância sufocaria a individualidade, encontramos na obra de Heller (2000) uma argumentação que vai exatamente dizer o contrário disso. Para a autora não nos é obrigatório pertencer a uma comunidade, pois na sociedade atual não nascemos

inseridos em uma. Assim, pertencer a uma comunidade é uma escolha, já que se trata de uma comunidade construída. A maioria dos indivíduos considera ideal a vida sem comunidade, pois ela propiciaria a liberdade pessoal, permitindo que os interesses privados sejam motor das ações do individualismo, onde o interesse geral da sociedade realiza-se através da busca dos interesses privados.

Como já dissemos anteriormente, na sociedade atual o individualismo acaba se tornado um valor, quando na realidade a busca do homem deveria ser pela elevação ao humano-genérico, pois este é o lugar da plena realização do ser humano. “O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma *conscientemente* os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, ‘socializa’ sua particularidade” (HELLER, 2000, p. 80, grifo nosso).

Uma consideração dessa mesma autora, sobre este aspecto, chamou-nos a atenção: “Existem épocas em que o ato de criar uma comunidade e desenvolver através dela a individualidade requer capacidades tão extraordinárias, um emprego tão intenso de energia moral e intelectual, que só os indivíduos representativos conseguem fazê-lo (HELLER 2000, p. 84)”; e “a maior parte dos indivíduos representativos é representativa precisamente pelo fato de *negar* seu mundo e de buscar uma nova perspectiva para o desenvolvimento humano” (HELLER, 2000, p. 75, grifo do original).

“Nós estamos numa sociedade capitalista que te cobra valores de coisas capitalistas. Nós estamos propondo uma outra sociedade, uma outra coisa. Nós estamos na contramão desse trem” (GIBA, 2004). A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando estas pretendem “contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos (HELLER, 2000, p. 54)”. Esses preconceitos desempenham uma função social importante: a de manter a coesão de uma estrutura social que beneficie as classes dominantes, mobilizando a seu favor inclusive os indivíduos das classes antagônicas.

Com a ajuda dos preconceitos, [as classes dominantes] apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido do humano-genérico (HELLER, 2000:54).

Entendemos ser necessário aqui realizar uma diferenciação entre o preconceito e a ideologia, que já foi discutida de forma mais ampla em um capítulo anterior. Mais uma vez

recorreremos à Heller (2000), pois entendemos que esta autora realiza uma importante diferenciação.

Na medida em que é expressão de aspirações classistas essenciais motivadoras da práxis histórica total, a ideologia não tem caráter de preconceito, por mais simplista, tendencioso e deformador que seja o sistema intelectual no qual se expressa. O ato de assumir uma ideologia é habitualmente algo bastante difícil para o indivíduo, porque a ideologia não faz apelo ao particular-individual e freqüentemente exige uma força moral realmente extraordinária, assim como muita iniciativa individual (HELLER, 2000, p. 52, grifos do original).

3.3 O cotidiano da mulher militante

O cotidiano da mulher militante é diferente do cotidiano do homem militante, pois vivemos em uma sociedade que considera o feminino inferior ao masculino. Na questão da militância, esse aspecto também é observado: as mulheres enfrentam mais problemas que os homens para se firmarem na vida política. Essa questão aparece inclusive no olhar masculino, pois um dos militantes que entrevistamos reconhece que a mulher enfrenta maiores obstáculos para ser uma militante.

[A militância gera problemas] até mais pra mulher do que pro homem, porque a sociedade é machista, o machismo ainda é muito forte né? Ou seja, uma ausência de um homem dentro de casa é diferente da ausência da mulher dentro de casa, né? Então uma militante acho que passa por mais problemas do que um homem. Nesse sentido. Principalmente se seu companheiro não for militante (GIBA, 2004).

Este depoimento trata da questão do papel feminino determinado pela sociedade: o de que a mulher deve cuidar da casa, do marido e dos filhos. A militante que entrevistamos nos disse que foi criada pela família para desempenhar este papel:

Mas eu queria muito sair, queria estudar. Só que meu pai era matuto, pensa que mulher nasceu pra cuidar do marido e ter filho. Chegou uma hora que meu pai falou: ‘pode ir’, mas ele pensou que eu não teria coragem de sair. Aí eu fui. Quem saía de casa era vagabunda, então por muito tempo eu fui vagabunda. Eu tinha muito medo de envolver, de namorar, eu tinha muito medo. Fiquei com medo do mundo (ANTONIA, 2004).

Esta questão também aparece no trabalho que Barros (1998) desenvolveu sobre a história de Cida, uma militante do movimento de trabalhadores rurais:

[...] na medida em que, deixando seus pais para ir morar sozinha na cidade, Cida cometia uma das maiores transgressões aos valores morais da comunidade. Lá, as moças só saíam da casa de seus pais para casar-se. Em caso contrário elas só se tornariam, para esta comunidade, putas (BARROS, 1998, p. 165).

Esta opressão da mulher só pode ser compreendida se não a vemos como um fenômeno natural, mas histórico-social. Toledo (2003) afirma que a ideia de que o gênero

feminino sempre foi considerado inferior ao masculino pode ser questionada levando-se em conta estudos antropológicos. O que sempre existiu na humanidade foi uma construção de imagens do feminino e do masculino, mas isto não significa necessariamente a opressão da mulher pelo homem. Não nos aprofundaremos nesta questão, nossa intenção aqui é apenas a de chamar a atenção para este aspecto, pois, o homem não nasce homem, da mesma maneira que a mulher não nasce mulher, ambos vão se constituindo enquanto tal a partir da sociedade em que nascem.

Ainda segundo Toledo (2003), a opressão da mulher está ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece, o que permite afirmar que “a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral” (TOLEDO, 2003, p. 33).

Neves (1990), em seu trabalho sobre as mulheres trabalhadoras de Contagem, fala das diferenças, historicamente construídas, entre o gênero masculino e feminino. A mulher é vista como sustentáculo do lar e da família, como aquela que estabelece a paz e a harmonia e seu trabalho deve ser realizado no interior do lar. Os homens são vistos como aqueles que devem trabalhar fora de casa e sustentar a família. “A mulher: maternal, caseira, delicada, passiva/natureza; o homem: público, agressivo, ativo/cultura” (NEVES, 1990, p. 79). Segundo a autora, as indústrias se apropriam dessas imagens como estratégia para discriminar e desqualificar o trabalho realizado pela mulher. Ela também observou que as mulheres, mesmo realizando o mesmo trabalho que os homens, têm o salário menor e recebem menos promoções.

As mulheres geralmente realizam trabalhos que exigem maior habilidade manual e concentração, características tidas como tipicamente femininas. Além disso, a vigilância sobre elas dentro da fábrica é maior, além é claro, de ser exercida por homens. Assim, as mulheres são oprimidas pelo poder dos encarregados, que muitas vezes utilizam até “cantadas” como forma de opressão e intimidação.

Esta diferenciação entre masculino e feminino também pode explicar a pouca participação das mulheres no movimento operário e político, pois este espaço sempre foi considerado um espaço masculino. E, engana-se quem pensa que esta questão está superada nos dias atuais. Em seu já citado artigo, onde Ribeiro (1991) critica a atitude dos militantes engajados, há uma passagem onde se refere às mulheres: “mas é bem significativo que a

contestação à política militante corresponda, também, a uma valorização social da mulher e de dimensões suas que historicamente foram objeto de algum desdém (o trabalho doméstico, a dimensão afetiva, a suposta irracionalidade feminina, o gosto por se enfeitar)” (RIBEIRO, 1991, p. 6).

E, para nosso espanto, o autor prossegue: “Num belo artigo, publicado na Folha de São Paulo, Arnaldo Jabor analisava quatro mulheres que se projetaram na cena pública brasileira, para comentar uma frase que algumas repetem: ‘vou voltar a ser mulher’, querendo dizer, cuidar de si, da casa, do amor, ter filhos” (RIBEIRO, 1991, p. 07).

Podemos dizer que esse “voltar a ser mulher” é visto pelo autor como a volta desta à esfera do trabalho doméstico, que seria, por sua vez, uma dimensão do feminino. A vida pública por sua vez, seria uma dimensão do masculino.

Devido a este tipo de questões é que podemos entender a pouca participação da mulher no movimento sindical e político. Segundo Neves (1990), em 1968 já existia uma participação das mulheres na organização da resistência fabril, mas estas encontravam dificuldades para se integrar mais efetivamente na vida sindical, pois elas já acumulavam o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, o que caracterizava uma dupla jornada. “Mas possivelmente a questão mais difícil para as mulheres seja sua própria atuação e inserção nos sindicatos. Todo um imaginário político e social foi construído, definindo o espaço político como predominantemente masculino” (NEVES, 1990, p. 394). Estes aspectos são observados também por Toledo (2003), que ressalta que as empresas, do ponto de vista da organização trabalhista, preferem as mulheres, pois elas participam menos das atividades sindicais devido a fatores que oscilam entre o controle masculino dos sindicatos e as obrigações domésticas, que dificultam sua participação.

É interessante notar que as mulheres possuíam ampla participação política no período pré-industrial. Nessas condições, todos se uniam por serem pobres, plebeus, e as mulheres desempenhavam um papel importante nas revoluções urbanas de então: elas faziam barricadas, lutavam, portavam armas (HOBSBAWM, 2000). Com o advento do capitalismo, “a forma específica de luta do proletariado, o sindicato e a greve, excluiu, em grande parte as mulheres, ou reduziu amplamente seu papel visível como participantes ativas, exceto nas poucas indústrias em que elas se concentravam em peso” (HOBSBAWM, 2000, p. 137). Isso se deve ao fato de que a maioria dos trabalhadores na indústria era do sexo masculino. Nas profissões onde isso não

ocorria, os sindicatos não aprovavam o ingresso de mulheres, pois seus salários eram mais baixos e, assim, ameaçavam os salários e condições de trabalho dos homens. Somado a estes fatores existia a questão “moral”, que não via com bons olhos o convívio estreito entre homens e mulheres. “Assim, tanto o medo da concorrência econômica das trabalhadoras quanto a manutenção da moralidade se combinaram para conservar as mulheres fora ou à margem do movimento operário – exceto no papel convencional de membros da família” (HOBSBAMM 2000, p. 137-138).

Havia, dessa forma, um paradoxo no movimento operário socialista, pois este possuía uma ideologia de igualdade e emancipação sexual, enquanto na prática desencorajava a atuação conjunta de homens e mulheres. Mas, apesar de todos esses fatores o movimento operário foi, segundo Hobsbawm (2000), provavelmente o único lugar que forneceu às mulheres oportunidades para que estas se desenvolvessem como seres humanos de fato, como líderes e figuras públicas.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, apenas no ano de 1979 que um grupo de trabalhadoras procura discutir as questões referentes à mulher, buscando organizar uma participação mais efetiva destas no sindicato, já que elas participavam do movimento operário desde a greve de 68, onde desempenharam o papel de apoio aos maridos em greve, levando marmitas, arrecadando fundos para a greve. Já em 1978/1979, as mulheres desempenham um papel mais ativo nas greves, organizando e fazendo piquetes.

No início de 80, começam a ocorrer reuniões mais frequentes no Sindicato para preparar o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Segundo Neves, este congresso tem um significado profundo para as operárias, pois, a partir daí, elas persistem em sua organização política. É bom ressaltar que, depois deste congresso, todas as lideranças femininas foram demitidas e não encontraram mais emprego nas metalúrgicas da região.

Todas estas questões continuam presentes no cotidiano das mulheres militantes, como nos revelou uma entrevista realizada com uma militante. Ela nos disse que via a atuação política de uma colega de fábrica e “ficava babando”, mas não nunca chegou perto dela para conversar, pois ela se via como alguém que “não conseguia conversar com ninguém”. Foi então que surgiu a necessidade de alguém para compor a comissão de fábrica.

Um dia teve inscrição pra comissão de fábrica, e não teve ninguém na área que quisesse inscrever. Aí a chefe veio falar comigo, que me inscrevesse. Aí eu disse: não posso me inscrever, eu não consigo conversar com ninguém. E a pessoa pra fazer isso precisa ser

atinado, precisa entender, eu não entendo nada. ‘Não, você vai sim’. ‘Eu não vou de jeito nenhum’. Quando foi no outro dia, ela voltou novamente. Neguei, não quis. Quando foi no terceiro dia ela chegou com um papel e disse: não adianta, é você e pronto. Não tem outra pessoa. Eu pensei em dar uma resposta nela. Fiquei magoada. Chateada. Ela me obrigou a entrar. Entrei e deixa ver o que que é (ANTONIA, 2004).

Ela possuía uma vontade de participar, mas se via como alguém que não era capaz e, de fato, no início ela teve dificuldades em passar o que foi discutido na reunião para as pessoas do seu setor. Na primeira vez que teve que desempenhar esta tarefa, ela não conseguiu “falar uma frase completa na área”. Mas o processo de aprendizagem foi rápido, como demonstra esta fala:

É claro que na segunda vez ainda não fiz numa boa, mas já consegui passar alguma coisa. Tanto que eu briguei com a filha do chefe porque eu passei o resultado da reunião. Fiquei mais atrevida também. Ela falou que não era aquela posição, e conversei e falei: foi isso. E quando eu vi que eu estava certa, eu comecei a crescer. Aí eu conheci a Lena (ANTONIA, 2004)

Lena é uma militante que já possuía uma longa trajetória no movimento sindical, tendo participado inclusive de greves no ABC paulista e também da organização da Oposição Sindical que ganhou as eleições do Sindicato de Belo Horizonte/Contagem, em 1984. Então, a partir de seu contato com esta militante, é que ela começa a se organizar politicamente e começa também a perceber as contradições dentro da fábrica.

A questão do machismo está presente em toda a sua vida, desde a família até a fábrica e, inclusive no sindicato, do qual era diretora, no terceiro mandato, na época desta entrevista.

Eu sou: tem meu irmão mais velho homem, o mais novo: homem, meu pai, minha mãe. Aquela mulher que nasceu para o lar, para obedecer o marido. E dentro da minha casa eu já tinha isso muito forte, porque meu pai ele tinha que tomar uma decisão, ele consultava meu irmão mais velho e meu irmão mais novo. Não me consultava. Eu ficava ofendida. Se eu trabalhava mais que ele, se eu contribuía mais, porque ele não me consultava? Então isso já veio aí dessa questão do machismo, e o trabalho hoje também, onde trabalho, embora a Tomson tenha 90% de mão-de-obra feminina, a categoria metalúrgica é categoria de homens. O sindicato, muitos homens. A diretoria, também. É uma guerra de sobrevivência e a gente se defender não é fácil. A gente tem de ficar muito violenta mesmo, fazer valer a gente ouvir não é fácil. Os companheiros, na maioria das vezes, eles passam por cima do que a gente pensa, do que a gente fala. Então fazer valer nossa vontade, fazer valer nos ouvir não é fácil (ANTONIA, 2004).

Cida, entrevistada por Barros (1998), também se refere a esta questão do machismo no sindicato que ajudou a fundar:

Era natural que eu fizesse parte da direção provisória do sindicato, e era natural sobretudo que eu fosse a presidente, pois era eu quem mais tinha trabalhado para seu sucesso. Mas houve um problema no qual eu não tinha pensado: as pessoas insinuavam que eu era uma mulher e que eu era jovem demais (eu tinha quase 18 anos) para assumir

a direção do sindicato, que eu não seria respeitada como tal. E o cargo de presidente foi ocupado por um homem (CIDA entrevistada por BARROS, 1998, p.164).³⁰

As próprias mulheres colegas de fábrica muitas vezes não valorizam o trabalho político que Antonia realiza:

Dependendo do que a pessoa fala você não pode sair e ignorar. Mas eu já tive as meninas que eu quebrei o pau mesmo, que briguei com elas, porque ofendeu, porque menosprezou a luta. São pessoas que voltaram e que às vezes teve problema, hoje está mais próxima, estão mais próximas. Mas não tem disposição, não tem a consciência que a união vai fazer a força. Não existe (ANTONIA, 2004).

E existe, é claro, o preconceito por parte dos colegas metalúrgicos:

Tem muitos homens que me procuram. Você escuta de tudo né? Tem cantadas, não são muitas. São os abuzadinhos. Eu chego perto e falo pra ele: não estou aqui procurando homem, eu estou lutando, então você me respeita. Já falei isso duas vezes. Tem muito homem que acha que a mulher que vai num lugar que tem homem, ela esta querendo um caso. Existe isso. Então a gente tem de estar bem flexível pra ouvir tranqüila e dar a resposta. Dependendo do que a gente fala, piora a situação. Tem que analisar bem o que vai passar pra frente. Só não pode deixar sem resposta. Às vezes eu saio, mas falo com ele: quando eu voltar eu quero conversar com você (ANTONIA, 2004).

Mais uma vez, existe uma semelhança com a história de Cida, analisada por Barros (1998):

Lá eu era diferente. A única mulher e um mundo de 200 sindicatos que dele participavam. Eu era um ET para aqueles que não compreendiam a presença de uma mulher no meio. E mais, uma mulher que falava todo o tempo, que defendia suas posições. E eles se aproximavam de mim de diversas maneiras, mas o aspecto sexual era o mais freqüente (CIDA entrevistada por BARROS, 1998, p. 171-172).³¹

A militante que entrevistamos não casou e não teve filhos, contrariando a formação que foi dada pela família:

Eu fui criada pra ser mãe. Aí não encontrei a pessoa ideal. E foi passando, 25, 30. Quando fiz 35 anos, eu falei: ‘quer saber? eu não quero ter filho não’. Eu tinha bastante medo de ter filho. Eu acho educar filho muito complicado. E na verdade eu tinha bastante revolta do mundo. Eu não gostava do mundo. Eu pensava: eu não devia ter nascido. Se eu pensava que não gostava ter nascido, então pra que por filho no mundo? Isso eu já pensava. Mas mesmo assim eu ficava pensando: todo mundo casa então também vou casar. Aí essa vontade de construir família, seguir o que todo mundo fazia foi só diminuindo. E agora, nossa, que bom que eu não fiz. Não quero. Eu quero morar é sozinha (ANTONIA, 2004).

Infelizmente, em nossa sociedade é quase impossível para a mulher ter uma expressiva atuação política no movimento operário e conciliar isto com o casamento e os filhos. Se para os homens isso é perfeitamente possível, porque não o é para as mulheres? É bom

³⁰ Tradução de Vanessa Andrade Barros.

³¹ Idem.

frisarmos que aqui a questão do gênero só pode ser compreendida se relacionada com a questão de classe. As mulheres de classe média conseguem conciliar o cuidado dos filhos e o casamento com outras atividades, pois possuem condições materiais para tanto: seja pagando uma creche ou uma babá para os filhos, seja pagando alguém que cuide da casa enquanto ela realiza outras atividades.

CAPÍTULO 4 - A AFETIVIDADE POLÍTICA

Concordamos com Le Ven (1987), quando este afirma que

Sendo a classe operária a maioria da população e o trabalho a mola fundamental de transformação cultural da sociedade, é necessário analisar como as reivindicações, as lutas e as negociações dos trabalhadores são capazes de transformar a sociedade em que vivem os trabalhadores (LE VEN, 1987, p. 25).

Que a ação dos trabalhadores pode transformar a sociedade já é um fato aceito pelas ciências sociais. O que normalmente se esquece é que na base dessas ações está a afetividade: os sentimentos e as paixões políticas. Ansart (1983), como já dissemos, critica esta postura de não reconhecimento das paixões políticas, pois ela fez com que as ciências sociais, e aqui se inclui a psicologia, deixasse de lado o estudo das afetividades políticas. Entretanto, nós não poderíamos realizar uma análise de uma situação política sem levar em conta esses sentimentos e essas paixões que mantêm em permanência as relações, os conflitos e os compromissos políticos (ANSART, 1983). Além do mais, a afetividade política faz parte dos fenômenos coletivos, possuindo, assim, aspectos objetivos e subjetivos. E é exatamente aí que se torna possível a inserção do sujeito no coletivo, articulando o individual e o social. Nessa articulação, ocorrem os processos de identificação, de interiorização de normas, de introjeção e de projeção e igualmente a busca por reconhecimento: faz-se o sujeito político.

Hobsbawm (2002) se refere a estes aspectos citados acima em sua autobiografia:

Tornei-me comunista em 1932, embora somente tenha me filiado ao Partido quando fui para Cambridge, no outono de 1936. Nele fiquei durante cerca de cinquenta anos. O motivo pelo qual permaneci por tanto tempo é matéria para uma autobiografia, mas não tem interesse histórico geral. Por outro lado, a razão pela qual o comunismo atraiu tantos dos melhores homens e mulheres de minha geração *e o que significava para nós ser comunista são sem dúvida temas centrais na história do século XX*. Isso porque nada é mais característico desse século do que aquilo que meu amigo Antonio Polito chama de “um dos grandes demônios do século XX: *a paixão política*”. A expressão quintessencial disso era o comunismo (HOBSBAWM, 2002, p. 148, grifo nosso).

Como bem observa Heller (2000), o ser humano é, ao mesmo tempo, ser particular e ser genérico. Da mesma forma, o genérico está contido em todo ser humano e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos possam ser particulares. Assim, segundo a autora:

É possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana. Assim, na maioria dos casos, o particular não é nem o sentimento nem a paixão, mas sim seu modo de manifestar-se, referido ao eu e sua colocação a

serviço da satisfação das necessidades e da teleologia do indivíduo (HELLER, 2000, p. 21).

O que Heller (2000) afirma é que, apesar de os sentimentos e das paixões se expressarem de forma individual, na verdade eles se referem a uma dimensão da realidade histórica, do humano-genérico. Daí, sua importância para a compreensão dos fenômenos políticos e seus desdobramentos na estrutura social.

A Revolução Russa, como dissemos anteriormente, foi um acontecimento de enorme amplitude no século XX, e este por sua vez, não pode ser compreendido sem levar em consideração esta revolução e seus efeitos diretos e indiretos. Trotsky (1978), um dos líderes desta revolução, também fala, em sua autobiografia, da questão da afetividade política:

Martov, chefe dos mencheviques, é uma das figuras mais trágicas do movimento revolucionário. Era escritor de extraordinário talento, político cheio de idéias e pensador sutil, qualidades que o punham muito acima da corrente ideológica representada por ele. Mas, às suas idéias faltava audácia e à sua argúcia a medula da vontade, dotes que não era possível suprir pela tenacidade. A primeira reação que os fatos produziam nele era sempre revolucionária. *Mas, como a idéia não estava apoiada pela vontade, durava pouco.* As boas relações que nos uniam não puderam resistir à prova dos primeiros acontecimentos da revolução que se aproximava (TROTSKY, 1978, p. 148, grifo nosso)

Que vontade é esta, que segundo Trotsky (1978), é determinante para que alguém se dedique a uma causa política? Entendemos que vontade, aqui, designa exatamente a afetividade política. Para o revolucionário russo, não adianta saber “racionalmente” da necessidade da ação política, nem possuir as características necessárias para desempenhá-la, se esta ação não estiver apoiada na vontade.

A revolução russa nos remete a uma outra crítica de Ansart (1983): a de que a importância histórica das paixões políticas só é reconhecida em seus períodos de maior intensidade, como nas revoluções. E, mesmo nestes casos, essas paixões são frequentemente suspeitas de fanatismo. Esta postura sugere que as paixões políticas são excepcionais, irracionais e que têm pouca importância nos períodos relativamente menos violentos da história. Esta noção é equivocada, pois se esquece, dentre outras coisas, que a luta entre interesses antagônicos é uma constante na sociedade e que, como já dissemos, esta luta só pode ser compreendida se levarmos em consideração as paixões políticas.

Não podemos deixar de levar em consideração que cada época e cada sociedade propiciam a existência de um certo tipo de paixão política. Como observa Trotsky (1978):

Segundo as épocas e os meios sociais, o homem tem várias maneiras de amar, de odiar e de esperar. Assim como uma árvore, com suas raízes, nutre as folhas, as flores e os frutos com a substância da terra, o indivíduo encontra o alimento para os seus

sentimentos e pensamentos, mesmo os mais ‘elevados’, no solo econômico da sociedade (TROTSKY, 1978, p. 118)

Silva (2005a) também observa esta questão quando aponta que:

É certo que determinadas conjunturas sociais produzem uma geração disposta a viver “para” e “da” política. Nos anos 1970-80, o ascenso das lutas sociais, a demanda pelas liberdades democráticas e um certo romantismo idealista, empolgaram a velha e nova gerações canalizando energias e seus sonhos para a construção do Partido dos Trabalhadores e instituições como a CUT (SILVA, 2005a, p. 09)

Um dos militantes nos falou algo neste sentido:

Na época você vinha de um processo de um pessoal que tava rebelde, tava rebelando contra o trem e tal. Contra a ditadura, contra o processo né. A repressão que tinha na sociedade de maneira geral, tanto cultural como, eu acho que tudo influenciou. E um processo de ascenso geral do Brasil. Quer dizer não foi de um local, todo lugar que você via tinha greve, então era um negócio quase que natural. *Acho que surgiu porque a gente gosta* (GIBA, 2004, destaque nosso).

Não adianta existir uma conjuntura favorável se a ação militante não estiver, como disse Trotsky (1978), apoiada pela “vontade”.

Outra fala, deste mesmo militante, faz referência mais uma vez à sensibilidade política:

Eu acho que disso aí o positivo veio acontecendo, naquele momento, coincidentemente eu tava passando por um processo bom de, era uma vanguarda naquele momento. A categoria tava num processo de ascenso. É um negócio que combinava e eu acho que isso combinou também, e aí o partido chegar nesse momento. E eu acho que por isso consolidou ali o nível de consciência, *o que era inconsciente ali pra parte mais consciente* (GIBA, 2004, destaque nosso).

Ansart (1983), por sua vez, afirma que para que nossas análises possam avançar no sentido de melhor compreender os afetos da vida política,

É fecundo tomar por guia a hipótese de Montesquieu segundo a qual cada sistema político põe em marcha um modelo de paixão política que corresponde à sua estrutura e a seu funcionamento. É preciso buscar, segundo esta hipótese, como as paixões, as emoções, os sentimentos coletivos acompanham e sustentam práticas políticas particulares, por meio de quais mecanismos, por quais agentes e com quais conseqüências (ANSART, 1983, p. 08).

Como já apontamos no capítulo sobre a história dos movimentos operários, no caso do Brasil, com a implantação do modelo neoliberal, dentre outros fatores, arrefeceram-se as energias que alimentavam estes militantes.

Aléxis de Tocqueville, um liberal conservador que foi deputado monarquista na Assembleia Nacional francesa, também analisou a questão das paixões políticas. Baseamo-nos aqui em uma análise realizada por Ansart (1997) da obra *A Democracia*, de Tocqueville. Ansart vai destacar a distinção feita por Tocqueville das paixões na sociedade aristocrática e na

democracia. Enquanto a aristocracia separa em classes, em castas, a democracia coloca todos os indivíduos numa mesma condição de princípio, criando assim relações sociais radicalmente diferentes. Não vamos aqui polemizar sobre este conceito de sociedade democrática, pois como já dissemos, Tocqueville foi um pensador liberal e isto explica sua concepção das sociedades ditas democráticas. Nosso intuito aqui é somente o de mostrar que existe em alguns pensadores uma preocupação em compreender os sentimentos e as paixões políticas.

Para Tocqueville, as paixões próprias da aristocracia, as paixões da honra e da glória tendem a desaparecer na democracia, onde os indivíduos são levados a se interessarem quase que unicamente por seus interesses pessoais. Assim sendo, a democracia não é propícia a grandes paixões, às paixões da mobilização revolucionária. Mas isso não significa que não existam paixões agitando a vida democrática.

Segundo Tocqueville, existem, na democracia, três tipos dominantes de paixão, que são de naturezas diferentes: a paixão do bem estar e dos bens materiais, a paixão da igualdade e a paixão da liberdade. A paixão do bem estar é a paixão pelo dinheiro, que torna possível a aquisição e o gozo dos bens materiais. Na aristocracia, esta paixão não tinha muito espaço para se expressar, pois era vista como avareza. No Estado Social Democrático, que instituiu o princípio da igualdade, a avareza é liberada e o desejo de adquirir se torna insaciável.

A paixão da igualdade, segundo Tocqueville, é inerente à democracia, pois esta se define por sua igualdade, em oposição à aristocracia. Diferente da paixão dos bens materiais que é vivida como evidência, o amor da igualdade se formula em teorias e discursos. Esta paixão pode chegar ao delírio em momentos cruciais, como por exemplo, na busca pelo fim de uma aristocracia e a instauração de uma democracia.

A terceira paixão analisada por Tocqueville, a paixão da liberdade, que tem sua expressão, por exemplo, em períodos de luta contra a aristocracia, contra as injustiças do velho regime. A paixão da liberdade é a mola das lutas históricas que levou a instaurar, sendo responsável pelas maiores ações que a humanidade já realizou. Assim, a liberdade não é um instrumento para obter bens ou prestígios, ela não é um meio, mas um fim, em si mesma. E todos aqueles que são ligados a ela experimentam prazeres particulares: o prazer único de ser livre, de poder falar, agir, sem opressão.

Segundo Ansart (1997), para Tocqueville existe, em condições favoráveis, um vínculo estreito entre a liberdade e a indústria. Isso porque a liberdade democrática facilita as

associações, autoriza a audácia de empreender e é então susceptível de favorecer o trabalho em indústria. Pode-se, assim, criar uma conciliação entre o gosto dos gozos materiais e o amor da liberdade. Acrescentamos também o vínculo entre liberdade e associações políticas.

Estas três paixões descritas por Tocqueville são políticas na medida em que trazem consequências para a organização social. Acreditamos que esta sua análise seja influenciada pelos acontecimentos da Revolução Francesa, onde a burguesia, que não era classe dominante, derruba a aristocracia sob o lema da igualdade, liberdade e fraternidade. Tocqueville está falando, portanto, da democracia liberal.

Mas, como observa Silva (2005a), em um Estado, caracteristicamente capitalista, o fato de o governo ser democrático ou ditatorial não modifica a essência do Estado, a saber: garantir a coerção e o consenso da sociedade sobre aquilo que a classe dominante, a burguesia, considera como legítimo. Obviamente, é melhor se viver sob a democracia que sob um Estado ditatorial, entretanto, segundo Silva (2005a), do ponto de vista econômico, ou seja, das condições de vida e de trabalho da maioria da população, a situação sob o regime democrático nem sempre expressa melhorias. Sobre a Revolução Francesa, o mesmo autor faz a seguinte observação:

Os lemas da Revolução Francesa, *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, foram aprisionados pelo critério da propriedade, restringindo-se a cidadania política aos proprietários: a liberdade se metamorfoseou em liberdade de mercado e a igualdade foi afirmada pela formalidade da lei. A inclusão política dos trabalhadores e amplas parcelas da população, ou seja, a cidadania política foi uma conquista, uma imposição das massas às elites liberais-conservadoras (SILVA, 2005a, p. 04, grifo do original).

É interessante ressaltarmos que a conquista de direitos civis e políticos não garantem o usufruto de direitos sociais. No Estado Democrático, a qualidade de cidadãos é garantida a todos os indivíduos, entretanto, isto escamoteia a desigualdade social existente e que é inerente ao sistema capitalista. Uma outra passagem do texto citado acima nos chamou a atenção:

Nos anos recentes, em especial a partir da crescente influência das idéias neo-liberais, a cidadania política e social foi metamorfoseada em direitos do consumidor: a qualidade de cidadão é dada pela capacidade de consumir mercadorias. A cidadania é medida pela quantidade de moedas, limites do cheque especial e cartão de crédito (ironicamente, a moeda francesa, o franco, trás gravada a divisa *Liberte, Egalité, Fraternité*, ou seja, quanto maior a posse de moedas maior a liberdade e mais igual ele será) (SILVA, 2005a, p. 04)

Percebemos esta questão da propriedade, na análise de Tocqueville quando ele afirma ser possível criar uma conciliação entre o gosto dos gozos materiais e o amor da liberdade. O

problema fica para aqueles que não possuem bens materiais, pois acabam não possuindo também a igualdade e a liberdade.

Mas a despeito das críticas que podemos fazer às concepções de Tocqueville, o que nos interessa aqui, como já dissemos, é mostrar a preocupação com relação aos sentimentos e paixões políticas, em alguns teóricos que a demonstraram. E, segundo Tocqueville, as ações políticas e os comportamentos cotidianos são sustentados pelos sentimentos e as paixões e, por isso, essas dimensões afetivas devem ser examinadas da mesma maneira que as teorias e as ideias às quais elas estão estritamente ligadas. Assim, para Tocqueville, essas paixões não são menos explicáveis que as ideias e a dificuldade de se apreender este aspecto é a sua particularidade, já que estes sentimentos dizem respeito a cada um, com sua particularidade e sua complexidade. Tocqueville também aponta um fator essencial: esses sentimentos devem ser analisados, considerando as particularidades históricas de sua origem e de seus efeitos. Assim, existem então duas questões a serem analisadas: os sentimentos e as paixões, que devem ser descritas e explicadas e o papel desta afetividade nas mudanças e nas estabilidades políticas.

Para Tocqueville, as paixões individuais ou coletivas não são necessariamente excessivas, para ele, por mais excessiva ou irracional que parece ser uma paixão, ela é possível de ser analisada e explicada, pois está ligada às dimensões da prática social e política. Assim, segundo Ansart (1997), uma hipótese permanente em Tocqueville é a de que as paixões sustentam, orientam ações políticas, votos, movimentos revolucionários que, por sua vez, trazem consequências históricas. Por isso, é essencial compreender a importância das paixões gerais e dominantes que em circunstâncias particulares congregam reações de todos e orientam suas ações.

Se o militante tem como fundamento de sua ação a luta por uma causa, no caso de nossos entrevistados esta causa é a emancipação das classes oprimidas. É interessante notar que um pensador liberal como Tocqueville se preocupou em compreender a afetividade política, quando a maioria dos teóricos, inclusive os de esquerda, deixa esta análise de lado, acreditamos, por entenderem que ela seja menos importante.

Uma outra obra analisada por Ansart (1983 e 1997) no que se refere às paixões políticas é O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, de Marx.

Octávio Ianni (1986), na apresentação da citada obra de Marx, esclarece que ela foi escrita com a finalidade de narrar e interpretar os acontecimentos que culminaram em um Golpe

de Estado. “Ao mesmo tempo, ficamos conhecendo a maneira pela qual a atividade dos homens, tomados individualmente e em grupo, assume significação coletiva e histórica (IANNI, 1986, p. 04)”

Para Ansart (1983), é talvez na obra de Marx, contrariamente ao economicismo vulgar atribuído a ele, que encontramos mais amplamente discutida a importância das diversas dimensões da afetividade política.

Assim, o citado autor afirma que segundo Marx, é certamente nos períodos revolucionários que os sentimentos e as paixões são exaltadas e se revestem de toda sua importância, a ponto de influir no curso da história, de acelerar o ritmo dos acontecimentos ou de inibir as possibilidades objetivas. O entusiasmo é então indispensável ao cumprimento da ação comum, pois é essa intensa afetividade que torna possível o cumprimento da tarefa histórica³².

Por outro lado, os sentimentos e as paixões podem também desviar os atores da ação possível. Um exemplo disso discutido em O 18 Brumário é o fato de os camponeses votarem em Luiz Bonaparte. Para Ansart (1983), se Marx tivesse utilizado uma análise que levasse em conta apenas as condições econômicas, ele teria tudo para concluir que os colonos, ameaçados como os trabalhadores das vilas pela evolução econômica, deviam se aproximar do proletariado. Entretanto, segundo Marx, as atitudes dos camponeses, como as de qualquer classe ou fração de classe, é explicável pela sua condição de existência. Assim, os camponeses viviam bem mais por uma troca com a natureza do que por uma troca com a sociedade e por isso são levados a se representar no poder segundo o modelo religioso de uma potência superior e absoluta. Na hipótese de Marx, os camponeses votaram em Luiz Bonaparte por realizarem uma transferência afetiva da imagem de Napoleão I sobre seu sobrinho.

Como observa Boito (2002, p. 130) “o campesinato identifica-se com Bonaparte porque vê nele a possibilidade de restauração de um passado mítico”. Este passado é mítico porque o reino de Napoleão I foi, para os camponeses, um período particularmente doloroso, mas a memória coletiva conservou a imagem gloriosa das conquistas e das vitórias militares. Assim, essas lembranças não têm relação com a experiência cotidiana dos camponeses, mas estes são levados a conservá-la por uma memória afetiva.

³² Hobsbawm (2000) também observa que algumas formas de movimentos operários trazem em si uma carga emocional com uma força extraordinária.

É por isso que Ansart (1983) afirma que esta lógica afetiva pode então conduzir a comportamentos muito distantes dos verdadeiros interesses. Boito (2002), afirma, analisando também O 18 Brumário, que Marx considera a cena política uma realidade superficial e enganosa na qual os indivíduos quase sempre não agem de modo livre e consciente, pois essa opacidade da cena política remete à dissimulação e representação dos interesses de classe. Dessa forma, os indivíduos estão determinados por sua situação de classe e, suas escolhas também refletem interesses e condições que, na maioria das vezes, eles mesmos desconhecem. Como pontua Marx 1986:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta (MARX, 1986, p. 45).

Assim, os vínculos coletivos, os sentimentos políticos são diferentes segundo as classes sociais.

Continuando a análise de Ansart (1983), este afirma que Marx faz das paixões e as sensibilidades políticas um fenômeno decisivo no desenvolvimento da história; a revolução, por exemplo, marca o pico de intensidade dos afetos políticos e essa dimensão é importante pois é graças a essa intensidade emocional que os revolucionários podem ultrapassar seus próprios limites e encontrar a energia social necessária ao seu empreendimento histórico. É também graças à afetividade que os camponeses franceses analisados por Marx serão afastados do engajamento na ação revolucionária e agirão contra seus interesses.

Evidentemente, esses fenômenos da afetividade estão em relação e inter-relação com toda a conjuntura histórica, com as relações de classe e o desenvolvimento da luta de classes. Mas, ainda segundo Ansart (1983), para Marx, uma revolução proletária só será possível se a classe operária consegue, em um momento histórico e dentro de determinadas circunstâncias, uma intensidade suficiente de paixão revolucionária. Assim, todas as condições materiais podem estar reunidas sem que nasça uma verdadeira paixão revolucionária.

A insistência de Marx ou de Tocqueville em compreender e explicar os sentimentos dominantes de uma conjuntura mostra que esta afetividade coletiva não é apenas uma dimensão da vida cotidiana e do vivido individual, mas uma dimensão da realidade histórica.

Em sua obra Ansart (1983) busca analisar também os mecanismos de manutenção e reprodução das afetividades políticas. O autor vai usar então, como exemplo, o comício político,

que é um lugar eminentemente de trocas simbólicas. No momento culminante do comício, que é marcado pelos discursos, onde há a argumentação e a evocação de imagens buscando suscitar o interesse, que se experimentam mais intensamente as emoções. E o prazer e o desprazer, o riso e o desinteresse são sentidos em graus diversos pelos indivíduos particulares, e, logicamente, se existe uma alegria coletiva, um clima de euforia ou de ansiedade é porque o indivíduo pode experimentar estes sentimentos, é porque a maioria dos participantes do comício sente em si próprios, estes estados afetivos. Concluindo, Ansart (1983) afirma que se podemos falar de sentimentos coletivos é precisamente porque os sentimentos são também individuais, sentidos de alguma maneira pela maioria dos sujeitos implicados.

Um exemplo de mecanismo de manutenção e reprodução das afetividades políticas é encontrado no artigo de Pialoux e Beaud (1998), sobre a greve de 89 na fábrica da Peugeot, na França: “Após as AG [assembléias gerais], realizadas no espaço que fica por baixo da passarela do acabamento, os operários desfilam, gritam, assoviam e lançam em altos brados palavras de ordem e slogans. Ocupam toda a largura dos corredores que rodeiam as cadeias de montagem e avançam com os delegados à frente” (PIALOUX; BEAUD, 1998, p. 309).

A realização dos desfiles acontece com algumas intenções:

O sentido dos desfiles é múltiplo: bloquear a produção, manter o moral daqueles que já estão em greve e, simultaneamente, impelir outros operários a aderir ao movimento. Os grevistas avançam lentamente. [...] conversam entre si, a felicidade é legível em seus rostos. Parece que todos estão felizes por serem tão numerosos, voltam a falar da greve de 1981 (PIALOUX; BEAUD 1998, p. 310).

No caso brasileiro, lembramos especialmente a greve das professoras de Minas Gerais, em 1979. Tal greve instaurou uma novidade: a criação de uma forma inédita de fazer política. Além da ação de mobilização e organização que, na época, requereu muita coragem, este movimento inaugurou a utilização da alegria, da irreverência e da ironia como formas (e conteúdo) de luta. As passeatas eram carregadas de cores, de paródias musicais e novas palavras de ordem ligadas ao cotidiano das escolas se juntavam às palavras de ordem tradicionais. Exemplo disto é a resposta que as professoras deram ao governador do Estado quando este disse que elas não ganhavam mal, mas sim eram mal casadas: saíram em passeata, cantando: “mal casada é a Margarida” (nome da esposa do governador). “O prazer que promove a segurança de

cantar juntos, de se perder na confusão das palavras comuns, leva cada um a viver, no prazer, a fidelidade às mensagens vinculadas” (ANSART, 198, p. 83)³³.

Um de nossos entrevistados nos falou da importância de alguns símbolos, como por exemplo, o boletim político:

Aí saiu três movimentos: movimento de fortalecimento do sindicato, movimento de renovação do sindicato e movimento de oposição do sindicato, que era o nosso: luta metalúrgica. Só que os outros era tudo clandestino sabe. Só tinha pichação, tinha coisa, mas não tinha boletim, não tinha nada que falava, o nosso era mais aberto. Aí nós soltamos o boletim, soltamos uns 5 mil na época, 5 mil boletins era como fazer uma revolução. Isso deu uma repercussão fudida na categoria e os cara ficaram doidinhos, falaram: ‘esses cara vão tomar nosso lugar’ (GIBA, 2004)

Esses mecanismos de manutenção e reprodução das afetividades políticas se expressam também na figura do líder político. A empresa queria que o Israel ficasse afastado da empresa e ela lhe pagaria seu salário normalmente, ele não aceitou e o juiz deu ganho de causa a ele, que pôde voltar para a empresa:

Mas enquanto isso eu fui lá na Mapri e avisei para o pessoal que segunda-feira eu tava de volta ne. Aí foi uma festa geral. Sexta-feira, tinha pelada que o pessoal jogava lá, depois do serviço, a gente tomava uma cerveja lá, no buteco lá perto. Fizemos a maior festa lá no buteco, na sexta. Na segunda de manhã quando eu cheguei lá, que eu desci do ônibus, já tinha um pessoal esperando, uns quarenta peão lá, esperando na portaria. Quando eu cheguei eles me puseram no ombro e entraram para dentro do vestiário comigo no ombro. Aí a empresa, os caras devem ter ficado loucos, ne. E pouco tempo depois nós registramos a chapa de oposição no sindicato (ISRAEL, 2004).

Esses mecanismos muitas vezes atraem até mesmo quem ainda não é da categoria, como nos mostra a fala deste militante:

Na época do Fora Collor. Quando o Collor ganhou a eleição, meu pai tinha um restaurante na porta de uma empresa: Embrapa. E a partir de 88, 89, tinham muitas greves. E a gente trabalhava junto com ele. Ele, minha irmã, meu irmão. E a gente via aquela movimentação. Aí depois de um tempo até a gente mesmo começou a entrar no meio. Achava aquilo legal e ficava no meio do pessoal (BATATA, 2004)

Enfim, após a explicitação dos argumentos mostrados aqui, Ansart (1983) vai afirmar a importância nos livrarmos do preconceito racionalista que joga no absurdo da “irracionalidade” tudo o que concerne à afetividade política. Segundo este preconceito, que é largamente difundido, podemos distinguir os comportamentos racionais e as sensibilidades, dissociando na vida política o que faz parte do razoável e o que se tem por afetivo e irracional. Este trecho da obra de Ansart (1983) nos faz lembrar uma passagem da autobiografia de Hobsbawm (2002):

³³ “Le plaisir rassurant de chanter ensemble, de se perdre dans la fusion du chant commun, entraîne chacun à vivre, dans le plaisir, la fidélité aux messages véhiculés.” (Tradução livre de Vanessa Andrade Barros).

Cheguei a Cambridge com a firme decisão de finalmente ingressar no Partido Comunista e mergulhar na política. Da forma como as coisas aconteciam, não estava sozinho. Minha geração foi a mais vermelha e mais radical da história da universidade, e eu estava mergulhado nela. Aconteceu que minha chegada também coincidiu com o que talvez tenha sido a época mais brilhante da vida de uma universidade que durante décadas fora sinônimo de êxitos científicos britânicos, mesmo considerando-se totalmente um passado que incluía nomes como Newton, Darwin e Clerk Maxwell (HOBSBAWM, 2002, p. 119)

Em outra passagem, ele afirma:

Mais de um observador poderia, com Henry Ferns, concordar que ‘o único elemento comum a todos os comunistas que encontrei (em Cambridge) era a elevada inteligência’. Na década de 30 a esquerda atraía os membros intelectualmente mais brilhantes da geração estudantil nas universidades de elite do país (HOBSBAWM, 2002, p. 138).

Atualmente, com certeza, seria altamente surpreendente que este tipo de situação ocorresse, pois como aponta Ansart (1983), a irracionalidade é comumente atribuída às classes dominadas, como se a razão fosse própria de classes ditas superiores e a emotividade fosse própria de classes dominadas. Obviamente, este tipo de construção teórica carrega em si um preconceito que tem como finalidade manter a coesão de uma estrutura social que beneficie as classes dominantes, mobilizando ao seu favor, inclusive, os indivíduos das classes antagônicas.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o nosso trabalho, apesar de algumas limitações, contribuiu de forma positiva para desvendar aspectos da afetividade política. O próprio fato de não encontrarmos um número significativo de autores que tratem desta questão já é um indício de que esta área necessita de uma maior atenção por parte das Ciências Sociais, especialmente da Psicologia, já que acreditamos que a afetividade é um ponto primordial na compreensão dos movimentos sociais e políticos.

Uma das debilidades do nosso trabalho talvez tenha sido o número de militantes entrevistados. Entretanto, é importante ressaltar que, além das entrevistas terem se realizado em um clima muito favorável, com enorme disponibilidade de nossos entrevistados, o que nos possibilitou explorar mais profundamente a narrativa; existiu também um acompanhamento destes militantes durante certo período. Isso nos permitiu conhecer mais de perto a atuação e o dia a dia dos nossos entrevistados. Assim, se buscássemos um maior número de sujeitos este acompanhamento seria dificultado.

Mas, como já dissemos, acreditamos ter contribuído para levantar discussões sobre este tema tão pouco estudado.

Como nos ensina Gaulejac (1996), nossas escolhas teóricas não são, e nem poderiam ser, dissociadas de nossa história de vida. Assim, nossa história nos colocou desde cedo em contato com as contradições existentes no sistema capitalista de produção e da necessidade da organização dos trabalhadores para conseguir garantir seus direitos.

Acreditamos que a saída para a exploração sofrida pelos trabalhadores passa pela sua organização política. E se a política é, como afirmamos, essencialmente a luta entre interesses antagônicos de classes sociais, o objetivo da política deve ser assim o fim da própria política, o que só é possível em uma sociedade sem a divisão de classes, a divisão entre exploradores e explorados. E, como observa Silva (s.d):

De forma hipócrita e constante, a burguesia e seus representantes (governo, setores das igrejas, militares e até setores da esquerda), falam em “paz social”, “conciliação” e “união nacional”; ressaltam a “índole pacífica do povo brasileiro”, etc. Tudo, para atacar os “radicais”, os que pregam a luta de classes [...] Com isso, a classe dominante procura negar sua condição de classe; procura colocar suas instituições como sendo de “todo o povo” (acima as classes), e, procuram, acima de tudo, fazer crer que as coisas sempre

foram assim, que a sociedade não pode ser organizada de outra forma e que é natural existir padrões e empregados (SILVA, s.d, p. 227)

Estudando o desenvolvimento histórico da sociedade é possível desmistificar essa afirmação de que é “natural” a existência de padrões e empregados, pois essa divisão em classes é fruto de uma construção histórica da sociedade e, não sendo natural, pode ser transformado. Isso, é desnecessário dizer, é uma tarefa difícil, porém temos a ilusão (necessária) de que ela é não é impossível, pois como nos ensina Castoriadis (1985):

O socialismo não é nada mais do que a organização consciente, pelos próprios homens, de suas vidas em todos os domínios; que, por conseguinte, ele significa a gestão da produção pelos produtores, tanto na escala da empresa quanto na da economia; que ele implica a supressão de todo aparelho de direção separado da sociedade; que ele deve envolver uma modificação profunda da tecnologia e do próprio conteúdo do trabalho enquanto atividade primordial dos homens e, ao mesmo tempo, uma modificação radical de todos os valores para os quais, implícita ou explicitamente, está orientada a sociedade capitalista. Essa elaboração permite revelar, em primeiro lugar, as mistificações que se construíram há já longos anos em torno da noção de socialismo (CASTORIADIS, 1985, p. 94)

Em nossa opinião o tipo de militância que buscamos compreender neste trabalho é fator determinante desta mudança, pois como Marx (1996) disse, a emancipação dos trabalhadores será fruto da ação dos próprios trabalhadores.

Na sociedade em que vivemos há o que chamamos de “preconceito” em relação a estas pessoas que acreditam estar contribuindo, através da militância partidária, para a construção de outro tipo de sociedade. Principalmente, com o rumo que o Partido dos Trabalhadores vem tomando, é comum ouvirmos que num primeiro momento o discurso e a prática têm um caráter progressista, mas com o passar do tempo o partido ou instituição se adapta ao *status quo*.

Como bem observa Silva (2005b, p. 02), tanto os indivíduos quanto as instituições se transformam com o tempo. “Porém, o caráter resultante dessa metamorfose não é determinado a priori, mas depende das opções feitas”. O partido do qual fazem parte nossos entrevistados existe há mais de 25 anos, e vem, nesse período, como pôde ser observado em sua ideologia, buscando formas de manter uma postura de combate ao sistema. Em uma matéria de seu jornal, o PSTU diz o seguinte:

O PSTU, no entanto, não é um partido adaptado ao regime. Não recebemos e não aceitamos dinheiro da burguesia ou da corrupção. Nossa prioridade são as lutas diretas das massas. Participamos das eleições para divulgar nosso programa, mas nossa estratégia não é eleitoral [...] Nossos parlamentares, quanto os elegemos, recebem um salário igual ao que tinham antes. Se forem professores, recebem como professores, se são metalúrgicos, como metalúrgicos. É uma forma de que eles mantenham o mesmo

tipo de vida que tinham, sem se adaptar à vida parlamentar (OPINIÃO SOCIALISTA, 2005)

Este aspecto financeiro é importante, pois como nos lembra Silva (2004), a questão econômica é um fator determinante para que o homem político escolha “viver da” ou “viver para” a política. Quanto à afirmação de que a derrota do capitalismo seria algo impossível e que a tentativa de se construir uma sociedade socialista se mostrou um fracasso, ficamos com uma citação de Rattner (2002):

Afinal, a História do capitalismo data de alguns séculos apenas, em que foram travadas inúmeras guerras, com dezenas de milhões de pessoas exterminadas e inestimáveis recursos naturais devastados. Impelido por uma dinâmica perversa de concentração e polarização em todas as esferas da vida social, o sistema não parece dispor de saídas para romper o círculo vicioso. Portanto, seria ilógico e injusto rejeitar o socialismo, invocando o fracasso da única experiência de sua implantação, em condições históricas extremamente adversas (RATTNER, 2002, p.05).

Dessa forma, acreditamos que de maneira alguma a luta dos que se dispõem a transformar a sociedade seja em vão, ainda que os resultados desta empreitada não possam ser facilmente observados. Enfim, também nos fazemos a mesma pergunta que Hobsbawm (2002, p. 173): “É possível à humanidade viver sem os ideais de liberdade e justiça, ou sem aqueles que dedicam suas vidas a eles? Ou talvez mesmo sem a memória daqueles que assim fizeram no século XX?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLI, Antonio Inácio. O movimento operário diante do Governo Lula. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 24, maio 2003.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

_____. **La Gestion des Passions Politiques**. Lausanne: L'Age D'homme, 1983

_____. **Les Cliniciens des passions politiques**. Paris: Editions du Seuil, 1997.

ANTUNES, Ricardo. A Crise e os Sindicatos. In: **Teoria e Debate**, n. 20. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, fev/mar/abr 1993.

ARBEX Jr, José. “Direção do PT quer ‘stalinizar’ o partido”. **Folha de S. Paulo**, 16.05.1990

ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 15, out. 2002.

BALTAZAR, Bernadete. **Quando a militância e vida cotidiana se (des)encontram**: um estudo sobre as relações do movimento popular com suas vidas. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.

BARBOSA, Silvia Pereira. **Crítica à especulação e determinação social do pensamento na obra marxiana de 1843 a 1848**. 2001. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

BARROS, Vanessa A. **Relações de poder e o caráter subjetivo – um estudo no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte - Contagem**. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

_____. **De la Representacion au Pouvoir: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil**. Paris: Université de Paris VII, 1998.

_____. Ilusão e relações sociais. In: **Pulsional – Revista de Psicanálise**. Anos XIV e XV, n. 152 e 153, dez. 2001/ jan. 2002.

BOITO Jr, Armando (Org). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. A presença do sindicalismo na história política do Brasil. **Revista PUC Viva**, n. 7, dez. 1999.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 15, out. 2002.

_____. **Programa do curso de Teoria Política Contemporânea do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp**. Mimeo, 2005a.

_____. A grande ilusão da elite sindical. Entrevista concedida à Gazeta Mercantil. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 44, jan. 2005b.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. **Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e de Dona Maria na luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) UFMG, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATTANI, Antonio David. Trajetórias Sindicais – O Esgotamento de um Padrão de Militância. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**. 1991/1992.

CHAUI, Marilena de Souza. Os trabalhos da Memória. (Apresentação). In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987

COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória – comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky – o profeta banido.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana R. de F. **Caminhos operários nas Minas Gerais.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

FALCÃO, João. **Giocondo Dias, a vida de um revolucionário (meio século de história política do Brasil).** Rio de Janeiro: Agir, 1993

FRANÇA, Teones Pimenta. **Para onde foi o Novo Sindicalismo? Sindicatos e reestruturação produtiva no Brasil.** 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2000.

FERNANDES, Florestan. “A Convergência Socialista”. **Folha de S. Paulo**, 22.06.1992

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GAULEJAC, Vincent de. *Histoires de Vie et Choix Théoriques.* In: **Lês Cahiers du Laboratoire de Changement Social.** Paris, Université de Paris VII, n. 1, jun. 1996.

GOMES, Ângela de Castro (coord). **Velhos Militantes – depoimentos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOSS, Karine Pereira. **Militância e subjetividade nas ações coletivas contemporâneas.** Mimeo. UFSC, [s.d].

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HERNANDEZ, Ignácio Agero. **Memória Operária.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

HIRATA, Helena. Movimento operário sob a Ditadura Militar. In: **Movimento operário brasileiro**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

HOBBSAWM, Eric J. **Rebeldes Primitivos – Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____. Renascendo da cinzas. In: BLACKBURN, Robin (org.) - **Depois da Queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do Trabalho – novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Tempos Interessantes – uma vida no século XX**. (autobiografia) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IANNI, Octavio. Apresentação. In: MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JOSÉ, Emiliano. Em busca da militância perdida. In: **Revista Teoria e Debate**, n. 32, jul/ago/set 1996.

LEITE, José Corrêa. Metamorfozes na militância. In: **Revista Teoria e Debate**, n. 32, jul/ago/set 1996.

LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-85. In: **Movimentos sociais em Minas – emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **O significado do trabalho humano: mito e ilusões do homem moderno**. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986

_____. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: CODO, Wanderley e JACQUES, Maria das Graças (orgs). **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPREATO, Christina da S. R. **A Greve Geral Anarquista de 1917 – a semana trágica**. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1989.

LUKÁCS, Georg. Per l'Ontologia dell'Essere Sociale. Roma: Editori Riunit, 1981. Trechos traduzidos por VAISMAN, E. In: **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MARX, Karl. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (feuerbach)**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de Massa e Crise Política (Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953/54)**. São Paulo: Polis, 1978.

MOVIMENTO PELA CONSTRUÇÃO DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA. **Primeiro Caderno de Debate Rumo ao Encontro Nacional**, maio de 1992.

NEVES, Magda M. B. de Almeida. **As trabalhadoras de Contagem**. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP, 1990.

OPINIÃO SOCIALISTA – O jornal do PSTU. **Todos os partidos são iguais?** ano IX, edição 220, 09 a 15 de jun. 2005

PIALOUX, Michel. O velho operário e a nova fábrica. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIALOUX, Michel; BEAUD, Stéphane. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PLEKHANOV, Georges. **O Materialismo Militante – questões fundamentais do marxismo**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

POLITZER, Georges. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

RATTNER, Henrique. O Fim do Socialismo? In: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 12, maio 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. O bolchevista e o cidadão romano: ajuste de contas. In: **Revista Teoria e Debate**, n. 16, out/nov/dez 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHFF, Adam. **Sobre o conceito de Consciência de Classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1973.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil – origens, cisões e propostas**. São Paulo: Proposta Editorial, [s.d].

_____. As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. **Revista Espaço Acadêmico**, ano I, n. 3, ago. 2001

_____. Memórias de um lulista desapontado. In: **Revista Espaço Acadêmico**. ano I, n. 10, mar. 2002a.

_____. Crônica sobre o Fórum Social Mundial. In: **Revista Espaço Acadêmico**. ano I, n. 09, fev. 2002b.

_____. Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 29, out. 2003.

_____. Os perplexos, as ilusões perdidas e os novos radicais. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 33, fev. 2004.

_____. Para não dizer que não falei das flores. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 48, maio 2005a.

_____. A persistência do conservadorismo político. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 49, jun. 2005b.

SILVA, Luís, Ignácio Lula da Silva. **Lula sem Censura “... e aí a peãozada partiu pro pau”**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM. Uma História Forjada na Luta – **Revista comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**, 2004.

SOBRINHO, João Rocha. Militância: prazer ou sacrifício? In: **Revista Teoria e Debate**, n. 26, set/out/nov. 1994.

SOUZA, Nelson Rosário de. Entre o engajamento pastoral e os revides locais. In: **Revista Sociologia e Política**. n. 12, jun. 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In: **Revista Crítica Marxista**, ano I, n. 1, 1994.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.

TROTSKY, Leon. **Minha Vida: ensaio autobiográfico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Diário do exílio**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

VAISMAN, Ester. **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.